

SÉRIE ESTUDOS E PESQUISAS

ISBN 85-85976-49-7

**DESCAMINHOS NO
MERCADO DE TRABALHO**



SEI

Informação
a Serviço da
Sociedade

www.sei.ba.gov.br

SÉRIE ESTUDOS E PESQUISAS

ISBN 85-85976-49-7

DESCAMINHOS NO MERCADO DE TRABALHO: TRANSIÇÕES OCUPACIONAIS E MOBILIDADE SOCIAL



**SUPERINTENDÊNCIA
DE ESTUDOS ECONÔMICOS
E SOCIAIS DA BAHIA**

Salvador
2003



GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA
Paulo Ganem Souto

SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Armando Avena Filho

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS
E SOCIAIS DA BAHIA
Cesar Vaz de Carvalho Junior

CENTRO DE ESTUDOS DA METRÓPOLE
Argelina Cheibub Figueiredo

CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO
Fernando Papaterra Limongi

COORDENADORES
Paulo Gonzalez (SEI)
Nadya Araujo Guimarães (USP/CEM-Cebrap)

NORMALIZAÇÃO
Gerência de Documentação e Biblioteca - GEBI

COORDENAÇÃO GRÁFICA
Dadá Marques

REVISÃO DE LINGUAGEM
Adriana Pedreira, Ana Maria de Carvalho Luz

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.
Descaminhos no mercado de trabalho: transições ocupacionais e
mobilidade social. Salvador: SEI, 2003.
110 p. (Série estudos e pesquisas, 66).

ISBN 85-85976-49-7

1. Mercado de trabalho – Região Metropolitana de Salvador. 2.
Mobilidade social. I. Título. II. Série.

CDU 331.5 (813.8)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
--------------------	---

UMA ANÁLISE ESTRUTURAL DO DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR: 1997-2000	7
--	---

Wilson F. Menezes

ENTENDENDO O DESEMPREGO PELOS INDICADORES DAS REGIÕES METROPOLITANAS DE SÃO PAULO E DE SALVADOR	35
--	----

Claudio Salvadori Dedecca

Wilson F. Menezes

José Carrera-Fernandez

MUDANÇAS NO MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR NOS ANOS 1990: O QUE DIZ A LITERATURA	45
---	----

Luiz Chateaubriand Cavalcanti dos Santos

MIGRAÇÕES ENTRE FORMAL E INFORMAL. UM SURVEY COM TRABALHADORES	63
---	----

Alvaro A. Comin

TRAJETÓRIAS DE SOBREVIVENTES NO MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR	79
--	----

Nadya Araujo Guimarães

APRESENTAÇÃO

O mercado de trabalho é permanente objeto de análises. Sua importância e vínculos com a vida social, a pluralidade de enfoques que ele faculta, bem como a multiplicidade de abordagens analíticas disponíveis, justificam plenamente a atenção que lhe tem sido dispensada. De fato, os estudos acadêmicos, as políticas governamentais, a mídia ou mesmo a opinião pública crescentemente têm se voltado para entender os desafios da procura de trabalho, da permanência no emprego ou das chances de conservação de direitos ligados à vida no trabalho. E não sem razão, já que os anos recentes foram especialmente fartos no que diz respeito a transformações no mundo do trabalho. Rápidas e profundas foram as mudanças correlatas à adequação das empresas a novos padrões tecnológicos e organizacionais, voltadas, como estiveram, à manutenção ou ao aumento da sua competitividade. O desemprego estrutural passou a ser uma presença cada vez mais intimidadora. A rapidez com que tais mudanças deflagraram-se e seus importantes impactos sobre a vida social deixaram um enorme e instigante rastro de questões para aqueles dedicados a estudá-las.

Algumas conseqüências desse processo só agora começam a ser melhor observadas. Questões decisivas, embora nada triviais, ainda estão a desafiar o nosso entendimento. O que aconteceu com os trabalhadores que perderam seus postos de trabalho em função da reestruturação produtiva? Para onde retornaram, ao se re-localizarem no mercado de trabalho? Quais as suas estratégias de sobrevivência, enquanto desempregados? E que se passou com aqueles que não lograram obter um outro contrato de trabalho? O lado informal do mercado de trabalho funcionaria como um “colchão amortecedor” (ou como uma tábua de salvação) para os demitidos e/ou para os que não conseguem empregos formais? Quão variados são esses impactos se os observarmos a partir de diferentes regiões do país? A capacidade de responder adequadamente a tais perguntas é condição primeira para a qualidade e eficácia de futuras intervenções. Se mais não fosse, por acreditarmos que o simples fato de discuti-las nos deixa mais alerta para as tendências e resultados sociais das decisões do mundo econômico.

Mas, a estratégia de enfrentar tais questões sob um prisma comparativo, confrontando tendências verificadas em metrópoles centrais ao entendimento das desigualdades e dos riscos no mercado de trabalho brasileiro, como São Paulo e Salvador – a um só tempo, tão próximas nas vicissitudes dos seus trabalhadores e tão distantes na maneira como têm sido retratadas -, confere um atrativo especial a este investimento cognitivo. Tanto mais especial, quanto mais se tenha em conta que nele estão empenhadas instituições com vocações, trajetórias e pautas aparentemente tão distintas como a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI e o Centro de Estudos da Metrópole – CEM.

Contribuir para avançar na produção de mais e melhores análises é o desafio e, ao mesmo tempo, um motivo de satisfação tanto para a SEI, quanto

para o CEM. Ao divulgar o conjunto de trabalhos que compõem este volume, e que refletem esforços e avanços das suas equipes permanentes e de pesquisadores a elas associados, essas duas instituições acreditam estar cumprindo com sua função social primeira, qual seja, a de estudar e entender a realidade do Brasil e, se o consideramos adequado, melhorá-la.

Entretanto, o que aqui vem à luz é apenas o primeiro fruto da parceria entre a SEI e o CEM. Outros, em breve, virão. Cumpre a estas instituições registrar que esses primeiros resultados teriam sido impossíveis não fora a dedicação de cada um dos autores reunidos neste volume, aos quais expressamos nossos sinceros agradecimentos.

UMA ANÁLISE ESTRUTURAL DO DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR: 1997-2000

7

WILSON F. MENEZES*

INTRODUÇÃO

Muitas transformações surgiram no cenário econômico internacional nos últimos vinte e cinco anos. Desde então, os instrumentos de política econômica tentam acomodar-se às exigências do mercado e da mobilidade do capital no plano internacional, as novas formas organizacionais se impõem no interior das empresas e as modernas tecnologias vêm apresentando automações nos mais variados campos da economia. Por outro lado, em praticamente todas as economias do mundo, as relações intersetoriais se modificam, proporcionando uma redução dos empregos no setor industrial, ao tempo em que se verifica uma expansão, pelo menos relativa, do emprego no setor terciário, bem como um avanço nas ocupações precárias e informais. Ademais, pode-se também vislumbrar significativas alterações nas proporções e perfis das populações ocupadas, desempregadas e inativas. Esses fenômenos naturalmente têm proporcionado novas nuances na problemática do desemprego.

A despeito da complexidade que o problema do desemprego vem alcançando em todo o mundo, não se verifica um consenso para sua explicação, e, por conseqüência, deixa de existir uma agenda única de políticas sociais que venham eliminá-lo ou mesmo reduzi-lo. O Banco Mundial, por exemplo, costuma responsabilizar o problema do desemprego à falta de liberdade presente no comércio internacional e ao impacto das novas tecnologias sobre a sociedade. A OCDE, por sua vez, responsabiliza a forte regulamentação trabalhista, bem como a grande proteção social, existente nos mais variados países, como causa do desemprego. Já a OIT, lembra o fraco crescimento econômico como o maior responsável pelo desemprego das economias avançadas (Pochmann, 1999).

Quanto ao desemprego das economias industrialmente menos avançadas, pode-se acrescentar, às causalidades já apresentadas para os países avançados, outras tantas razões. Dentre essas razões, não se pode deixar de listar a heterogeneidade das relações de trabalho, mesmo considerando o grande avanço das relações assalariadas verificado desde o pós-guerra. Dessa forma, a falta de homogeneidade das relações de trabalho, tanto em seu formato como nas formas de remuneração, tem assegurado a existên-

* Professor do Curso de Mestrado em Economia da UFBA e Doutor pela Universidade de Paris I. O autor agradece os comentários da Profa. Nadya Guimarães, bem como a colaboração da técnica da PED, a economista Eva Cristina de Castro Borges, pelo auxílio no tratamento dos dados.

cia de espaços informais como verdadeiros bolsões de atraso social e econômico, tornando difícil a cobertura completa do capitalismo por toda a textura econômica. Assim, a presença do capitalismo traz elementos específicos na determinação do desemprego, mas, à medida que não se completa seu desenvolvimento, tem-se também grande fonte de desemprego e ocupações precárias, as quais aparecem na forma de um grande contínuo de situações que intermediam o emprego, o desemprego e a inatividade econômica.

A extensão e profundidade do desemprego se ampliaram de tal maneira que esse fenômeno vem se tornando, em um plano internacional, fonte de escândalo e de conflito. Segundo FREYSSINET (1991), o desemprego constitui uma fonte de escândalo pessoal e social. Fonte de escândalo pessoal, porque aqueles que buscam um emprego e não o conseguem rapidamente sentem-se socialmente rejeitados e, por isso mesmo, se colocam em uma situação de inferioridade. Essa inferioridade é ressentida no plano da renda, do equilíbrio emocional e do desenvolvimento pessoal. Fonte de escândalo social, porque um sistema econômico operando em escala mundial, que ainda não conseguiu prover algumas das necessidades de base das pessoas, dá-se ao luxo de desperdiçar uma quantidade considerável de capacidade produtiva. Mas o desemprego é também uma fonte de conflito social, de uma parte, porque ele atinge de maneira diferenciada as pessoas, além de possibilitar o retorno de práticas de segregação racial que a comunidade internacional imaginou estar em desuso, e de outra, porque uma situação de desemprego em massa põe em xeque a vida de grande parte da sociedade, sobretudo no que diz respeito às necessidades de cobertura (previdência, auxílio desemprego e/ou assistência aos mais pobres).

Este trabalho visa, a partir das informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)¹, traçar uma análise estrutural do desemprego da Região Metropolitana de Salvador (RMS). Para tanto, construiu-se o texto em mais seis partes, além desta introdução. Na segunda, pretende-se avaliar o comportamento das taxas de participação e de desemprego da RMS. Na terceira parte, realça-se o perfil dos desempregados da RMS, segundo alguns atributos pessoais selecionados. Em seguida, com o fito de completar o perfil do desempregado dessa Região Metropolitana, procede-se um levantamento das principais formas de procura de trabalho, bem como se realiza uma avaliação dos tempos de desemprego e de procura de trabalho. Na quinta parte, faz-se um balanço das principais ocupações e setores da atividade econômica que têm lançado mais pessoas ao desemprego. Na sexta parte, analisam-se as principais estratégias de sobrevivência dos desempregados da RMS. Finalmente, lançam-se algumas conclusões.

¹ A PED segue orientação metodológica do Seade-Dieese. Esta pesquisa vem sendo realizada na RMS, desde julho de 1996, em convênio entre a Sei, Setras e UFBA. A PED é atualmente desenvolvida em mais cinco regiões metropolitanas do país (Belo Horizonte, Brasília, Porto Alegre, Recife e São Paulo).

É interessante, antes de qualquer análise, apresentar os conceitos de taxa de participação e taxa de desemprego, permitindo, com isso, para uma maior clareza do que será avançado nessa parte do trabalho. A taxa de participação, calculada pela relação entre a população economicamente ativa (PEA) e a população em idade ativa (PIA). Como a PEA representa a soma das pessoas ocupadas e desempregadas, tem-se que a taxa de participação, em verdade, mede a pressão da oferta de trabalho sobre o mercado de trabalho. Isso naturalmente proporciona uma avaliação das pessoas que se oferecem no mercado de trabalho sobre o total de pessoas aptas ao trabalho. Um acompanhamento do movimento da taxa de participação serve como indicador da incorporação de novas pessoas no mercado de trabalho, independentemente do nível de atividade econômica.

A taxa de desemprego, por sua vez, mostra a proporção das pessoas desempregadas no total da população economicamente ativa (PEA)². Segundo a orientação metodológica da PED, essa taxa é composta de duas outras: taxa de desemprego aberto e taxa de desemprego oculto. Esta última, por sua vez, apresenta-se na forma de desemprego com trabalho precário e de desemprego por desalento. O desemprego aberto é representado pelas pessoas desempregadas, mas que exerceram alguma procura de trabalho nos últimos 30 dias que antecederam a entrevista. O desemprego oculto com trabalho precário incorpora as pessoas desempregadas que realizaram, de maneira irregular, alguma atividade econômica, ainda que não-remunerada, mas durante esse tempo continuaram a exercer uma procura por trabalho nos últimos 30 dias. Enquanto que o desemprego oculto por desalento é composto de pessoas que, mesmo desempregadas, interromperam a procura de trabalho nos últimos 30 dias, por motivos diversos.

Tabela 1

RMS – Taxas de Participação, de Ocupação e de Desemprego						
Anos	Participação	Ocupação	Desemprego			
			Total	Aberto	C/ bico	P/ desalento
1997	59,9	78,3	21,7	12,4	6,0	3,3
1998	60,1	75,1	24,9	14,2	7,3	3,4
1999	60,2	72,3	27,7	15,6	8,4	3,7
2000	61,0	73,4	26,6	15,0	8,3	3,3
Média	60,3	74,8	25,2	14,3	7,5	3,4

Na RMS, a taxa de participação mostrou-se extremamente equilibrada entre 1997 e 2000 (em torno de 60,0%), enquanto que a taxa de ocupação apresentou-se levemente decrescente até 1999, voltando a aumentar em 2000, sem que retorne ao patamar de 1998. Nessas condições, a consequência imediata de uma estabilidade da taxa de participação e de uma redução da taxa de ocupação foi uma elevação da taxa de desemprego, que, de fato,

² Por definição, taxa de desemprego é complementar à taxa de ocupação, já que essa última mede a proporção dos ocupados sobre a PEA.

cresceu até 1999, tendo mostrado uma pequena redução em 2000. O desemprego da RMS mostrou-se assim fortemente vinculado às condições econômicas, as quais não se traduziram, no período, em um movimento de geração de ocupações. A média da taxa de desemprego para o período aqui considerado foi de 25,2%, uma taxa que pode ser considerada como bastante elevada, isso faz com que haja, no mercado de trabalho da RMS, uma pessoa desempregada para cada três pessoas ocupadas. É preciso lembrar que essa constatação ainda não considera a qualidade média das ocupações.

Taxas de Participação por Atributos Pessoais

Muito embora as taxas de participação mostrem-se com flutuações pouco significativas no período analisado, essas taxas são muito diferenciadas segundo os atributos pessoais selecionados. Assim é que, relativamente às mulheres e aos brancos, taxa de participação apresenta-se mais elevada para os homens e para os negros. Por outro lado, pode-se observar, como é natural, dada a condição de atividade econômica dessas pessoas, que essa taxa é mais elevada nas faixas de 25 a 39 anos (84,4%), de 18 a 24 anos (74,5%) e de 40 a 59 anos (71,0%). Entretanto não são desprezíveis as taxas de participação das crianças e adolescentes (20,2%) e dos idosos com 60 anos e mais (18,4%), quando se sabe que os primeiros, grosso modo, ainda não deveriam estar no mercado de trabalho e grande parte dos segundos já deveria estar fora desse mesmo mercado.

Tabela 2

RMS – Taxas de participação por atributos pessoais					
Atributos	1997	1998	1999	2000	Média
Sexo					
Masculino	69,3	68,7	68,5	69,2	68,9
Feminino	51,9	52,6	53,1	53,9	52,9
Cor					
Brancos	56,6	56,8	57,8	57,3	57,1
Negros	60,8	60,8	60,7	61,6	61,0
Faixa etária					
10 a 17 anos	22,2	20,5	19,1	18,5	20,2
18 a 24 anos	74,1	74,6	74,5	74,6	74,5
25 a 39 anos	83,5	84,7	84,4	84,9	84,4
40 a 59 anos	71,6	70,6	70,6	71,1	71,0
60 anos a mais	19,2	17,9	18,1	18,4	18,4
Escolaridade					
Analfabetos Funcionais	45,4	43,3	43,4	42,6	43,8
1ª G. Incompleto	53,0	53,5	52,3	52,2	52,8
1ª Comp e 2ª Incompleto	64,2	63,8	64,6	64,9	64,4
2ª G. Completo e mais	77,7	77,2	77,7	79,0	77,9
3ª G. Completo	84,1	84,1	83,7	84,8	84,2
Posição na família					
Chefe	76,3	75,2	75,1	75,1	75,4
Cônjuge	56,7	57,5	57,3	58,3	57,5
Filhos	47,9	49,1	49,6	50,7	49,3
Outros	59,4	58,2	58,3	58,5	58,6

Segundo a escolaridade, verifica-se um movimento em crescendo da taxa de participação, ou seja, a participação no mercado de trabalho aumenta com a elevação da escolaridade das pessoas. Essa taxa sai dos 43,8% para os analfabetos funcionais (com até dois anos de estudos formais), alcança 52,8%, 64,4% e 77,9%, respectivamente, para as pessoas que possuem o 'primeiro grau incompleto', aquelas com escolaridade compreendida entre o 'primeiro grau completo e o segundo incompleto' e as pessoas com o 'segundo grau completo e escolaridade superior incompleta'. Quando se trata de pessoas que concluíram alguma forma de ensino universitário, essa taxa chega a alcançar os 84,2%.

Quanto à posição na família, tem-se que as taxas de participação mais elevadas vão para os chefes de família (75,4%), seguindo-se as taxas dos cônjuges (47,5%) e dos filhos (49,3%). As taxas relativas ao agregado "Outros" são de difícil interpretação, dado que ali se encontram pessoas classificadas como "outros parentes" e "agregados da família", de maneira que seu significado fica prejudicado pela heterogeneidade interna a sua composição.

Taxas de Desemprego por Atributos Pessoais

Como as taxas de participação mostraram-se relativamente equilibradas, é natural que os movimentos das taxas de desemprego e de ocupação apresentem-se através de movimentos inversos, ou seja, quando uma aumenta a outra diminui e vice-versa. Com uma incursão na Tabela 3, percebe-se que as taxas de desemprego dos homens partem de 20,1% em 1997, chegam a alcançar 25,8% em 1999, para logo em seguida cair para 24,1% em 2000. Apesar de enfrentar o mesmo tipo de movimento, as mulheres possuem taxas de desemprego mais altas, ou seja, partindo, em 1997, de uma taxa de 23,30%, alcançam uma taxa de 29,9% em 1999, reduzindo depois para 29,3%. Considerando o movimento do período como um todo, verifica-se que a taxa de desemprego aumentou mais para as mulheres (24,6%) que para os homens (20,0%). Tem-se dessa forma que o desemprego castiga mais a mulher que o homem.

Ainda analisando a Tabela 3, tem-se que o mesmo comportamento, verificado para o gênero, pode também ser apreciado para a taxa de desemprego quando vista pelo ângulo da raça, embora o incremento aritmético dessas taxas mostre-se mais acentuados para as pessoas de cor negra (22,7%), relativamente às de cor branca (9,0%). Pode então concluir que o desemprego, na RMS, ataca mais o trabalhador negro que o branco, pois, além de enfrentar taxas mais elevadas, essas pessoas se submetem a incrementos mais significativos dessas mesmas taxas.

A taxa de participação apresenta um comportamento crescente até os 39 anos, diferentemente do desemprego que se mostra decrescente com a idade. Isso demonstra que as pessoas, a partir dessa idade, mantêm-se mais presente no mercado de trabalho, melhor ainda mantêm-se relativamente

mais como ocupadas³. As mais elevadas taxas de desemprego são aquelas relativas às crianças e adolescentes, com idade entre 10 e 17 anos. A taxa de desemprego dessas pessoas apresenta uma mudança de patamar, ela sai de 40,0% em 1997, passa para 43,4% em 1998 e alcança 51,0% em 1999, quando cai para 48,9% em 2000. Excetuando os idosos, o mesmo comportamento poder ser visualizado para as demais faixas etárias, muito embora com taxa menores.

Tabela 3

RMS – Taxas de desemprego e de ocupação por atributos pessoais								
Atributos	Desemprego				Ocupação			
	1997	1998	1999	2000	1997	1998	1999	2000
Sexo								
Masculino	20,1	22,9	25,8	24,1	79,9	77,1	74,2	75,9
Feminino	23,3	27,1	29,9	29,3	76,7	72,9	70,1	70,7
Cor								
Brancos	17,0	18,1	21,2	18,1	83,0	81,9	78,8	81,9
Negros	22,7	26,4	29,1	28,0	77,3	73,6	70,9	72,0
Faixa etária								
10 a 17 anos	40,0	43,2	51,0	48,9	60,0	56,8	49,0	51,1
18 a 24 anos	32,7	38,2	41,4	40,2	67,3	61,8	58,6	59,8
25 a 39 anos	18,2	21,5	24,2	22,8	81,8	78,5	75,8	77,2
40 a 59 anos	12,3	13,8	16,4	16,3	87,7	86,2	83,6	83,7
60 anos a mais	7,5	9,9	9,8	10,4	92,5	90,1	90,2	89,6
Escolaridade								
Analfabetos Funcionais	22,3	25,2	27,7	27,4	77,7	74,8	72,3	72,6
1ª G. Incompleto	26,4	30,6	34,0	31,9	73,6	69,4	66,0	68,1
1ª Comp e 2ª Incompleto	27,2	31,4	35,7	34,1	72,8	68,6	64,3	65,9
2ª G. Completo e mais	17,3	20,2	22,4	22,4	82,7	79,8	77,6	77,6
3ª G. Completo	6,5	6,9	7,9	6,7	93,5	93,1	92,1	93,3
Posição na família								
Chefe	13,2	15,9	18,1	16,9	86,8	84,1	81,9	83,1
Cônjuge	20,4	24,3	26,9	26,3	79,6	75,7	73,1	73,7
Filhos	34,2	36,9	40,8	39,4	65,8	63,1	59,2	60,6
Outros	21,0	24,6	27,2	27,2	79,0	75,4	72,8	72,8

Por faixa de escolaridade, as taxas de desemprego mostram-se mais elevadas para as pessoas que detêm o primeiro grau completo e o segundo grau incompleto e para as que possuem um nível de escolaridade referente ao primeiro grau incompleto. Excetuando-se os analfabetos funcionais, percebe-se que a taxa de desemprego diminui com a elevação do nível de escolaridade. Tomando como referência o ano de 1999, pode-se observar uma taxa de desemprego de 35,7% para os indivíduos que possuem o primeiro grau completo e/ou o segundo incompleto e uma taxa de 7,9% para aqueles que possuem nível universitário, ou seja, uma diferença de 27,8 pontos percentuais. Isso demonstra que o desemprego castiga de forma diferenciada as pessoas com

³ No caso dos idosos, com 60 anos e mais, percebe-se mesmo um movimento de retorno ao mercado de trabalho. Isso se verifica, fundamentalmente, em função dos rendimentos (CARRERA-FERNANDEZ, MENEZES (1999).

diferentes níveis de escolaridade. Considerando que as pessoas com menor escolaridade são as mesmas que enfrentam diferenciações nas oportunidades de educação, esse quadro social sugere que existe um mecanismo de perpetuação do quadro de verdadeira exclusão social, resultando em uma ampliação das distâncias sociais entre as pessoas de diferentes estratos educacionais.

Como era de se esperar, dada a dinâmica que as necessidades familiares impõem e tornam essas pessoas relativamente mais dinâmicas na busca de uma oportunidade, as taxas de desemprego são menores para os chefes de família, enquanto que os filhos são as pessoas que mais sofrem com o desemprego. Entretanto, no cômputo geral do período, a taxa de desemprego dos filhos se mostrou menor (15,1%), em relação à taxa dos chefes e dos cônjuges, os quais tiveram suas taxas de desemprego aumentadas em 27,7% e 27,6% respectivamente. Ademais, pode-se observar que o comportamento das taxas de desemprego por posição da família, reflete o mesmo movimento em relação aos demais atributos, ou seja, elas aparecem em crescendo entre 1997 e 1999, reduzindo-se no ano de 2000.

PERFIL DOS DESEMPREGADOS

As tabelas abaixo realçam a composição dos desempregados segundo o sexo, a raça, as faixas etárias e de escolaridade e a posição na família. Pretende-se com isso traçar o principal perfil do desempregado da RMS. Para tanto, considera-se, como referência, a composição relativa da população em idade ativa (PIA), segundo os mesmos atributos pessoais considerados até então, conforme Tabela 4.

Tabela 4

RMS – Participação Relativa na PIA segundo Atributos Pessoais Média do Período 1997-2000	
Atributos	Participação Relativa
Sexo	
Masculino	46,3
Feminino	57,7
Cor	
Branços	16,1
Negros	81,9
Faixa etária	
10 a 17 anos	21,1
18 a 24 anos	19,4
25 a 39 anos	29,1
40 a 59 anos	21,7
60 anos a mais	8,6
Escolaridade	
Analfabetos Funcionais	22,1
1ª G. Incompleto	32,7
1ª Comp e 2ª Incompleto	16,3
2ª G. Completo e mais	23,0
3ª G. Completo	5,8
Posição na família	
Chefe	31,7
Cônjuge	19,4
Filhos	38,8
Outros	12,0

Desempregados por atributos pessoais

A PIA é composta de 46,3% de homens e 53,7% de mulheres, mas o contingente de desempregados é composto de 48,7% de homens e 51,3% de mulheres (Tabela 5). Isso significa que, apesar de existirem relativamente mais mulheres desempregadas, o desemprego é um fenômeno com maior peso absoluto de homem, dado que a distância entre o percentual de homens na PIA e o percentual de homens desempregados é maior que esses mesmos percentuais referentes às mulheres.

Quanto à cor, ainda na Tabela 5, a composição do desemprego mostra-se desfavorável aos negros, pois essas pessoas, representando 82,0% da PIA, abarcam 87,4% do conjunto dos desempregados; de maneira inversa tem-se a situação dos brancos, os quais são responsáveis por 18,0% da PIA, mas representam apenas 12,6% dos desempregados. Constata-se portanto que o desemprego da RMS é principalmente constituído de negros.

Tabela 5

RMS – Distribuição do desemprego por sexo e raça				
Ano	Masculino	Feminino	Branco	Negro
1997	49,70	50,30	14,90	85,10
1998	48,90	51,10	13,60	86,40
1999	48,90	51,10	12,90	87,10
2000	47,50	52,50	9,40	90,60
Média	48,70	51,30	12,60	87,40

Segundo a faixa etária, Tabela 6, a PIA se distribui da seguinte forma: 29,1% são pessoas entre 25 e 39 anos; 21,7% dessas pessoas encontram-se na faixa etária entre 40 e 59 anos; 21,1% são aquelas que têm entre 10 e 17 anos, enquanto que 19,4% têm entre 18 e 24 anos e 8,6% possuem 60 anos ou mais. A composição do desemprego, no entanto, é bastante diferenciada para essas mesmas faixas etárias.

Tabela 6

RMS – Distribuição do desemprego por faixa etária					
Ano	10 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 59 anos	60 a mais
1997	15,5	35,0	34,5	14,1	0,9
1998	12,8	37,1	35,0	14,1	1,0
1999	12,0	36,3	35,4	15,4	0,9
2000	10,9	37,0	35,1	16,0	1,0
Média	12,7	36,4	35,0	14,9	1,0

Percebe-se um paralelo muito forte entre as participações relativas das faixas etárias na PIA (Tabela 4) e as maiores frequências no desemprego (Tabela 6). Interessante notar as faixas constituídas de pessoas entre 25 e 39 anos e entre 40 e 59 anos, respectivamente responsáveis por 35,0% e 14,9% das pessoas desempregadas. O desemprego mostra-se mais que proporcional para as pessoas pertencentes à primeira faixa considerada e menos que proporcional em relação à segunda faixa. Outra faixa etária que se encontra desfavor-

rável em relação ao desemprego, é aquela composta de pessoas entre 18 e 24 anos, já que a participação relativa no desemprego (36,4%) é bem superior à sua participação na PIA (19,4%).

Por outro lado, segundo o mesmo critério, poder-se-ia afirmar que os idosos, com 60 anos e mais, estariam favorecidos diante do desemprego, pois representam apenas 1,0% das pessoas desempregadas, quando o percentual de idosos na PIA é de 8,6%. Entretanto, considerando que essas pessoas deveriam estar fora do mercado de trabalho, não se pode negar que as necessidades de renda acabam impulsionando-as no sentido de buscar uma ocupação, mas à medida que não alcançam êxito, tornam-se desempregadas.

A questão das crianças e adolescentes, entre 10 e 17 anos é semelhante, pois representam apenas 12,7% dos desempregados, quando o percentual dessas pessoas na PIA é bem mais elevado. Como crianças e adolescentes deveriam ainda encontrar-se em formação escolar e/ou obtendo alguma forma de qualificação para ingressarem mais preparadas no mercado de trabalho, tem-se que o ingresso precoce nesse mercado acaba por comprometer suas rendas futuras, provavelmente mais elevadas se o sistema educacional funcionar a contento e essas pessoas tiverem a oportunidade de freqüentá-lo, em prol de uma renda presente quando encontram alguma forma de trabalho ou despendendo muitas de suas energias na busca de uma ocupação.

Tabela 7

RMS – Distribuição do desemprego por faixa de escolaridade

Condição	Analfabetos Funcionais	1ª G. Incompleto	1ª G. Comp e 2ª Incompleto	2ª G. Completo e mais	3ª G. Completo
1997	19,1	35,6	20,5	22,4	2,4
1998	16,6	35,9	21,6	23,6	2,3
1999	15,2	35,1	22,9	24,5	2,3
2000	14,4	32,9	23,9	26,7	2,0
Média	16,3	34,9	22,2	24,3	2,3

Com respeito à faixa de escolaridade, percebe-se que o desemprego é proporcionalmente menor para os analfabetos funcionais, pois, representando 22,1% da PIA, apenas 16,3% dessas pessoas encontram-se desempregadas. O mesmo não acontece para as faixas de escolaridade constituídas de pessoas com 1º. grau incompleto (32,7% da PIA) e com 1º grau completo e 2º grau incompleto (16,3% da PIA), mas que representam respectivamente 34,9% e 22,2% dos desempregados.

Também nessa mesma situação, em relação ao desemprego, encontram-se as pessoas com 2º grau completo e mais (23,0% da PIA), pois representam 24,3% dos desempregados. Em situação relativamente confortável, diante da questão do desemprego, encontram-se os indivíduos com nível universitário completo, pois representam 5,8% da PIA, mas constituem apenas 2,3% dos desempregados. Mesmo assim, é visível que essas pessoas também enfrentam algum grau de desemprego.

Tabela 8

RMS – Distribuição do desemprego por posição na família				
Condição	Chefe	Cônjuge	Filhos	Outros
1997	24,2	17,4	46,4	12,0
1998	25,2	18,1	45,2	11,5
1999	25,8	17,8	45,0	11,4
2000	25,3	18,5	44,6	11,6
Média	25,1	18,0	45,3	11,6

Os chefes de família e os cônjuges são relativamente menos penalizados com o desemprego, pois, compondo respectivamente 31,7% e 19,4% da PIA, representam apenas 25,1% e 18,0 dos desempregados. Por outro lado, percebe-se que os indivíduos na condição de filhos são os mais penalizados, já que, representando 38,8% da PIA, essas pessoas figuram como constituindo 45,3% dos desempregados. Os indivíduos classificados na PIA através do agregado “Outros” (12,0%) correspondem relativamente ao mesmo peso quando enfrentam a condição de desempregados (11,6%).

Desempregados por tipo e atributos pessoais

Considerando os diferentes tipos de desemprego (aberto, com trabalho precário e por desalento), pode-se traçar um outro perfil relativo aos desempregados da RMS.

Tabela 9

RMS – Distribuição do desemprego por tipo segundo o sexo, a raça e a posição na família					
Ano	Masculino	Feminino	Branca	Negra	Chefe
Desempregados abertos					
1997	46,4	53,6	16,0	84,0	19,2
1998	43,8	56,2	15,0	85,0	19,6
1999	43,5	56,5	13,3	86,7	19,7
2000	41,4	58,6	10,4	89,6	18,4
Média	43,7	56,3	13,6	86,4	19,2
Desempregados com trabalho precário					
1997	66,2	33,8	11,8	88,2	40,1
1998	66,9	33,1	10,3	89,7	40,3
1999	65,3	34,7	10,8	89,2	40,9
2000	64,6	35,4	6,7	93,3	41,8
Média	65,7	34,3	9,8	90,2	40,8
Desempregados por desalento					
1997	32,1	67,9	16,2	83,8	14,4
1998	31,8	68,2	14,6	85,4	16,7
1999	33,9	66,1	16,0	84,0	16,9
2000	32,6	67,4	11,8	88,2	15,5
Média	32,6	67,4	14,7	85,3	15,9

Considerando as participações relativas na PIA ainda como critério comparativo, percebe-se que o percentual médio de desemprego aberto dos homens (43,7%) encontra-se levemente inferior relativamente ao percentual dos homens na PIA. Esse mesmo movimento acontece para as mulheres,

pois o percentual de desemprego aberto dessas pessoas é também relativamente menor em relação ao mesmo parâmetro da PIA. Mesmo assim, pode-se afirmar que o desemprego aberto é proporcionalmente mais elevado para as mulheres, pois esse tipo de desemprego mostra-se majoritariamente composto de mulheres (56,3%).

Em relação a cor, tem-se um movimento inverso para brancos e negros, pois enquanto os brancos mostram-se proporcionalmente menos desempregados, em relação a sua respectiva participação na PIA, os negros apresentam um movimento contrário, já que a participação relativa dessas pessoas na PIA é inferior à representação no total dos desempregados (86,4%). Verifica-se então que o desemprego aberto é proporcionalmente maior para os negros que para os brancos. Considerando a condição de chefe de família, tem-se que, em média, 19,2% do desemprego aberto são atribuídos a essas pessoas, ou seja, um percentual bem inferior a sua respectiva participação relativa na PIA que foi de 31,7%.

O desemprego com trabalho precário, por sua vez, mostra-se como sendo eminentemente um fenômeno masculino e negro, pois os percentuais médios desse tipo de desemprego para os homens (65,7%) e para os negros (90,2%) são muito mais elevados que as respectivas participações dessas pessoas na PIA. Movimento inverso acontece para as mulheres (34,3%) e para os brancos (9,8%). Os chefes de família representam, em média, 40,8% dos desempregados com trabalho precário. Trata-se de uma proporção, relativamente à composição na PIA, elevada, numa demonstração de que os chefes de família não podem simplesmente cruzar os braços quando enfrentam situações de desemprego, sendo portanto induzidos rapidamente à execução de “bicos” como forma de sobrevivência.

Por outro lado, o desemprego por desalento mostra-se como sendo um fenômeno característico das mulheres e dos negros, já que os homens (32,6%) e os brancos (14,7%) encontram-se representados por percentuais inferiores, dessa forma de desemprego, em relação aos respectivos pesos relativos na PIA. As mulheres (67,4%) e os negros (85,3%) mostram-se sobre-representados em relação à composição da PIA. Os chefes de domicílios em situação de desemprego por desalento são responsáveis por 15,9% dessa modalidade de desemprego, ou seja, um percentual menor que o peso relativo dos chefes na PIA.

FORMAS DE PROCURA DE EMPREGO, TEMPO DE PERMANÊNCIA NO ÚLTIMO EMPREGO, TEMPO DE DESEMPREGO E TEMPO DE PROCURA DE TRABALHO

Inicialmente faz-se uma avaliação dos desempregados com e sem experiência anterior de trabalho. Essa distinção é importante, à medida que muitas informações, previstas no questionário da PED, são existentes apenas para aqueles que já experimentaram alguma forma de experiência de trabalho.

Os desempregados com experiência anterior de trabalho (Tabela 10) encontram-se divididos de maneira relativamente proporcional segundo o sexo.

Assim, os desempregados sem experiência anterior de trabalho mostram-se um pouco mais intensivos em mulheres (55,5%). Quanto a cor, percebe-se que os desempregados são mais intensamente compostos de negros, pois participações relativas dessas pessoas, quando possuem ou não possuem experiência anterior de trabalho, são mais elevadas que seus respectivos pesos relativos na PIA.

Tabela 10

RMS – Distribuição dos desempregados segundo experiência anterior de trabalho por sexo, raça e posição na família				
Sexo	Masculino	Feminino	Branco	Negro
Com experiência	49,8	50,2	12,6	87,4
Sem experiência	44,5	55,5	12,4	87,6
Posição na família	Chefe	Cônjuge	Filhos	Outros
Com experiência	30,5	20,6	38,0	10,9
Sem experiência	4,7	8,0	73,2	14,2

Em relação à posição na família, tem-se que os pesos relativos dos desempregados com experiência anterior de trabalho são bem próximos aos percentuais desses atributos na PIA. Assim, apenas 30,5% dos chefes de família desempregados possuem experiência anterior de trabalho, sendo de 20,6% o percentual dos cônjuges desempregados com experiência anterior de trabalho e de 38,0% o percentual dos indivíduos na condição de filhos. Para os desempregados sem experiência anterior de trabalho, esses percentuais se reduzem bastante para os chefes de família (4,7%) e para os cônjuges (8,0%), se elevando significativamente para os filhos, pois 73,2% dessas pessoas ainda não passaram por alguma forma de atividade econômica.

Tabela 11

RMS – Distribuição dos desempregados segundo experiência anterior de trabalho por faixas de escolaridade e etária					
Faixa de escolaridade	Analfabeto Funcional	1ª G. Incompleto	1ª G. Comp e 2ª Incompleto	2ª G. Completo e mais	3ª G. Completo
Com experiência	17,3	34,7	19,9	25,4	2,7
Sem experiência	12,1	35,2	31,4	20,5	0,7
Faixa etária	10 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 59 anos	60 a mais
Com experiência	6,9	32,2	41,4	18,3	1,2
Sem experiência	35,2	52,5	10,3	2,0	0,1

Segundo as faixas de escolaridade (Tabela 11), tem-se que os mais elevados percentuais de desempregados com experiência anterior de trabalho encontram-se nas faixas do primeiro grau incompleto (34,7%) e daqueles que possuem o segundo grau completo e mais (25,4%). Já para os desempregados sem experiência anterior de trabalho, as faixas de escolaridade se alteram um pouco, pois se mantêm com o maior percentual os desempregados com o primeiro grau incompleto (35,2%), mas em segundo lugar aparecem os desempregados que possuem o primeiro grau completo e o segundo incompleto (31,4%).

Quanto às faixas etárias, percebe-se uma concentração maior de desempregados com experiência anterior de trabalho para aqueles que possuem entre

25 e 39 anos (41,4%) e para aqueles que se encontram na faixa dos 18 aos 24 anos. Enquanto isso, os desempregados sem experiência anterior de trabalho, vistos por faixa etária, encontram-se relativamente mais concentrados nas faixas dos 18 aos 24 anos (52,5%) e dos 10 aos 17 anos (35,2%), ou seja, essa forma de desemprego é eminentemente jovem e, à medida que se eleva a idade, a experiência de trabalho vai acontecendo, o que é bastante natural.

Avaliação dos tempos de desemprego e de procura

O fenômeno da demissão de uma ocupação, ou mesmo o fechamento de uma atividade econômica, muitas vezes, ocasiona uma espécie de paralisação na vida da pessoa que passa por essa circunstância, de maneira que é normal acontecer um intervalo de tempo entre a demissão e a busca por uma nova ocupação. Essa busca por uma nova ocupação pode ainda estar intercalada com interrupções, as quais podem perfeitamente ocorrer por motivos alheios à vontade dos indivíduos. São fenômenos tais como dificuldades em encontrar uma nova colocação (decorrente do próprio nível de atividade econômica), falta de dinheiro para continuar a busca de uma ocupação, doença ou algum impedimento de ordem pessoal ou familiar.

Nesse momento, a ação de procura por uma nova ocupação vai sendo dirigida às ocupações mais precárias, mas mantendo-se ainda uma procura pela ocupação que considera como mais apropriada para suas características pessoais. Entretanto, na seqüência desses acontecimentos, uma imobilidade pode se instaurar no comportamento das pessoas, de maneira que um desalento, quanto à possibilidade de êxito na busca de uma ocupação, acarreta mudanças no psicológico das pessoas, alterando, por conseguinte, seu comportamento diante do mercado de trabalho.

Uma avaliação do tempo de desemprego e do tempo de trabalho nos diferentes tipos de desemprego certamente contribui para a compreensão do perfil dos desempregados, bem como da dinâmica do próprio mercado de trabalho, ou seja, quanto maior esse tempo, mais as pessoas passam a exercer atividades de “bico” e/ou ficam desalentadas.

Tabela 12

RMS – Média dos tempos de permanência no último trabalho, de desemprego e de procura por trabalho – em meses

Situação ocupacional	Tempo no último trabalho	Tempo de desemprego	Tempo de procura
Desemprego aberto	21,8	16,9	9,9
Desemprego com trabalho precário	23,4	25,2	13,3
Desemprego por desalento	23,0	24,2	12,3
Desemprego Total	22,5	20,4	11,2

Uma avaliação da Tabela 12 permite constatar que o tempo de desemprego é, na média do período considerado, mais elevado que o tempo de procura, bem como os tempos de desemprego por trabalho precário e por desalento

são maiores que o tempo de desemprego aberto. Ademais, pode-se ainda perceber que o período em que as pessoas permanecem desempregadas e/ou procurando uma nova ocupação é muito elevado, ou seja, na RMS, o desemprego aberto dura em média 16,9 meses com um tempo médio de procura de 9,9 meses; o desemprego com trabalho precário leva, em média 25,2 meses com um tempo de procura de 13,3 meses; e o desemprego por desalento dura, em média, 24,2 meses com um tempo de procura de 12,3 meses. É preciso ainda salientar que o tempo de procura encontra-se enviesado para baixo, dado que a aferição é feita no momento da pesquisa, mas o indivíduo entrevistado continua na condição de desemprego após a entrevista, sem que haja condição de se levantar uma informação final acerca de sua situação frente ao mercado de trabalho.

Uma evolução dos tempos de desemprego e de procura por trabalho para a condição de desemprego aberto pode se visualizada na Tabela 13. Em termos gerais, o tempo médio de desemprego apresentou tendência crescente, passando de 17,4 meses em 1997 para 22,6 meses em 2000. Nesse período, a duração média do tempo de procura foi sempre equivalente a pouco mais da metade do tempo que a pessoa permaneceu desempregada. Assim é que, o tempo de procura, também crescente no período, passou de 8,4 meses em 1997 para 13,6 meses em 2000, ou seja, uma média de tempo de procura de trabalho superior a um ano. É preciso salientar que um período de desemprego superior a um ano pode estar caracterizando, em muito, uma situação de desemprego de longa duração, quando as dificuldades de re-inserção no mercado de trabalho vão se avolumando de tal forma que os indivíduos passam a se sentir impossibilitados para enfrentar essa adversidade. Isso pode decorrer de vários aspectos, dentre os quais destaca-se a defasagem que passa a existir entre sua qualificação e a exigência do mercado de trabalho. Esse fato tem sido caracterizado como havendo uma diminuição da condição de empregabilidade do indivíduo que se encontre nessa situação.

Tabela 13

RMS – Desemprego Aberto				
Tempo de desemprego e de procura por trabalho				
Anos	Tempo de desemprego		Tempo de procura	
	Média	Mediana	Média	Mediana
1997	17,4	7,0	8,4	4,0
1998	19,5	9,0	10,0	6,0
1999	21,6	12,0	12,4	7,0
2000	22,6	12,0	13,6	9,0
Média	20,4	11,0	11,2	6,0

A mediana dos tempos de desemprego e de procura mede a quantidade de meses que separa os 50,0% com maiores tempos dos 50,0% com menores tempos de desemprego e procura. Uma análise da mediana desses tempos evidencia o mesmo movimento das suas respectivas médias, ou seja, esses tempos mostram-se em crescendo no período, embora representado através de números menores de meses. Assim é que, a mediana do tempo de desemprego passa de 7 meses em 1997 e alcança 12 meses em 2000, enquanto

que a mediana do tempo de procura de trabalho parte de 4 meses em 1997 e alcança 9 meses em 2000, ou seja, mais do dobro em relação ao início do período aqui analisado.

Ainda no sentido de avaliar os tempos de desemprego e de procura de trabalho, considerou-se de maneira isolada o desemprego aberto, procedeu-se então o cruzamento do tempo de desemprego com o tempo de procura de trabalho e com o tempo de permanência na última ocupação exercida pelo desempregado, bem como o cruzamento do tempo de procura de trabalho com o tempo de permanência na última ocupação. Esses resultados encontram-se nas Tabelas 14 a 16.

Tabela 14

RMS – Desemprego Aberto			
Tempo de desemprego por tempo de procura			
Tempo de desemprego	Tempo de procura		
	Até 6 meses	Mais de 6 meses até 2 anos	Mais de 2 anos
Até 6 meses	85,6	12,2	2,2
Mais de 6 meses a 2 anos	34,5	62,9	2,6
Mais de 2 anos	31,5	31,9	36,6
Média	58,0	34,3	7,6

O cruzamento do tempo de desemprego aberto com o tempo de procura de trabalho, pode ser avaliado através de uma leitura da Tabela 14. A diagonal principal mostra as situações mais eqüidistantes, ou seja, 85,6% dos desempregados com até 6 meses de desemprego também se encontram na faixa de até 6 meses de tempo de procura. Com tempo de desemprego e de procura na faixa que vai de mais de seis meses até dois anos, o percentual de desempregados é de 62,9%, caindo para 36,6% na faixa superior a dois anos de tempo de desemprego e de procura.

Pode-se ainda perceber que, com o aumento do tempo de desemprego verifica-se uma redução do percentual de pessoas com procura inferior a seis meses, caracterizando uma redução da resistência dos desempregados na busca por uma nova ocupação, bem como um retorno ao mercado de trabalho na forma de procura de trabalho. Dessa forma, tem-se que 31,5% dos desempregados a mais de dois anos encontram-se a menos de seis meses procurando trabalho, enquanto que 31,9% desses mesmos desempregados estão entre seis meses e dois anos procurando trabalho. Como o tempo de procura é normalmente inferior ao tempo de desemprego⁴, leva a crer que essas pessoas voltaram a procurar uma ocupação após uma interrupção decorrente de algum motivo pessoal ou imputado à própria dinâmica do mercado de trabalho.

⁴ É notória a presença de pessoas cujo tempo de desemprego mostra-se superior ao tempo de procura. Esse fenômeno aparece nas faixas de tempo de desemprego de até seis meses e de mais de seis meses a dois anos. Isso parece decorrer do fato de que, para muitas pessoas, encontrar uma ocupação ainda não significa alcançar uma satisfação quanto ao tipo de trabalho a ser exercido, de maneira que continuam a manter uma procura de trabalho.

A seguir tenta-se verificar a relação entre o tempo de permanência na última ocupação exercida com o tempo de desemprego e com o tempo de procura de trabalho (Tabela 15).

Tabela 15

RMS – Desemprego Aberto			
Tempo de desemprego por tempo de permanência no trabalho anterior			
Tempo de desemprego	Tempo de permanência no último emprego		
	Até 6 meses	Mais de 6 meses até 2 anos	Mais de 2 anos
Até 6 meses	59,1	28,6	12,2
Mais de 6 meses a 2 anos	40,5	38,6	20,9
Mais de 2 anos	23,0	40,3	36,7
Média	46,5	34,2	19,3

A Tabela 15 mostra que a maior estabilidade do desempregado na sua última ocupação encontra-se associada a uma menor aptidão para enfrentar a adversidade do desemprego. Esse acontecimento pode ser explicado pelo fato das pessoas que vinham de uma situação de grande estabilidade ocupacional, mas, por alguma razão, ficaram desempregadas, perderam ou ainda não adquiriram o traquejo necessário para dominar os mecanismos de busca por uma nova ocupação. Esse argumento pode ser visualizado, percorrendo a primeira linha da mesma Tabela, quando se verifica que os desempregados com até seis meses de desemprego são, em sua maioria, também aqueles que detinham a mais baixa estabilidade na última ocupação (59,1%). A segunda linha da Tabela 15 continua a mostrar o mesmo fenômeno e a terceira linha salienta um menor percentual (23,0%) para o desemprego superior a dois anos, mas com tempo de permanência de até seis meses na última ocupação. Pode-se ainda observar, nessa terceira linha, que é bastante elevado o percentual de pessoas com mais de dois anos de desemprego, mas que permaneceram mais de dois anos na última ocupação (36,7%).

Tabela 16

RMS – Desemprego Aberto			
Tempo de procura por tempo de permanência no trabalho anterior			
Tempo de procura	Tempo de permanência no último emprego		
	Até 6 meses	Mais de 6 meses até 2 anos	Mais de 2 anos
Até 6 meses	51,4	32,4	16,2
Mais de 6 meses a 2 anos	41,5	37,5	21,0
Mais de 2 anos	32,5	32,7	34,8
Média	46,5	34,2	19,3

Considerando a relação entre o tempo de procura de trabalho e o tempo de permanência na última ocupação (Tabela 16), percebe-se que o fenômeno da perda de identidade com os mecanismos de informação do mercado de trabalho também se verifica. Basta observar a primeira linha dessa Tabela e verificar que o maior percentual de desempregados que se encontra há mais de seis meses procurando trabalho são os mesmos que experimentaram uma menor estabilidade ocupacional (51,4%), enquanto na terceira linha tem-se que os desempregados com mais de dois anos de procura de trabalho en-

contram-se razoavelmente equilibrados em termos de estabilidade da última ocupação, sendo o percentual de desempregados com mais de dois anos de permanência na última ocupação ligeiramente superior aos demais (34,8%).

Avaliação das formas de procura de emprego

As informações relativas às formas de procura de emprego, quando cruzadas com o tempo de desemprego e com o tempo de procura de trabalho, oferecem algumas sugestões a respeito da dinâmica das pessoas na busca por uma nova ocupação.

Tabela 17

RMS – Distribuição das formas de procura de emprego por tempo								
Tempo	Procurou empresa, agência ou sindicato	Procurou o SINE	Colocou ou respondeu anúncio	Procurou parente, amigo ou conhecido	Procurou na rua	Contatou com possíveis clientes	Outra forma	Média do ano
De desemprego								
Até 6 meses	47,3	38,9	41,6	47,9	49,6	85,7	38,7	47,2
Mais de 6 meses até 2 anos	38,3	44,5	41,7	35,5	36,0	8,0	39,2	37,6
Mais de 2 anos	14,4	16,6	16,7	16,7	14,5	6,2	22,1	15,3
De procura								
Até 6 meses	59,0	54,4	52,1	61,6	60,3	84,8	54,0	58,7
Mais de 6 meses até 2 anos	34,7	36,7	39,0	31,4	33,4	12,2	39,4	34,4
Mais de 2 anos	6,3	8,9	8,9	7,0	6,4	3,0	6,6	6,9

Algumas observações podem ser retiradas de uma análise da Tabela 17. Primeira, tanto para o tempo de desemprego quanto para o tempo de procura de trabalho, verifica-se que no primeiro momento (até seis meses) o contato direto com o mercado de trabalho é mais forte (contato com possíveis clientes). Como muito provavelmente essa modalidade de procura é desenvolvida pelos trabalhadores autônomos, pode-se ter uma idéia do grau de informalidade presente nas relações de trabalho da RMS. Ademais, todas as formas de busca mostram elevados percentuais no decorrer dos seis primeiros meses de tempo de desemprego e de tempo de procura de trabalho.

Segunda, em relação ao tempo de desemprego de até seis meses, tem-se que 49,6% dos desempregados procuraram trabalho na rua, 47,9% o fizeram através de parentes, amigos ou conhecidos, 47,3% procuraram empresas, agências de emprego ou sindicatos. Já em relação ao tempo de procura de trabalho, esses percentuais foram 61,6% para busca através de parentes, amigos ou conhecidos, 60,3% para as procuras na rua e 59,0% para procura em empresas, agências de emprego ou sindicatos.

Terceira, excetuando a procura de trabalho através do SINE, que se mostrou mais forte para as pessoas com tempo de desemprego entre seis meses e dois

anos (44,5%), todas as demais formas de procura parecem amortecer à medida que o tempo de desemprego ou de procura de trabalho se eleva. Isso demonstra que a desolação e o desalento vão se impondo aos desempregados, quando as dificuldades do desemprego não são eliminadas através de uma colocação no mercado de trabalho.

Finalmente, tem-se que aproximadamente a metade dos desempregado (47,2%) encontra-se nessa situação há no máximo seis meses; com respeito ao tempo de procura de trabalho, esse percentual é de 58,7%. Em relação ao desemprego superior a seis meses e inferior a dois anos, os percentuais de desempregados são 37,6% e 34,4%, respectivamente para os tempos de desemprego e de procura de trabalho, baixando para 15,3% e 6,9% quando o desemprego ultrapassa os dois anos. Significa dizer que as pessoas desempregadas efetivamente tomam, em um primeiro momento, algum tipo de providência em relação ao desemprego, mas amortecem essas iniciativas à medida que os tempos de desemprego e de procura de trabalho se alongam.

PRINCIPAIS EX-OCUPAÇÕES E EX-SETORES DE ATIVIDADE

Principais ex-ocupações

A Tabela 18 mostra as participações relativas dos grupos mais freqüentes de ex-ocupações dos desempregados da RMS. É importante salientar que esse conjunto de agrupamentos representa 58,3% do total das últimas ocupações dessas pessoas. Nessa Tabela, as ex-ocupações mostram-se com perfis bastante precários conforme pode ser constatado por suas simples descrições.

Tabela 18

RMS – Participação relativa das principais ocupações antes do desemprego	
Última Ocupação	Participação Relativa
Estagiário	2,8
Secretaria	1,6
Auxiliar de contabilidade e contas a pagar, caixa, pagador	2,7
Apontador, auxiliar de escritório, auxiliar administrativo	3,4
Recepcionista	1,9
Vendedor, vendedor de jornais e revistas	4,5
Balconista no comércio	3,3
Baleiro, bilheteiro, doceiro no comércio, feirante e fruteiro	1,5
Cozinheiro	1,9
Atendente de bar e lanchonete, copeiro, garçom	3,7
Camareiro, empregado doméstico	12,7
Faxineiro, lixeiro, servente	5,3
Pintor a pistola, pintor e caiador	1,6
Estucador, pedreiro	2,9
Motorista, operador de máquinas da construção civil e tratorista	2,4
Servente de pedreiro, trabalhador braçal	6,1
Total	58,3

O principal grupo de ex-ocupações dos desempregados da RMS é constituído de “camareiros ou empregados domésticos”, representando 12,7% do total de ex-ocupações levantadas pela PED-RMS. Em seguida, têm-se os grupos

de “serventes de pedreiro ou trabalhadores braçais”, com 6,1% das ex-ocupações. Além disso, podem ser encontrados os “faxineiros, lixeiros ou serventes”, com o percentual de 5,3% do total das ex-ocupações da RMS e os “vendedores, vendedores de jornais e revistas”, com o peso de 4,5%.

A Tabela 19 mostra a proporção de desempregados nas ex-ocupações segundo o critério do gênero e da cor. Os homens figuram mais frequentemente nas seguintes ex-ocupações: “pintor e caiador” (99,6%), “estucador” (99,9%), “motorista, operador de máquinas e tratorista” (98,6%) e “servente de pedreiro e trabalhador braçal” (97,9%).

Tabela 19

RMS – Distribuição das principais ocupações antes do desemprego por sexo e raça				
Última Ocupação	Masculino	Feminino	Branco	Negro
Estagiário	41,5	58,5	23,5	76,5
Secretário	2,4	97,6	22,5	77,5
Auxiliar de contabilidade e contas a pagar, caixa, pagador	18,4	81,6	18,6	81,4
Apontador, auxiliar de escritório, auxiliar administrativo	32,6	67,4	20,8	79,2
Recepcionista	8,5	91,5	21,6	78,4
Vendedor, vendedor de jornais e revistas	34,8	65,2	21,3	78,7
Balconista no comércio	32,5	67,5	13,3	86,7
Baleiro, bilheteiro, doceiro no comércio, feirante e fruteiro	42,7	57,3	12,1	87,9
Cozinheiro	15,6	84,4	6,1	93,9
Atendente de bar e lanchonete, copeiro, garçom	40,0	60,0	11,2	88,8
Camareiro, empregado doméstico	2,6	97,4	5,7	94,3
Faxineiro, lixeiro, servente	53,8	46,2	5,3	94,7
Pintor a pistola, pintor e caiador	99,6	0,4	4,2	95,8
Estucador, pedreiro	99,9	0,1	6,4	93,6
Motorista, operador de máquinas da construção civil e tratorista	98,6	1,4	13,0	87,0
Servente de pedreiro, trabalhador braçal	97,9	2,1	5,0	95,0
Total	41,1	58,9	11,3	88,7

As mulheres, por sua vez, aparecem mais presentes nas ocupações cujos percentuais relativos são superiores a 58,0%, expressão da participação das mulheres na PIA. Assim, pode-se afirmar que as ex-ocupações de secretário; auxiliar de contabilidade; apontador, auxiliar de escritório e auxiliar administrativo; recepcionista; vendedor, vendedor de jornais e revistas; balconista; cozinheiro e camareiro e empregado doméstico são ocupações com a presença mais freqüente de mulheres.

Segundo o critério da cor, tem-se que os negros, de uma parte, apresentam um peso relativo nas principais ex-ocupações (88,7%) mais que proporcional ao peso relativo na PIA (81,9%), numa demonstração que o desemprego, nas ex-ocupações mais freqüentes do mercado de trabalho da RMS, é proporcionalmente mais negro que branco; de outra parte, essas pessoas aparecem mais presentes em ocupações precárias, tais como pintor; servente de pedreiro e trabalhador braçal; faxineiro e lixeiro; camareiro e emprego doméstico e cozinheiro.

A Tabela 20 apresenta as principais ex-ocupações dos desempregados segundo o critério das faixas de escolaridade. A primeira observação, que se pode tirar dessa Tabela, é que existe uma relação, ainda que tênue, entre grau de escolaridade e desemprego. Para perceber isso, basta comparar, por faixa de escolaridade, os percentuais de desempregados com os respectivos pesos relativos na PIA. Com exceção dos analfabetos funcionais, verifica-se que para duas faixas de menor escolaridade, os pesos relativos nas principais ex-ocupações são mais elevados que os respectivos percentuais na PIA. Tem-se um equilíbrio entre esses percentuais para a faixa de escolaridade referente ao segundo grau completo e mais (23,0%), invertendo-se essa relação para os desempregados com escolaridade correspondente ao nível universitário (1,3%), cujo percentual é bastante inferior ao peso relativo dessas pessoas na PIA (5,8%).

Mesmo assim, os maiores contingentes de desempregados, nas principais ex-ocupações, detêm apenas o primeiro grau incompleto (36,6%) e o segundo grau completo e mais (23,0%), somente em seguida aparecem àqueles desempregados analfabetos funcionais (20,3%) e os que possuem o primeiro grau completo e/ou o segundo incompleto (18,8%).

Tabela 20

RMS – Distribuição das principais ex-ocupações dos desempregados por faixa de escolaridade					
Última Ocupação	Analf. func.	1ª G incomp	1ª G comp e 2ª inc	2ª G comp e mais	3ª G comp
Estagiário	0,7	2,7	16,1	70,6	9,9
Secretaria	0,4	8,3	22,1	60,3	8,9
Auxiliar de contabilidade e contas a pagar, caixa, pagador	1,1	10,0	21,2	64,8	2,9
Apontador, auxiliar de escritório, auxiliar administrativo	0,6	6,8	18,9	69,0	4,6
Recepcionista	1,2	10,6	28,2	58,3	1,7
Vendedor, vendedor de jornais e revistas	3,7	22,4	30,8	42,0	1,0
Balconista no comércio	5,5	28,9	33,7	31,4	0,4
Baleiro, bilheteiro, doceiro no comércio, feirante e fruteiro	22,0	43,0	21,8	13,0	0,2
Cozinheiro	24,0	50,0	18,7	7,1	0,2
Atendente de bar e lanchonete, copeiro, garçom	12,9	46,5	27,5	13,0	0,1
Camareiro, empregado doméstico	33,0	50,2	12,9	4,0	–
Faxineiro, lixeiro, servente	28,1	50,0	16,1	5,7	0,1
Pintor a pistola, pintor e caiador	29,0	51,6	15,9	3,6	–
Estucador, pedreiro	49,9	40,6	7,2	2,3	–
Motorista, operador de máquinas da construção civil e tratorista	14,8	40,8	24,2	19,5	0,7
Servente de pedreiro, trabalhador braçal	35,9	51,2	11,0	1,9	–
Total	20,3	36,6	18,8	23,0	1,3

Os analfabetos funcionais (com até dois anos de escolaridade), cujo peso relativo na PIA é 22,1%, exerceram, quando ocupados, fundamentalmente as ocupações de estucador e pedreiro; servente de pedreiro e trabalhador

braçal; camareiro e empregado doméstico; pintor e caiador; faxineiro, lixeiro e servente e, finalmente, cozinheiro. Os desempregados com escolaridade referente ao primeiro grau incompleto dedicaram-se mais às ocupações cujas proporções são superiores ao respectivo peso relativo na PIA (32,7%). Ademais, pode-se constatar que o maior nível de escolaridade, além de reduzir a exposição ao desemprego, reservou também ex-ocupações mais qualificadas para os desempregados, de maneira que é natural que essas pessoas aguardem colocações também menos precárias.

A Tabela 21 mostra as principais ex-ocupações, segundo as faixas etárias dos desempregados. A observação dessa Tabela permite avançar que os maiores pesos das principais ex-ocupações recaem nas faixas etárias de 18 a 24 anos e de 25 a 39 anos. Isso de certa forma já era esperado, dado que essas são as faixas etárias em que as pessoas se mostram economicamente mais ativas. Vale destacar a importância do desempregado que anteriormente foi estagiário na faixa de 28 a 24 anos (74,3%), bem como a idade mais elevada dos desempregados que foram estucadores, motorista ou operadores de máquina, cozinheiros e pintores, já que respectivamente, 44,2%, 42,7%, 34,4% e 24,9% deles encontram-se na faixa dos 40 aos 59 anos.

Tabela 21

RMS – Distribuição das principais ex-ocupações dos desempregados por faixa etária					
Última Ocupação	10 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 59 anos	60 a mais
Estagiário	4,8	74,3	20,1	0,8	–
Secretaria	1,6	38,1	45,1	15,0	0,2
Auxiliar de contabilidade e contas a pagar, caixa, pagador	2,2	28,5	55,4	13,8	0,1
Apontador, auxiliar de escritório, auxiliar administrativo	1,9	27,9	53,7	16,1	0,4
Recepcionista	2,6	39,7	51,5	6,3	–
Vendedor, vendedor de jornais e revistas	8,9	42,5	38,5	10,0	0,1
Balconista no comércio	10,3	43,4	38,7	7,4	0,3
Baleiro, bilheteiro, doceiro no comércio, feirante e fruteiro	23,3	28,9	32,4	14,8	0,7
Cozinheiro	0,9	12,3	50,7	34,4	1,7
Atendente de bar e lanchonete, copeiro, garçom	11,4	41,8	36,0	10,4	0,4
Camareiro, empregado doméstico	10,2	33,9	41,5	13,8	0,6
Faxineiro, lixeiro, servente	4,3	30,0	46,8	18,5	0,4
Pintor a pistola, pintor e caiador	7,4	26,6	38,3	24,9	2,7
Estucador, pedreiro	0,5	9,4	40,5	44,2	5,4
Motorista, operador de máquinas da construção civil e tratorista	–	12,3	40,8	42,7	4,2
Servente de pedreiro, trabalhador braçal	8,9	46,7	32,8	11,1	0,5
Total	6,9	35,1	41,0	16,1	0,9

É importante ainda frisar que as pessoas idosas trabalhavam de maneira mais freqüente como estucadores (5,4%) e motorista ou operadores de máquinas (4,2%); enquanto que as crianças e adolescentes foram mais freqüentemen-

te 'baleiros, bilheteiro, doceiro no comércio, feirante e fruteiro' (23,3%), mas exerceram as ocupações de atendente de bar (11,2%), balconista no comércio (10,3%) e camareiro ou empregado doméstico (10,2%).

Uma avaliação das principais ex-ocupações segundo a posição na família pode ser realizada por uma incursão na Tabela 22. Tem-se então que, dentre as principais ex-ocupações, o peso dos desempregados classificados como filhos (38,3%) é maior que o peso dos chefes de família (26,2%) ou mesmo dos cônjuges (24,0%). Assim é que os pesos das principais ex-ocupações dos chefes de família e dos cônjuges aparecem menos que proporcional às suas respectivas participações na PIA, as quais foram respectivamente de 31,7% e 19,4%. Enquanto isso, os filhos, representando 38,8% da PIA, aparecem de maneira muito equilibrada nas principais ex-ocupações.

Tabela 22

RMS – Distribuição das principais ex-ocupações dos desempregados por posição na família				
Última Ocupação	Chefe	Cônjuge	Filhos	Outros
Estagiário	4,8	7,7	74,4	13,1
Secretaria	9,9	32,0	46,4	11,7
Auxiliar de contabilidade e contas a pagar, caixa, pagador	14,0	36,1	39,3	10,6
Apontador, auxiliar de escritório, auxiliar administrativo	18,9	26,7	42,6	11,7
Recepcionista	10,8	29,4	46,1	13,7
Vendedor, vendedor de jornais e revistas	16,0	22,5	46,3	15,2
Balconista no comércio	13,5	24,5	48,8	13,2
Baleiro, bilheteiro, doceiro no comércio, feirante e fruteiro	20,7	28,4	39,2	11,7
Cozinheiro	33,0	44,1	15,9	6,9
Atendente de bar e lanchonete, copeiro, garçom	19,5	22,0	45,0	13,5
Camareiro, empregado doméstico	16,2	42,5	28,9	12,4
Faxineiro, lixeiro, servente	31,6	24,1	33,8	10,5
Pintor a pistola, pintor e caiador	51,4	2,5	38,3	7,8
Estucador, pedreiro	83,1	1,7	10,0	5,2
Motorista, operador de máquinas da construção civil e tratorista	72,1	2,1	19,3	6,4
Servente de pedreiro, trabalhador braçal	36,9	1,2	50,1	11,8
Total	26,2	24,0	38,3	11,5

As principais ex-ocupações dos chefes de família são estucador (83,1%), motorista, operador de máquinas (72,1%) e pintor (51,4%). Os cônjuges aparecem mais como cozinheiros (44,1%) e camareiros ou empregados domésticos (42,5%); enquanto os filhos são mais freqüentes como estagiários (74,4%), servente de pedreiro ou trabalhador braçal (50,1%).

Principais ex-setores de atividade

O desemprego aberto da RMS pode ser visualizado, a partir dos pesos relativos que essas pessoas representam nos setores econômicos que trabalhavam. Isso pode ser feito com o auxílio da Tabela 23.

Tabela 23

RMS – Desemprego aberto por setor de atividade da última ocupação					
Setor	1997	1998	1999	2000	Média
Indústria	11,3	10,4	11,4	10,6	10,9
Comércio	18,4	18,9	18,3	17,5	18,3
Serviços	59,0	59,9	58,8	60,0	59,4
Outros	11,3	10,9	11,4	11,8	11,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

As mais elevadas proporções de desempregados abertos são provenientes do setor de serviços. Isso pode ser considerado natural, dado que esse setor representa também o maior peso da ocupação da RMS. Interessante é notar que o peso relativo dos desempregados oriundos desse setor apresentou um pequeno crescimento no período. Por outro lado, a indústria e o comércio aparecem como os setores que desempregaram relativamente menos, que o setor de serviços. Em 2000, esses setores apontaram reduções, em relação a 1999, dos percentuais de desempregados, mantendo-se como responsáveis respectivamente por 17,5% e 10,6% do desemprego setorial.

A análise da origem setorial, do desemprego aberto da RMS, pode ainda ser complementada observando-se os tempos de permanência no último emprego, de procura de trabalho e de desemprego dessas pessoas. Essa observação pode ser feita com o auxílio da Tabela 24. Essa Tabela mostra que os mais elevados percentuais de desempregados, com tempo de permanência na última ocupação entre seis meses e dois anos, aparecem no setor comercial (42,6%) e industrial (38,5%). Sendo porém significativos, para todos os ex-setores, os percentuais de permanência de até seis meses no último emprego. Com tempo de permanência superior a dois anos, destacam-se os desempregados oriundos da indústria (25,6%) e do comércio (20,6%).

Tabela 24

RMS – Desemprego Aberto – Setor de atividade dos desempregados			
Setores de Atividade	Até 6 meses	Mais de 6 meses até 2 anos	Mais de 2 anos
Tempo de permanência no último emprego			
Indústria	35,9	38,5	25,6
Comércio	36,8	42,6	20,6
Serviços	39,9	40,5	19,7
Outros	50,3	32,7	17,0
Total	40,1	39,8	20,2
Tempo de procura de trabalho			
Indústria	50,9	37,4	11,7
Comércio	51,2	39,0	9,8
Serviços	53,6	37,1	9,3
Outros	56,0	34,7	9,3
Total	53,1	37,2	9,6
Tempo de desemprego			
Indústria	38,9	35,1	26,1
Comércio	42,7	36,1	21,2
Serviços	42,4	36,5	21,1
Outros	60,6	29,1	10,3
Total	44,1	35,5	20,4

Os mais elevados percentuais de tempo de procura de trabalho, como era de se esperar, aparecem, independentemente do ex-setor de atividade, para as pessoas com até seis meses de desemprego. É, no entanto, interessante destacar os percentuais relativos aos desempregados com tempo de procura de trabalho entre seis meses e dois anos, bem como o percentual de desempregados que trabalharam na indústria com tempo de procura superior a dois anos (11,7%).

Entretanto, a mais importante variável desse conjunto de indicadores é, sem dúvida, o tempo de desemprego. Essa importância deve-se a melhor caracterização que essa variável permite expressar em relação ao grau de dificuldade para obtenção de um novo posto de trabalho. Uma avaliação do desemprego aberto, por faixa de meses, mostra que 42,7% dos desempregados originários do comércio encontram-se nessa situação há pelo menos seis meses. Esse percentual foi calculado em 42,4% para o setor de serviços e em 38,9% para os que tiveram a indústria como atividade anterior ao desemprego.

A Tabela 24 mostra ainda que, independentemente do setor de atividade, a proporção de desempregados declina à medida que o tempo de desemprego se eleva. Essa proporção se mantém ainda elevada quando o desemprego é superior a dois anos. Essa situação engloba 26,1% do total de desempregados pela indústria, 21,1% dos desempregados pelo comércio e 21,1% dos que tiveram nos serviços a última ocupação.

ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DOS DESEMPREGADOS

Os desempregados sobrevivem de alguma maneira. É interessante avaliar as principais formas de sobrevivência utilizadas pelas pessoas, quando enfrentam uma situação de desemprego. O questionário da PED permite que se faça essa avaliação, à medida que levanta, junto aos desempregados, os meios mais utilizados para sobreviver. Considerando, que o desemprego pode durar mais de trinta dias e que nesse período as pessoas desempregadas podem utilizar-se de mais de um dos meios previstos, o questionário da PED permite a escolha de até dois meios principais, de maneira que a soma dos percentuais das linhas da Tabela 25 ultrapassa cem por cento, em decorrência da interseção de respostas.

Uma análise da Tabela 25 mostra que, segundo os atributos pessoais, as estratégias de sobrevivência dos desempregados são muito diferenciadas. Quando vistas pela ótica do gênero, tem-se que as mulheres desempregadas recorrem relativamente mais ao auxílio de familiares que trabalham (52,3%), ajuda de parentes (48,1%) e trabalhos irregulares (39,6%). Os homens, embora optando pelos mesmos mecanismos, se diferenciam nas proporções, de forma que recorrem preferencialmente aos familiares que trabalham (65,4%) e ao auxílio de parentes (51,2%). Quanto às formas mais formais de sobrevivência, mesmo considerando os baixos percentuais, pode-se observar uma maior inclinação dos homens para o uso do seguro desemprego (2,4%) e do FGTS (2,0%) e aposentadorias e pensões (2,0%).

Tabela 25

RMS – Principais meios de sobrevivência dos desempregados nos últimos 30 dias						
	Trabalho irregular	Ajuda de parentes	Outro familiar trabalha	Fundo de garantia	Seguro desemprego	Pensão ou aposentadoria
Sexo						
Masculino	39,6	48,1	52,3	2,0	2,4	2,0
Feminino	19,5	51,2	65,4	0,8	1,0	2,4
Cor						
Brancos	22,7	53,5	61,4	1,7	2,2	3,7
Negros	30,3	49,1	58,6	1,3	1,6	2,0
Faixa etária						
10 a 17 anos	17,7	53,5	71,9	0,1	0,0	0,2
18 a 24 anos	23,4	53,6	65,2	0,8	1,0	0,3
25 a 39 anos	35,8	47,8	53,0	2,1	2,7	1,0
40 a 59 anos	38,5	41,8	48,6	2,3	2,3	9,0
60 anos a mais	23,2	40,8	36,5	0,8	0,5	36,2
Escolaridade						
Analfabetos	39,6	52,0	50,0	0,8	1,0	2,3
Funcionais						
1ª G. Incompleto	33,5	49,4	57,4	1,1	1,2	1,5
1ª Comp e 2ª Incompleto	25,1	49,1	63,9	1,3	1,7	1,4
2ª G. Completo e mais	21,4	49,2	63,0	2,1	2,6	3,0
3ª G. Completo	17,9	48,1	57,0	3,3	2,9	11,1
Posição na família						
Chefe	47,9	44,6	32,7	3,3	3,7	6,8
Cônjuge	22,8	38,4	75,8	0,6	0,9	1,4
Filhos	22,7	52,4	68,4	0,7	1,0	0,3
Outros	24,8	67,4	53,2	1,3	1,2	0,8

Quanto à cor, a Tabela 25 revela que os principais meios de sobrevivência utilizados por brancos e negros são os mesmos, diferenciando-se apenas nas intensidades de utilização. Assim, enquanto 61,4% dos desempregados brancos sobrevivem com o auxílio de familiares que trabalham, esse percentual é de 58,6% para os negros. Por outro lado, os trabalhos irregulares são relativamente menos usados pelos brancos, enquanto o auxílio de parentes mostra-se mais equilibrado entre os dois sexos. Os mecanismos mais formais são, no entanto, preferencialmente utilizados pelos brancos em detrimento dos negros.

Por faixa etária, pode-se observar que as estratégias mais formais vão sendo mais utilizadas, à medida que a idade aumenta, de maneira que as aposentadorias e pensões são contempladas preferencialmente pelos desempregados com idade entre de 60 anos e mais (36,2%) e pelos que têm entre 40 e 59 anos (9,0%). Entretanto, as estratégias menos formais (auxílio de familiares que trabalham, ajuda de parentes e trabalho irregular) são utilizadas por todos os segmentos etários.

Em relação ao nível de escolaridade do desempregado, percebe-se uma intensificação do uso de mecanismos mais formais, à medida que a escolaridade

dade se eleva. Os desempregados com terceiro grau completo usam mais freqüentemente as aposentadorias e pensões (11,1%), o FGTS (3,3%) e o seguro desemprego (2,9%). Entretanto, as estratégias menos formais são utilizadas indistintamente por todos os perfis de escolaridade.

Com respeito à posição na família, no entanto, aparecem algumas diferenciações quanto ao uso das estratégias de sobrevivência. Os chefes de família, além de utilizarem mais freqüentemente dos mecanismos formais, também priorizam relativamente mais os trabalhos irregulares (47,9%) e os auxílios de parentes (44,6%), somente depois solicitam auxílio de familiares que trabalham (32,7%). As demais posições na família (cônjuge e filhos) mantêm, mais ou menos, as mesmas ordens de escolha dos procedimentos de sobrevivência, havendo apenas diferenciações das respectivas magnitudes relativas.

ALGUNS ELEMENTOS DE CONCLUSÃO

O levantamento e análise do desemprego da RMS possibilitaram algumas conclusões interessantes. Em primeiro lugar, observou-se uma grande estabilidade da taxa de participação, de maneira que o movimento do desemprego ficou muito mais atrelado aos mecanismos econômicos que aos movimentos populacionais, permitidos pela passagem da inatividade à atividade econômica. Em segundo lugar, percebe-se que a magnitude do desemprego na RMS é muito grande; isso pode ser verificado pela dimensão das taxas de desemprego, as quais, quando observadas segundo os atributos pessoais dos desempregados, normalmente ultrapassam os 20,0%. Ademais, o desemprego com trabalho precário é aquele que mais cresce no período considerado. As taxas de desemprego são ainda mais elevadas para os seguintes atributos pessoais: mulheres, negros, menos escolarizados, jovens com até 24 anos e filhos.

Dentre as formas de procura de trabalho, percebe-se que o contato direto é a mais usual, pelo menos nos seis primeiros meses de desemprego. Como a principal forma direta de procura de trabalho é o contato com possíveis clientes e considerando que esse expediente é fundamentalmente utilizado pelos trabalhadores autônomos, tem-se uma idéia do grau de informalidade presente nas relações de trabalho da RMS. Ainda para os seis primeiros meses de desemprego, percebeu-se que todas as formas de busca mostraram-se através de elevados percentuais, tanto para tempo de desemprego como para o tempo de procura de trabalho. Significa dizer que o desempregado da RMS verdadeiramente se debate em busca de uma atividade econômica para, a partir daí, extrair sua respectiva subsistência.

As principais ex-ocupações dos desempregados da RMS mostram-se muito precárias, de maneira que não requerem grandes níveis de escolaridade. O emprego doméstico, com um peso de 12,7%, é a principal ex-ocupação, seguindo-se os serventes de pedreiro ou trabalhadores braçais (6,1%), os faxineiros, lixeiros ou serventes (5,3%) e os vendedores, vendedores de jor-

nais e revistas (4,5%). Em termos setoriais, tem-se o setor de serviços (60,0%) como o de maior peso na eliminação de postos de trabalho, naturalmente que esse percentual guarda estreita relação com a estrutura ocupacional da RMS, fundamentalmente montada nesse setor. Entretanto, a relativa estabilidade na composição dos ex-setores dos desempregados leva a crer que, no período analisado, não houve significativas mudanças estruturais na geração do desemprego na RMS.

A complexidade do fenômeno do desemprego mostra-se crescente nos últimos 20 anos. No caso da RMS, as principais conseqüências desse aumento de complexidade são a grande extensão do tempo de desemprego (média de 20,4 meses) e de procura de trabalho (média de 11,2 meses), bem como a obrigatoriedade que o indivíduo desempregado se depara, devendo rapidamente encontrar um mecanismo de sobrevivência. Face à impossibilidade de continuar nessa situação por tempo indeterminado, o desempregado é levado a se satisfazer com alternativas ocupacionais mais precárias, aumentando por conseguinte o grau de informalidade econômica, ou com alternativas socialmente mais excludentes tais como auxílio de familiares e parentes. É ainda interessante frisar que, na RMS, as formas de sobrevivência pautadas em mecanismos mais formais (auxílio desemprego e FTGS), que tentam corrigir o ciclo econômico, são muito pouco utilizadas pelos desempregados.

REFERÊNCIAS

- AMADEO, E. *et al.* *A natureza e o funcionamento do mercado de trabalho brasileiro desde 1980*. Rio de Janeiro: IPEA, 1994. (Texto para discussão).
- AZEVEDO, J. S. G. de. Relações entre rendimentos e qualificação: explorando os dados da PED/RMS. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 28, n. especial, 1997.
- _____. MENEZES, W. F. Mudanças nos mercados de trabalho de algumas regiões metropolitanas: desemprego e informalidade. *Força de Trabalho e Emprego*, Salvador, v. 14, n. 1-3, 1996.
- BALTAR, P.; HENRIQUE, W. Emprego e renda na crise contemporânea no Brasil. In: *O mundo do trabalho. Crise e mudança no final do século*. São Paulo: Scritta-Cesit, 1994.
- BALTAR, P. Crise contemporânea e mercado de trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, C. A. B. (Org.). *Economia e trabalho*. Campinas: Unicamp, 1998.
- CARRERA-FERNANDEZ, J.; MENEZES, W. F. A participação do idoso na força de trabalho: uma abordagem a partir da RMS. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 6º, 1999. *Anais...* Vitória: ANPEC, 1999.
- CASTRO, N. B.; BARRETO, V. S. *Trabalho e desigualdades raciais: negros e brancos no mercado de trabalho em Salvador*. São Paulo: Annablume, 1998.
- DEDECCA, C. Desemprego e regulação no Brasil de hoje. *Cadernos do CESIT*. n. 20, ago. 1993.

_____. *Racionalização econômica e trabalho no capitalismo avançado*. Campinas: Unicamp-IE, 1999.

_____. C.; BALTAR, P. Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90. *Estudos Econômicos*, v. 27, número especial, 1997.

_____. BRANDÃO, S. Recessão, emprego e desemprego: as perspectivas em relação a este grave problema social. *Força de Trabalho e Emprego*, Salvador, v.10, n.2-3, dez. 1993.

DEDECCA, C.; MENEZES, W. A contratualidade das relações de trabalho e o problema do emprego na Europa Ocidental: as experiências sueca, italiana e francesa. *Revista de Economia Política*, v. 15, n. 3, jul./set. 1995.

_____. ROSANDISKI, E. Reorganização econômica, ocupação e qualificação. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 26º, 1998. *Anais...* Vitória: ANPEC, 1998.

FREYSSINET, J. Le chômage. Paris: La découverte, 1991.

MENEZES, W. F.; CARRERA-FERNANDEZ, J. A problemática do desemprego: uma avaliação da Região Metropolitana de Salvador. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, 6º, 1999. *Anais...* Belo Horizonte: ABET, 1999.

MONTAGNER, P.; BRANDÃO, S. Desemprego: novos aspectos de um velho problema. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 10, n. 1, 1996.

POCHMANN, M. *O trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Contexto, 1999.

RAMOS, L; REIS, J. G. Emprego no Brasil: os anos 90. In. *Brasil: desafios de um país em transformação*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

REIS, J. G. A.; BARROS, R. P. de. Desigualdades salariais: resultados de pesquisas recentes. In: *Distribuição de renda no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

SOUZA, P. R. *Emprego, salários e pobreza*. São Paulo: Hucitec, 1980.

URANI, A. Tendências recentes da evolução da ocupação no Brasil. In: *O trabalho no Brasil no limiar do século XXI*. São Paulo: LTr, 1995.

ENTENDENDO O DESEMPREGO PELOS INDICADORES DAS REGIÕES METROPOLITANAS DE SÃO PAULO E DE SALVADOR

CLAUDIO SALVADORI DEDECCA*

WILSON F. MENEZES**

JOSÉ CARRERA-FERNANDEZ**

Nesses últimos 12 anos, o Brasil tem conhecido um agravamento sistemático do desemprego. Nos momentos de seu maior crescimento, um debate intenso se estabeleceu quanto à capacidade dos indicadores estatísticos conseguirem refletir adequadamente a menor capacidade de absorção do mercado nacional de trabalho.

Muitas vezes, uma visão simplista sobre o desemprego foi apresentada, em especial por aqueles que faziam ou defendiam a política econômica conservadora dos anos 90, que atingiu duramente o nível de emprego formal no país. Essa visão simplista buscou sistematicamente desqualificar o caráter complexo do desemprego, afirmando que certas estatísticas inflavam a dimensão do problema. O desvario dessa visão lhe deu a liberdade de afirmar que o desemprego no país era baixo, sendo que certos indicadores de desemprego colocavam nessa condição certas situações de ocupação informal. A agressividade na defesa dessa posição foi claramente explicitada quando, em um contexto de forte folia econômica do Plano Real, acusou de “fracassomaníacos” aqueles que apontavam a recorrência e crescimento do desemprego.

As conseqüências dessa posição irresponsável foram extensas. Enquanto rechaçavam o problema do desemprego, observava-se que somente 4 e 3 de cada 10 empregos da indústria de transformação e do setor financeiro, respectivamente, foram preservados. A violência desse ajuste foi de tal intensidade que ele não pode ser comparado com aquele ocorrido durante os anos de ferro do Governo Thatcher na Inglaterra, que comprometeu 15% dos empregos industriais ao longo dos anos 80 (Fapesp, 2001).

Os efeitos imediatos da estabilização em uma economia cronicamente inflacionária, que penalizava fortemente os segmentos de mais baixa renda, turvou seus impactos sobre o mercado nacional de trabalho. O governo aproveitou esse contexto de euforia, afirmando que as dificuldades observadas de emprego eram transitórias, decorrentes da mudança tecnológica e da reorganização da base produtiva industrial em direção daquela dinamizada pelos serviços modernos.

* Professor do Instituto de Economia da Unicamp (cdedecca@eco.unicamp.br).

** Professores do Curso de Mestrado em Economia da UFBa (respectivamente awilson@ufba.br e carrera@ufba.br).

Como toda ilusão, aquela vendida pelo Plano Real teve duração limitada. Ao contrário de suas conseqüências, que permanecem por longo tempo. O aumento das dificuldades de obtenção de um novo emprego, associado às crescentes restrições à manutenção dos níveis reais de rendimentos, foram explicitando uma face do processo de estabilização progressivamente refutada pela sociedade. No final da década de 90, o desemprego passara a ser o principal temor da sociedade brasileira, sendo suplantado, nesses últimos 2 anos, somente pelo aumento da criminalidade e do medo da violência que a acompanha.

A desestruturação do mercado nacional de trabalho, historicamente pouco organizado, foi deixando de ser reconhecida como um problema do presente e progressivamente associada como um entrave para o futuro da sociedade brasileira. A aderência dessa preocupação na sociedade acabou impondo novos termos para a discussão política, a ponto de as eleições de 2002 passarem a ter, como eixo central, a discussão de políticas em favor do emprego.

Esse debate ganhou novas orientações, abandonando aquelas que prevaleceram na política econômica dos anos 90. Enquanto na década passada o problema de emprego era visto como transitório e associado ao funcionamento do mercado de trabalho, nota-se que, no presente, ele está vinculado ao baixo crescimento da economia, trilhado nesses últimos 20 anos.

No auge do Plano Real, esse diagnóstico era visto como totalmente injustificado, sendo considerado jurássico, pois não levava em conta os custos transitórios da modernização econômica que geraria um mercado nacional de trabalho realmente virtuoso. A desconsideração do problema de emprego no país, no auge do Plano Real, foi acompanhada de um ataque explícito aos indicadores de desemprego. O principal argumento afirmava que alguns indicadores distorciam a real situação do mercado nacional de trabalho, gerando taxas de desemprego artificiais que incorporavam pessoas que realizavam trabalho.

Essa acusação tinha um alvo certo: a Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. Este levantamento mostrava um aumento acentuado do desemprego, colocando-o em patamares bastante superiores aos encontrados na Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE.

O ataque à PED visava, ainda, desviar a atenção dos seus indicadores, apesar dessa pesquisa apontar, em relação à PME, o aumento do desemprego em ritmo menos intenso. Merece atenção especial o comportamento dos indicadores de desemprego em ambas as pesquisas (Tabela 1).

Se comparados os indicadores de desemprego aberto em 30, dias entre 1989, ano que antecede o início da adoção da política econômica de ajuste e abertura econômica dos anos 90, e 1997, último ano de auge do Plano Real, é encontrado um crescimento acentuado do desemprego, tanto na PED como na PME, seja para Salvador como para São Paulo.

Tabela 1

Taxas de Desemprego Aberto em 30 dias
Regiões Metropolitanas de Salvador e São Paulo

Mês	Regiões Metropolitanas			
	Salvador		São Paulo	
	PED (A)	PME (B)	PED (A)	PME (B)
1989	9,00	4,72	8,70	3,67
1997	12,33	8,19	11,70	7,15
1998	14,08	9,77	12,10	9,40
1999	15,58	10,60	11,01	9,11
2000	15,05	10,62	11,29	8,15
		(A)/(B)		(A)/(B)
1989		1,91		2,37
1997		1,50		1,64
1998		1,44		1,29
1999		1,47		1,21
2000		1,42		1,39

Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego, PME/IBGE; Pesquisa de Emprego e Desemprego, PED (Convênios SEADE/DIEESE e SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE).

Se considerado o período 1989-2000, constata-se um expressivo aumento da taxa de desemprego aberto em ambas as regiões. Mas, segundo a PME, essa taxa mais do que duplicou ao longo desse período, enquanto que para a PED os aumentos foram de 67% e 30%, respectivamente, para Salvador e São Paulo.

A recorrência de uma taxa mais elevada na PED é explicada pela diferença metodológica entre ambas as pesquisas. Na PED, não há exigência de que a procura de trabalho tenha sido recorrente durante os 30 dias de referência, enquanto na PME esta obrigatoriedade se faz presente. Se houve interrupção da procura durante o período de referência, a PME não considera mais a pessoa como desempregada¹.

Essas considerações permitem discutir um primeiro ponto de interesse para a compreensão do desemprego, visto a partir das duas regiões metropolitanas. A existência de um indicador, com resultados distintos, produz uma certa confusão entre aqueles que recorrem a essa estatística. Remover tal confusão permite apontar a importância da construção de indicadores diferenciados.

Em primeiro lugar, cabe explicitar que, do ponto de vista da construção metodológica percorrida, tanto os indicadores da PME como da PED são totalmente sustentáveis. Deve ser esclarecido, apenas, que os indicadores,

¹ Em estudo realizado especialmente para a Conferência Nacional de Estatística, realizada periodicamente pelo IBGE, encontram-se apresentadas as principais diferenças metodológicas das pesquisas de desemprego. Neste estudo, são apontadas essas diferenças metodológicas que produzem a discrepância entre as taxas de desemprego aberto em 30 dias da PME e PED (Dedecca, 1997).

mesmo recebendo a mesma denominação, mensuram dimensões diferentes do desemprego.

Como afirmado anteriormente, a PME exige continuidade da procura em 30 dias. Para entender as implicações dessa orientação metodológica, lança-se mão de uma situação hipotética. A título de exemplo, irá se supor que, em certo ano, o Natal e o Ano Novo tenham caído na quinta-feira.

No mês de janeiro, ambas as pesquisas perguntam se a pessoa procurou emprego no período de referência de 30 dias, isto é, entre 1º e 31 de dezembro passado. A resposta dada afirma que a procura efetiva ficou restrita ao período de 1º a 19 de dezembro. Mesmo cumprindo as demais restrições metodológicas, esta pessoa será considerada desempregada pela PED e inativa pela PME.

Essas informações mostram que as pesquisas estão mensurando situações diferentes, que caracterizam um suposto mesmo indicador. A PME está tomando uma situação de desemprego acompanhada da procura recorrente de trabalho. A PED está considerando uma outra situação caracterizada por uma procura sistemática, mas não obrigatoriamente recorrente de trabalho.

Em suma, o denominado desemprego em 30 dias mensurado pela PME é distinto daquele encontrado pela PED. Melhor ainda, a PME caracteriza uma situação de desemprego aberto em 30 dias e a PED outra.

A compreensão dessa diferença metodológica possibilita esclarecer a confusão criada pelos resultados distintos produzidos por ambas as pesquisas. Por outro lado, ela permite esclarecer que tais pesquisas estão propiciando informações diferenciadas e importantes para conhecer o comportamento de um certo mercado de trabalho.

As pesquisas mensais visam mostrar as condições conjunturais de um certo mercado de trabalho. Contudo, o aspecto mais relevante desses levantamentos é fornecer informações adequadas para a condução da política pública. Nesse sentido, a diferença de resultados propiciada pelos indicadores esclarece a parcela de pessoas que mantêm uma procura recorrente de trabalho e aqueles que, em razão de um período adverso, como o final de ano, interrompem-na momentaneamente.

A diferença de resultados permite revelar se a descontinuidade da procura é um aspecto importante do desemprego, podendo induzir ações públicas específicas com o objetivo de atacar esse problema.

Como os próprios indicadores mostram (ver tabela 1), a diferença entre ambas as taxas caiu, entre 1989 e 2000, nas duas regiões metropolitanas. A redução dessa diferença sugere que tenha aumentado a recorrência da procura, fato facilmente aceitável em um contexto de crescente deterioração das condições de emprego nesses mercados de trabalho.

Até o presente momento, o enfoque adotado ficou restrito ao desemprego aberto em 30 dias, explicitando-se que ele pode ser mensurado de formas diferentes, trazendo informações relevantes sobre o problema.

A possibilidade de considerar o desemprego segundo abordagens diversas abre a perspectiva de considerar as suas outras formas de manifestação. Ao contrário da PME, que foca somente o desemprego aberto na semana ou em 30 dias, a PED constrói dois outros indicadores de desemprego: por trabalho precário e por desalento. As situações descritas pela pesquisa decorrem de sua opção metodológica. Outras possibilidades encontram-se abertas, sendo muito bem-vindas.

A opção feita pela PED leva ao reconhecimento de que o desemprego não pode ser tomado como uma situação homogênea, passível de ser retratada por um único indicador. Para compreender esse argumento, vale a pena explorar os resultados apresentados na Tabela 2².

Analizando essas informações, percebe-se o comportamento bastante diferenciado do desemprego nas duas regiões. Uma taxa de desemprego total muito mais elevada é encontrada para Salvador, apesar de seu crescimento ter sido mais acentuado em São Paulo.

Uma primeira observação a ser apresentada em relação a esses resultados é o peso relativamente mais alto do desemprego aberto no desemprego total da Região Metropolitana de São Paulo. Em 1989, o desemprego aberto representava 55% do desemprego total de Salvador e 74% daquele de São Paulo.

Entretanto, cabe ressaltar a tendência de queda da participação do desemprego aberto no desemprego total, ao longo da década, na Região Metropolitana de São Paulo. Em 2002, essa relação correspondeu a 62%, contra os 74% observados em 1989. Duas observações podem ser imediatamente encaminhadas.

Tabela 2

**Taxas e Distribuição de Desemprego, por Tipo de Desemprego
Regiões Metropolitanas de Salvador e São Paulo**

	Taxas			Distribuição		
	Total	Aberto	Oculto	Total	Aberto	Oculto
Salvador						
1989	16,3	9,0	7,3	100,0	55,2	44,8
2000	26,6	15,0	11,6	100,0	56,4	56,4
São Paulo						
1989	8,7	6,5	2,2	100,0	74,5	25,5
1992	15,2	9,3	6,0	100,0	60,9	39,1
1995	13,2	9,0	4,2	100,0	68,2	31,8
2000	17,6	11,0	6,6	100,0	62,6	37,4

Fonte: (1) Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED, São Paulo e Salvador, microdados.

(2) C.Dedecca, S. Ferreira e M. Rodrigues, O mercado de trabalho nos centros urbanos: São Paulo, Belem e Salvador, São Paulo em Perspectiva, Seade, 1990.

² As informações da PED para 1989 foram recuperadas do ensaio Dedecca, Ferreira e Rodrigues (1990). Neste trabalho é apontada a composição diferenciada do desemprego das duas regiões e a relevância desses indicadores para compreensão do problema nos mercados locais de trabalho.

A primeira remete-se à capacidade limitada da taxa de desemprego aberto explicar a dimensão do desemprego em ambas as regiões. Na Região Metropolitana de Salvador, o desemprego aberto explica, aproximadamente, metade do desemprego total.

Ficar somente com a taxa de desemprego aberto implica desconsiderar os problemas de emprego que afetam a força de trabalho da região, descaracterizando inclusive formas de desemprego que, por motivos adversos, são acompanhadas de trabalho precário irregular³.

A segunda observação volta-se para a tendência de queda do peso do desemprego aberto no desemprego total na Região Metropolitana de São Paulo. No centro considerado mais desenvolvido do país, atingido duramente pelo processo de reorganização econômica dos anos 90, o agravamento e a recorrência do problema do emprego levou que a composição do desemprego na Região se aproximasse daquela observada para Salvador.

Portanto, os dados revelam tanto um crescimento do desemprego como uma mudança em sua composição, observada graças a existência de outros indicadores que extrapolam a condição do desemprego aberto.

Um enfoque, ainda mais exato, das mudanças na composição do desemprego poderia ser desenvolvido explorando as condições de inserção no mercado de trabalho e a posição na família do desempregado. Infelizmente, essa perspectiva não poderá ser apresentada neste ensaio, pois essa conduta exigiria trabalhar novamente as informações primárias para 1989, que seria possível para a região metropolitana de São Paulo, mas impossível para a região metropolitana de Salvador. Objetivando não perder a comparabilidade no transcurso da década de 90, serão apontadas algumas diferenças importantes entre os dois mercados que os dados da PED revelam, partindo dos resultados encontrados no ensaio de Dedecca, Ferreira e Rodrigues (1990).

A análise de algumas informações básicas mostra que o desemprego, em ambas as regiões, cresceu relativamente mais entre os chefes de família. Apesar dos demais membros possuírem historicamente uma taxa de desemprego total mais elevada, foram os responsáveis pelas famílias que conheceram uma maior exposição ao desemprego.

³ A ausência de um sistema adequado de intermediação de mão-de-obra no Brasil impõe aos desempregados a responsabilidade pelo financiamento da procura. Na maioria das regiões metropolitanas, a procura de emprego exige o gasto referente a 4 trajetos diários de transporte urbano, cuja soma, aproximadamente, corresponde a R\$ 6,00. Apesar deste valor ser considerado baixo para algumas pessoas, ele é razoavelmente elevado para um desempregado. Esse valor é superior ao preço de 5 quilos de arroz ou de frango. É razoável supor, portanto, que, nessas circunstâncias, o trabalho precário possa servir para financiar a busca de emprego, desde que o trabalho seja esporádico ou irregular, e que essa situação seja reconhecida como de desemprego.

Tabela 3

Taxas de Desemprego segundo Posição no Domicílio, Cor e Tempo de Residência Região Metropolitana de São Paulo

Taxas de Desemprego Total								
	Total	Posição no Domicílio		Cor		Tempo de Residência na Região Metropolitana		
		Chefe	Demais Membros	Branca	Não Branca	Até 3 anos	3 anos e mais	
Salvador								
1989	16,3	7,9	21,7	11,1	17,3	7,6	16,2	
2000	26,6	16,9	33,0	18,0	28,0	25,1	26,7	
São Paulo								
1989	8,7	4,1	12,2	7,9	10,5	13,1	8,4	
2000	17,6	10,2	23,2	15,9	20,9	23,8	17,3	

Fonte: (1) Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED, São Paulo e Salvador.

(2) C. Dedecca, S. Ferreira e M. Rodrigues, O mercado de trabalho nos centros urbanos: São Paulo, Belem e Salvador, São Paulo em Perspectiva, Seade, 1990.

Quanto à cor/raça não se observam modificações quanto à exposição ao desemprego. Os não-brancos continuam tendo uma taxa de desemprego mais elevada, apesar de terem conhecido um aumento desse tipo de vulnerabilidade relativamente aos brancos.

O fato a ser novamente reconhecido é o elevado desemprego da população não-branca em uma região metropolitana onde predomina a origem negra de grande parte da população. Apesar de minoritários em termos sociológicos e quantitativos, os brancos continuam sendo menos afetados pelo desemprego comparativamente aos negros.

Finalmente, um dado novo é encontrado. Quando analisado por tempo de residência, o desemprego para aqueles que chegaram há até 3 anos cresceu acentuadamente na Região Metropolitana de Salvador. Os migrantes recentes possuem historicamente uma taxa de desemprego elevada. Em 1989, essas pessoas enfrentavam um desemprego relativamente mais baixo na Região Metropolitana de Salvador, contrastando com o encontrado para São Paulo. Em 2000, os migrantes recentes atingiram um nível de desemprego próximo àquele encontrado para os com tempo de residência mais elevado.

Continuando a se constituir um mercado de trabalho caracterizado por saldos líquidos migratórios significativos, ao contrário do observado para São Paulo, Salvador oferece reduzidas oportunidades de trabalho para os recém-chegados, fato que agrava as condições de emprego em seu mercado de trabalho⁴.

⁴ Somente o Censo Demográfico permite mensurar a entrada e saída de migrantes nas Regiões Metropolitanas. As demais pesquisas, incluindo a PED, possibilitam somente captar o saldo migratório. Cunha e Dedecca (2001) mostram que o saldo migratório para a Região Metropolitana de São Paulo contribuiu para um menor crescimento do desemprego durante os anos 90.

Tabela 4

Taxas de Desemprego Total, por Sexo e Idade Regiões Metropolitanas de Salvador e São Paulo											
Taxas de Desemprego Total											
	Total	Homens					Mulheres				
		Total	10 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	40 anos e mais	Total	10 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	40 anos e mais
Salvador											
1989	16,3	14,1	23,1	21,5	10,9	7,0	19,1	23,6	30,2	18,3	5,7
2000	26,6		54,9	43,8	26,3	15,5		44,1	36,7	19,5	16,0
São Paulo											
1989	8,7	7,5	22,7	10,4	5,1	3,3	10,6	28,0	13,9	7,9	3,9
2000	17,6	15,0	42,1	21,9	10,8	10,6	20,9	20,9	29,1	17,9	11,6

Fonte: (1) Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED, São Paulo e Salvador, microdados.
(2) C. Dedecca, S. Ferreira e M. Rodrigues, O mercado de trabalho nos centros urbanos: São Paulo, Belem e Salvador, São Paulo em Perspectiva, Seade, 1990.

A última dimensão do desemprego a ser explorada neste ensaio diz respeito aos seus impactos segundo sexo e idade. Em ambas as regiões, o desemprego continua a afetar relativamente mais as mulheres, em comparação àquele dos homens. Para ambos os sexos, o desemprego cresceu mais acentuadamente para os jovens e para aqueles com idade acima de 40 anos. Contudo um aspecto merece destaque em relação à situação das mulheres na Região Metropolitana de Salvador. Seu desemprego na faixa de idade de 18 a 24 anos cresceu relativamente menos, e na de 25 a 39 não houve uma mudança de patamar.

Apesar do crescimento acentuado do desemprego na Região Metropolitana de Salvador, esse segmento feminino da força de trabalho foi menos penalizado pelo desemprego. Entretanto, existe a possibilidade desses movimentos terem uma outra dimensão. A elevada presença de chefia de família entre essas mulheres constrange fortemente a recorrência do desemprego. Existe a possibilidade de que dimensões do desemprego, não captadas pela metodologia da PED, dêem especificidade à inserção precária dessa parcela da força de trabalho.

O elevado peso do terciário em Salvador, que responde por mais de 80% da população ocupada, talvez explique o comportamento do desemprego entre mulheres na idade entre 18 e 39 anos, em especial para aquelas com a responsabilidade da chefia familiar. Esse segmento do terciário oferece ocupações com jornadas de trabalho reduzidas e vínculos de curta duração, abrindo espaço, mesmo que precário, para a absorção da força de trabalho feminina.

OBSERVAÇÕES FINAIS

Este ensaio procurou apontar a relevância de uma conduta cuidadosa e cautelosa na utilização dos indicadores de desemprego.

Os anos 90 foram extremamente cruéis para boa parte da população brasileira, que foi crescentemente exposta a um desemprego crônico. Em 2002, o

país acumula um período de quase 5 anos de desempenho medíocre da atividade econômica. Se tomado o período 1990-2002, o país conheceu anos melhores somente entre 1995 a 1997. Mesmo assim, o desemprego manteve sua trajetória recorrente de elevação, transformando-se no maior temor da população neste início de século.

No auge do Plano Real, um ataque orquestrado foi realizado contra o problema do desemprego. A desqualificação deste foi inicialmente encaminhada com a depreciação dos indicadores de desemprego, que acusavam o seu agravamento em um contexto de glórias do Plano Real. Passada a ilusão, a realidade se fez presente. E o desemprego mostrou sua tradicional perversidade para a vida das famílias.

Ao invés de aproveitar as informações da pesquisas para monitorar as políticas públicas, um grande esforço foi realizado para desqualificá-las. Como se procurou mostrar neste ensaio, a utilização criteriosa dos indicadores pode fornecer informações relevantes sobre a evolução do desemprego nas duas Regiões Metropolitanas no período recente.

O debate dos anos 90 acabou consumindo não produtivamente os esforços de análises envidados com os dados das pesquisas conjunturais de emprego. É preciso retomar essas fontes com o objetivo de auxiliar as ações das políticas públicas, mesmo que para isso haja a necessidade de conhecer a dimensão real e perversa do desemprego.

Neste breve ensaio, se procurou mostrar o quão valiosos são os dados produzidos por essas pesquisas. Cabe, portanto, a todos aproveitarem os mesmos adequadamente.

REFERÊNCIAS

CUNHA, J. M. P.; DEDECCA, C. S. Migração e trabalho na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 90: uma abordagem sem preconceito. *Revista de Estudos de População*, Campinas: Abep, p. 17, n. 1-2, 2001.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação em São Paulo*. São Paulo, p. 9-27, 2001. Tab. 9.11.

DEDECCA, C. S. Regulação e trabalho. *Cadernos Cesit*, n. 20, Campinas: Instituto de Economia, 1997.

MUDANÇAS NO MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR NOS ANOS 1990: O QUE DIZ A LITERATURA

LUIZ CHATEAUBRIAND CAVALCANTI DOS SANTOS*

INTRODUÇÃO

A literatura sobre o comportamento recente do mercado de trabalho brasileiro destaca uma série de transformações, relacionadas a mudanças nos paradigmas da organização e gestão da produção, da estrutura produtiva e da divisão do trabalho, que, embora gestadas e desenvolvidas desde épocas anteriores aos anos 1990, aprofundam-se e ganham notoriedade e relevância política durante essa última década. Este texto objetiva promover uma reflexão sobre um conjunto de análises e interpretações acerca das transformações ocorridas no mercado de trabalho de uma área metropolitana periférica, onde a precariedade e a heterogeneidade das relações no mundo do trabalho sempre tiveram lugar de destaque: a Região Metropolitana de Salvador (RMS).

Inicialmente, é necessário reconhecer que a produção acadêmica e a reflexão técnica sobre o mundo do trabalho da RMS, na última década, são relativamente abundantes, envolvendo uma grande variedade de temas e abordagens. Este texto, entretanto, privilegia aquela produção que procura desenvolver uma visão de conjunto, freqüentemente apoiada numa abordagem comparativa entre os finais dos anos 1980 e a década de 1990, visando à avaliação das transformações ocorridas no período.

Em termos gerais, observou-se a existência de consensos entre os que se detiveram sobre essa temática. Nesse conjunto de trabalhos, prevalece a idéia de que o heterogêneo e pouco estruturado mercado regional de trabalho deteriorou-se ainda mais nos anos 1990, a exemplo do que ocorreu com outras áreas metropolitanas no Brasil. Nesse sentido, o desemprego e a informalidade têm caráter central nas explicações sobre o desempenho do mercado soteropolitano de trabalho, embora se reconheça que relações de trabalho instáveis e precárias e setor informal hipertrofiado são características estruturais históricas desse mercado.

Entretanto, detectou-se, paralelamente, que, apesar da deterioração dos postos de trabalho, também ocorreu, a partir do meado da segunda metade da década, um pequeno crescimento do emprego formal e importantes mudanças na composição e na dinâmica populacional que impactaram fortemente no mercado de trabalho.

* Economista, mestre em sociologia pela Universidade Federal da Bahia e técnico da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI.

Esses são alguns dos aspectos mais mencionados na referida literatura. O texto propriamente dito está dividido em duas seções. A primeira delas examina a dinâmica do mercado soteropolitano de trabalho, com ênfase no debate acerca do comportamento do desemprego. Como a RMS esteve comandando as taxas de desemprego do Brasil metropolitano nos anos 1990, as explicações dadas pelos analistas a esse fenômeno se tornam especialmente relevantes. A segunda parte do trabalho detém-se, por motivos análogos, nas mudanças no padrão ocupacional e na informalidade.

DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO

Embora tenha sido reconhecido como uma questão importante para a sociedade brasileira, ainda nos primeiros anos da década de 1980, somente no começo do decênio seguinte é que o desemprego é identificado como um problema estrutural, como determinante da dinâmica dos mercados de trabalho. O fenômeno, que é, portanto, central para a compreensão da problemática dos mercados metropolitanos de trabalho no Brasil da atualidade, é extremamente crítico na área metropolitana de Salvador, reconhecida como campeã do desemprego no país durante a última década do século passado.

Não é sem motivo, pois, que uma série de estudos se debruça sobre a dinâmica do mercado de trabalho da RMS, especialmente sobre a problemática do desemprego nos anos 1990. Uma parcela numerosa desses trabalhos está orientada para a investigação e a análise do que é específico desse mercado, em busca de elementos que expliquem as taxas de desemprego persistentemente mais elevadas que as das demais áreas metropolitanas. Outra parcela busca a gênese macroeconômica dos movimentos do mercado de trabalho, comparando o seu comportamento com o das demais regiões metropolitanas brasileiras.

Em estudo sobre a economia e o mercado de trabalho da Bahia e da RMS nos últimos cinquenta anos, Azevedo (2000) chama a atenção para uma combinação perversa ocorrida nos anos 1990: de um lado, pequeno crescimento do nível de ocupação; de outro, deslocamento de parte do pessoal ocupado para a inatividade, o que se reflete na diminuição da taxa de participação.

Para Azevedo, “O crescimento do número de inativos, sem que a população tenha crescido significativamente mais em Salvador que nas outras regiões metropolitanas, sugere que os baianos têm prolongado sua decisão de entrar no mercado de trabalho, têm se aposentado mais cedo, têm desestimulado a inserção de novos membros da família na busca de ocupação e têm diminuído a intensidade da elevação da participação feminina na atividade econômica.” (AZEVEDO, 2000 p. 61). A taxa de participação efetivamente decresce nos extremos das faixas etárias (ou seja, entre crianças, adolescentes¹ e idosos) e cresce na classe denominada “núcleo do mercado de trabalho”, aqueles com 18 a 64 anos.

¹ Sobre transformações no trabalho de menores na RMS no período, ver: Azevedo, José Sérgio Gabrielli de; Menezes, W. F.; Fernandes, C.M. *Fora de lugar. Crianças e adolescentes no mercado de trabalho*. São Paulo: ABET, 2000.

Esse tipo de fenômeno não é exclusivo da RMS. Em análise anterior, Azevedo e Menezes (1996) haviam chamado a atenção para o fato de que o processo de reestruturação produtiva parecia estar associado a uma certa “*homogeneização*”^{*} dos mercados metropolitanos de trabalho. Esse seria um fenômeno inédito na sociedade brasileira moderna e envolveria outras dimensões. Os autores vêem evidências da ocorrência desse fenômeno na convergência dos rendimentos médios da população ocupada nas áreas metropolitanas, na redução dos postos de trabalho assalariado com carteira assinada, no aumento generalizado das taxas de desemprego e na já mencionada redução das taxas de atividade.

Não se subestima a magnitude das pressões exercidas sobre os mercados de trabalho durante os processos de intensa urbanização e de elevado crescimento demográfico, ocorridos no passado recente. Muito pelo contrário. Os autores acreditam que, diferentemente do que estava acontecendo na primeira metade dos anos 1990 até a década de 1980, a ampliação da oferta de trabalho, no Brasil metropolitano, alimentava o crescimento da informalidade, mas não implicava, necessariamente, deterioração da ocupação formal ou crescimento do desemprego. Para eles, naquele momento, a grande mudança verificava-se na qualidade e na intensidade da informalidade. “São novas formas de irregularidade do trabalho que ampliam ainda mais a grande heterogeneidade das ocupações existentes no mercado de trabalho brasileiro, permitindo a sobrevivência de verdadeiras multidões humanas que, não dispondo de proteção social, não podem se dar ao ‘luxo’ do desemprego aberto”. (AZEVEDO; MENEZES; 1996, p.3).

Sinteticamente, os anos 1990 traziam novas formas de informalidade e novas fontes de trabalhadores informais: os antigos trabalhares assalariados com carteira assinada.

Essas mudanças teriam reflexos nos rendimentos médios dos trabalhadores. Contrariamente ao que pode ser observado na análise da primeira metade da década, Azevedo (2000) demonstra que o rendimento médio real dos ocupados da RMS se deteriora em relação ao do conjunto das áreas metropolitanas brasileiras ao longo da década. Além disso, o movimento de convergência entre os rendimentos dos trabalhadores do mercado formal, face aos dos informais, fenômeno comum nas áreas metropolitanas brasileiras, teria intensidade particularmente elevada na RMS. A Região, entretanto, encerrou a década com a maior distância observada entre os rendimentos dos trabalhadores formais com carteira e os por conta própria e assalariados sem carteira.

Segundo Azevedo, a explicação para esse fenômeno se deve ao fato de que “Nos mercados anteriormente mais formalizados, houve espaço para a substituição de trabalhadores com carteira para postos de trabalho sem registro formal. Na RMS, em que as proporções de relações informais já era alta, a

^{*} Com aspas no original.

possibilidade desse ajuste foi mais limitada, intensificando os movimentos de convergência dos rendimentos, mais do que crescendo o número de sem-carteira.” (AZEVEDO; 2000, p. 63).

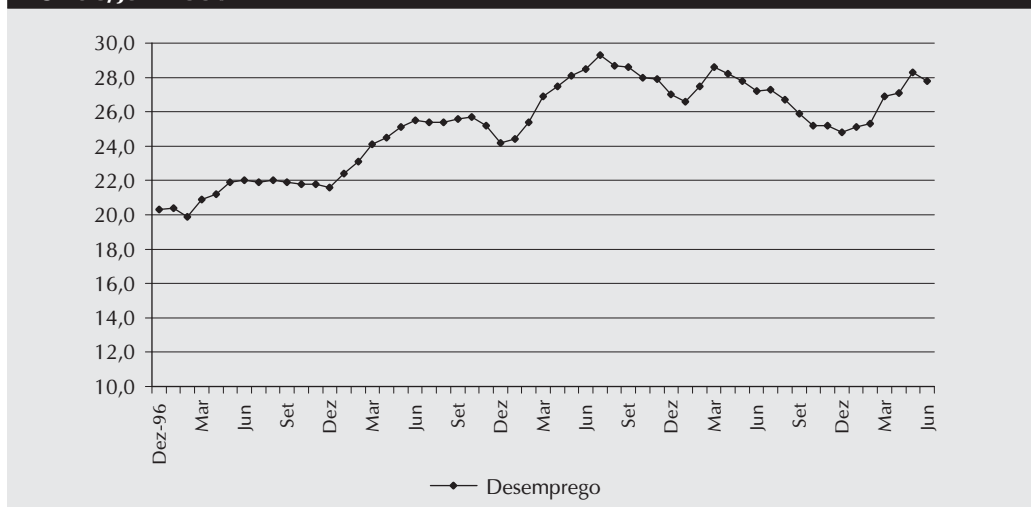
Essa homogeneização dos mercados metropolitanos de trabalho seria visível também em outros comportamentos. Entre os desempregados, por exemplo, os autores chamam a atenção para o comportamento da taxa de desemprego feminina em todas as classes de idade e para o crescimento da precariedade da inserção no mercado, que atinge jovens e, especialmente, criança com 10 a 14 anos. Com isso, Azevedo e Menezes concluem que as mudanças qualitativas na informalidade metropolitana brasileira dos anos 1980 e 1990 estavam ‘baianizando’ os mercados de trabalho.

O crescimento do desemprego é particularmente intenso na segunda metade da década, e sua centralidade se justifica na explicação da dinâmica do mercado de trabalho da RMS. Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego, o desemprego aberto da RMS era 5,7% em dezembro de 1996, crescendo com relativa regularidade até atingir 10,5% da PEA em julho de 1998.

A Pesquisa de Emprego e Desemprego encontra valores ainda mais elevados e diferenças mais expressivas. Na rodada do final dos anos 1980, a PED encontrou uma taxa de desemprego média para o período outubro de 1987 a setembro de 1989 de 15,9%, com um desemprego aberto em 8,9% (SANTOS, 1998). Em abril de 1996, a referida taxa era de 20,3%, com o desemprego aberto chegando a 11,1%. O gráfico seguinte mostra que a taxa de desemprego da Pesquisa de Emprego e Desemprego tem tendência crescente entre dezembro de 1996 e junho de 2001:

Gráfico 1

Taxa de Desemprego Total da RMS
Dez 96/Jun 2001



Em que pese a existência de unanimidade no reconhecimento da importância e da gravidade do quadro do desemprego na RMS, sua explicação não encontrou um consenso entre os estudiosos. Analisando uma conjuntura específica de crescimento do desemprego durante o ano de 1998, Proserpio

(1998) questiona os demais observadores do mercado de trabalho soteropolitano que, segundo ela, estariam negligenciando para o fato de o desemprego, mesmo crescente em todas as áreas metropolitanas, ser diferenciado entre as regiões, de modo que as causas do crescimento das taxas de desemprego não seriam, portanto, as mesmas, embora a retração econômica decorrente da alta dos juros e o desaquecimento sazonal fossem elementos comuns aos diversos espaços.

Para Proserpio, naquele momento, o crescimento do desemprego, nas áreas metropolitanas mais industrializadas, deveria ser creditado às demissões no setor industrial. Isso era o que estaria ocorrendo nas áreas metropolitanas de São Paulo e de Belo Horizonte, por exemplo. No caso da Região Metropolitana de Salvador, a explicação do crescimento do desemprego deveria ser procurada na “*super oferta de mão-de-obra*”*, da qual decorria que o aumento do número de postos de trabalho não fosse suficiente, face às pressões da oferta.

Na análise de Proserpio (1995), o desemprego, na Bahia, tem componentes estruturais e conjunturais. Os aspectos estruturais seriam:

- o fato de o crescimento da economia regional ter se concentrado na Indústria de Transformação, em poucos gêneros, em unidades intensivas em capital e com pouco emprego;
- a heterogeneidade do segmento agropecuário, principal empregador do estado, cuja estrutura produtiva estaria concentrada em ilhas de modernidade, em meio ao atraso generalizado;
- a baixa escolaridade da mão-de-obra;
- o papel secundário do setor de serviços na estrutura produtiva local, já que é tido como o “carro chefe da sociedade da informação” e que reclamaria da carência de mão-de-obra qualificada e;
- a magnitude do setor informal, cujos baixos salários representariam uma limitação à atração de indústrias produtoras de bens finais, devido ao pequeno tamanho do mercado consumidor que gera, restringindo as possibilidades de aumento de oportunidades ocupacionais (PROSERPIO, 1995, p. 7).

Os chamados aspectos conjunturais estão relacionados às políticas macroeconômicas² “de natureza darwiniana”, e à precarização dos vínculos de trabalho.

* Em itálico no original.

² A autora menciona a crise das finanças públicas, que diminuiria os investimentos e os gastos do governo; as dificuldades que essas políticas trariam para pequenas e médias empresas, especialmente as relativas ao crédito e a inexistência de mecanismos compensatórios, de modo que o ajuste da economia estaria sendo pago justamente pelas regiões mais pobres, as que reuniam as menores condições para fazê-lo (Proserpio: 1995).

A autora aponta ainda três aspectos relacionados ao crescimento do desemprego na RMS, todos ligados à PEA. O primeiro é a migração. Segundo Proserpio, os movimentos de população representariam cerca de 60% do crescimento da PEA entre dezembro de 1996 e de 1997. Essa migração teria origem principalmente no interior do Estado, de onde proviriam 72% dos migrantes.

Outros componentes do aumento “exagerado” da PEA seriam o crescimento populacional e a entrada massiva de mulheres no mercado de trabalho. Esses pontos de vista são contraditados por outros observadores do mercado de trabalho da RMS, como veremos.

Tratando, preferencialmente, da questão do desemprego no âmbito do município de Salvador, Almeida (1999) sintetiza as interpretações para o fenômeno do desemprego de Salvador em torno de três linhas de argumentação:

- um incremento da PEA superior à capacidade da economia local de gerar postos de trabalho – em razão da imigração, do crescimento da população em idade ativa e da forte entrada de mulheres na força de trabalho soteropolitana;
- a redução absoluta da oferta de postos de trabalho no final da década de 1990, como resultado da combinação de um processo estrutural – uma revolução tecnológica e organizacional num quadro de abertura da economia – e de uma conjuntura particular: a recessão da economia brasileira, iniciada com a crise do Real;
- a não empregabilidade do trabalhador da RMS, que, sendo analfabeto, iletrado, ou tendo formação técnica obsoleta, não encontraria ocupação numa economia que exige sólida formação básica e novas habilidades (ALMEIDA, 1999, p. 32).

Utilizando dados da PME e da PED, Almeida demonstra que a oferta de trabalho não pode ser a única explicação para o desemprego na RMS. Segundo ele, a PEA cresce também em outras áreas metropolitanas – em algumas regiões com incremento da força de trabalho superior ao observado na capital baiana –, sem que se observem taxas de desemprego tão elevadas (ALMEIDA, 1999, p. 34).

Além disso, a pressão dos contingentes de migrantes na PEA diminuiu nos últimos dez anos, como demonstrado por Belas (1999) concomitantemente à redução na participação de crianças e adolescentes (AZEVEDO; MENEZES; FERNANDES, 2000) e dos idosos (AZEVEDO, 2000), sem que as taxas de desemprego refletissem as alterações nos contingentes.

Acerca do crescimento da presença feminina, Almeida observa que “... *ainda que as mulheres tenham aumentado sua presença na PEA, a taxa de par-*

*ticipação global (ambos os sexos) não se alterou nos últimos dez anos”.** (ALMEIDA, 1999, p. 36).

Finalmente, quanto ao argumento de que a pouca instrução e a qualificação da força de trabalho da RMS responderiam pelo elevado desemprego, é necessário levar em consideração que a escolaridade da população trabalhadora teve uma evolução positiva nos anos 1990 (SANTOS, 2001; SANTANA, 1999) sem que se observasse arrefecimento do crescimento da taxa de desemprego, de modo que seu desempenho não pode ser diretamente creditado à falta de empregabilidade dos trabalhadores (ALMEIDA 1999).

A explicação para o maior desemprego na RMS estaria, portanto, associada a deficiências na criação de posições de trabalho.

O estudo de Borges sobre **Trabalho e emprego na Bahia: mudanças e desafio no final do século** (BORGES, 1999) trata das transformações no mundo do trabalho no âmbito do Estado da Bahia, observado na sua heterogeneidade. A análise explora recortes espaciais distintos: Região Metropolitana *versus* Interior do Estado, área costeira e sertão, urbano e rural, agrícola e não-agrícola, entre outros aspectos, e representa um avanço em relação à interpretação apresentada por Proserpio.

A autora analisa os dados das PNAD's de 1992 e 1996, cujos resultados são considerados representativos do comportamento do mercado de trabalho baiano nos anos 1990. Para Ângela Borges, as características demográficas e econômicas da Bahia atuam no sentido de conformar um mercado de trabalho onde: (i) a oferta de trabalho é numerosa, com grande parcela de trabalhadores com baixa escolaridade e qualificação insuficiente e (ii) as escassas oportunidades de trabalho são de baixa qualidade, os postos com melhor remuneração diminuem e os trabalhadores não encontram oportunidades de carreira (BORGES, 1999, p. 292).

Entre as características estruturais da economia local que limitariam sua capacidade de absorver a numerosa oferta de força de trabalho, Borges menciona a insuficiência da estrutura produtiva, que restringe a demanda de trabalho, e o próprio perfil da demanda, muito concentrada setorialmente, espacialmente e na “propriedade”.

A concentração setorial adviria do fato de o crescimento da produção, nas últimas décadas, ter estado sob o comando da Indústria de Transformação, que teria como uma de suas características mais importantes a pequena utilização de trabalhadores. De fato, no valor agregado da indústria regional, as indústrias Químicas e de Papelão, que são intensivas em capital e têm efeitos limitados na geração de empregos, seria majoritária. Além disso, a indústria estaria concentrada na Região Metropolitana de Salvador.

* Em itálico no original.

A produção agrícola, a exemplo da industrial, também seria concentrada espacialmente, e o Setor Terciário não teria capacidade de compensar a pequena oferta de posições de trabalho dos demais segmentos. A essas dificuldades, acrescentaram-se fatores restritivos à incorporação de mão-de-obra nos anos 1990: o fim do ciclo de crescimento, a abertura da economia meio a mudanças tecnológicas de vulto, juros elevados e alterações cambiais (BORGES, 1999, p. 295).

Borges mostra que o crescimento da PIA estadual foi fundamentalmente urbano e que, embora elevado, teve reflexos limitados sobre a PEA, devido à queda da atividade no interior do Estado. Assim, segundo a autora, a maior pressão sobre o mercado de trabalho, nos anos 1990, estaria concentrada na RMS³ onde a PEA teve crescimento positivo de 3,3% a.a.

A demanda de trabalho, entretanto, cresceu timidamente. Os dados de Ângela Borges mostram que a população ocupada cresceu em 93 mil entre 1992 e 1996. Na área urbana, o número de postos aumentou em 248 mil, sendo que 98 mil na região metropolitana. Na área rural, perderam-se 155 mil posições ocupacionais.

Borges analisa a evolução da demanda de trabalho através das mudanças na distribuição setorial da ocupação e da situação ocupacional. Em relação à composição setorial, acredita que houve uma mudança importante na ocupação em atividades agrícolas, cujos resultados se expressariam numa diminuição absoluta de posições ocupacionais nesse segmento. Segundo Borges, "... a pequena produção tradicional, de base familiar – e, sobretudo, de produtores que detêm a propriedade da terra – sempre jogou papel muito importante na incorporação de parcela considerável da oferta de mão-de-obra, viabilizando estratégias de sobrevivência que, não raro, incluem o trabalho assalariado sazonal e a imigração de membros da família para centros urbanos ...". A autora acredita, portanto, que, na última década, teria havido alterações na atuação desses mecanismos de regulação e nas estratégias desses grupos (BORGES, 1999, p. 313).

O setor Secundário teria se mantido praticamente estagnado. A ocupação diminuiu na região metropolitana, devido à extinção de mais de 13 mil postos de trabalho, sobretudo na Construção Civil e nas Outras Atividades Industriais. O Terciário cresceu no Estado, sendo que, na RMS, esse crescimento teria sido suficiente para repor as perdas observadas nas atividades dos setores Primário e Secundário.

Segundo Ângela Borges, a expansão do emprego, onde ocorreu, foi marcada por elementos que "... reforçam dois traços estruturais do mercado de trabalho regional": a precarização dos vínculos e o peso do setor público. Na RMS, o aumento do emprego público respondeu por 2/3 do incremento no

³ A autora destaca que a PEA diminuiu no interior do Estado em 40 mil pessoas, a PEA rural diminuiu 160 mil, a PEA urbana cresceu 120 mil e a PEA da RMS cresceu 155 mil.

número de empregados. O setor privado registra queda no emprego com carteira de trabalho assinada.

MUDANÇAS NO PADRÃO OCUPACIONAL

A relação entre os problemas da dinâmica do mercado de trabalho e as mudanças no padrão da ocupação na RMS foi mencionada na seção anterior. Nesta parte do trabalho, examinaremos estudos que se detiveram mais especificamente sobre o tema, advertindo, antecipadamente, para o fato de que a existência de um grande número de estudos e análises que recortam a estrutura ocupacional da região metropolitana em setor formal e informal sugere que esse tema deve ser considerado separadamente. É o que foi feito.

Os estudos de Azevedo sobre **Mudanças no padrão de ocupação na RMS** (1999) e sobre o **Perfil das ocupações na Região Metropolitana de Salvador** (2000b) dão conta de um quadro qualificado das principais modificações ocorridas entre os ocupados da RMS nos anos 1990. As análises desenvolvem uma reflexão sobre as alterações na demanda de trabalho, bem como sobre as "... estratégias de preservação de qualificação e conhecimento acumulado com a experiência, que se refletem em formas diferenciadas de estabilidade no emprego." (AZEVEDO, 1999, p. 9).

A análise das mudanças no padrão ocupacional foi realizada com os dados empíricos da Pesquisa de Emprego e Desemprego nos dois períodos de coleta⁴, sendo que o autor investiga as mudanças relativas à estrutura ocupacional (definida segundo os Grandes Grupos da CBO), às características dos postos de trabalho e às variações nos rendimentos médios, considerando alguns atributos pessoais.

Embora o autor considere que os níveis diferenciados de estabilidade das relações de trabalho entre os grupos ocupacionais constituem um fator interveniente na variação da participação relativa dos grupos ocupacionais, acredita que "... os anos 90 provocaram uma mudança na distribuição dos trabalhadores entre os grupos ocupacionais, aumentando relativamente os inseridos em posições hierárquicas superiores e os empresários, além das ocupações técnicas e científicas, ao mesmo tempo em que se reduziam relativamente os postos dos diretamente ligados à produção, especialmente à indústria de transformação. Os trabalhadores de níveis intermediários no comércio e nos serviços conseguiram manter sua posição relativa no mercado de trabalho, tanto no que se refere à proporção das ocupações como nos seus níveis de rendimentos médios." (AZEVEDO, 1999, p. 11-12).

Os resultados encontrados por Azevedo em relação aos rendimentos médios dos trabalhadores não contraditam os alcançados por outros estudos: os ocu-

⁴ A Pesquisa de Emprego e Desemprego da RMS foi aplicada inicialmente entre outubro de 1987 e setembro de 1989, quando foi suspensa. Posteriormente, a pesquisa foi retomada, a partir de dezembro de 1996.

pados perderam rendimentos reais na passagem para a estabilidade de preços. As perdas foram maiores para os trabalhadores que ganhavam mais e tinham remuneração mais formalizada, e menores para os que tinham rendimentos mais baixos e formas mais instáveis de remuneração (AZEVEDO, 1999, p. 12). Como na RMS existe uma associação muito estreita entre baixos rendimentos e alguns atributos pessoais, mulheres e negros, que predominam nas ocupações mais precárias e de rendimentos mais baixos, teriam perdido menos que homens e não negros.

As mulheres teriam ampliado sua participação em todos os grupos ocupacionais, com destaque para os espaços que perderam expressão relativa na estrutura ocupacional. Esse é o caso da indústria de transformação, onde, segundo o autor, poderia ter havido uma certa substituição de homens por mulheres, que estariam sujeitas a rendimentos mais baixos. No caso dos dirigentes de empresas e do setor público, essa incorporação teria acontecido com menores perdas de rendimento para o grupo feminino.

Embora reconheça uma diminuição na distância relativa dos rendimentos dos negros face aos não-negros, o autor não encontrou grandes modificações na sua participação nos grupos ocupacionais, mantendo-se o quadro de discriminação previamente existente. Nos segmentos ocupacionais que mais cresceram, entretanto, especialmente entre empresários e dirigentes, observou pequena redução da participação dos negros.

Entre atributos adquiridos, ressalta a melhoria do grau de instrução dos trabalhadores, reconhecendo, entretanto, que isso "... não significa aumento de demanda desse tipo de trabalhador. O que parece ocorrer é uma melhoria da escolaridade dos que resistem ocupados, sinalizando que houve uma diferenciação na política de dispensa, maior que na (de) admissão" (AZEVEDO, 1999, p. 15). Com isso, não haveria grandes diferenciações nos movimentos dos ganhos médios dos trabalhadores em função do grau de instrução. Alguns segmentos chamam atenção do autor: são os casos do crescimento da renda média dos dirigentes e gerentes com o 3º grau completo e do decréscimo dos rendimentos dos trabalhadores industriais e dos estagiários com o 1º grau, que foram os que tiveram maiores perdas.

O papel da qualificação foi considerado tendo o tempo de serviço como *proxy*. Em que pesem os problemas decorrentes da natureza da variável, Azevedo sugere que a reestruturação provocou efetivamente uma grande dispensa de trabalhadores com menos tempo de serviço, de modo que os trabalhadores com mais de 10 anos de trabalho são os que aumentam sua participação no mercado de trabalho. Entretanto, o autor não encontra uma associação forte a entre tempo de serviço e o rendimento médio.

Azevedo reafirma a efetividade e a abrangência do processo de desregulamentação das relações de trabalho, relevando a redução relativa dos postos assalariados com carteira de trabalho assinada e o aumento das posições sem carteira, entre o final dos anos 1980 e 1990. O autor destaca que, dife-

rentemente de outras regiões metropolitanas, o número de trabalhadores autônomos não cresce, e o número de empregadores cresce desproporcionalmente, devido à proliferação dos pequenos e médios empreendimentos.

Com isso, diminuiu, na estrutura ocupacional, o peso dos estabelecimentos maiores, que têm mais de 100 empregados. Essas perdas foram compensadas pela expansão da demanda de trabalho nos estabelecimentos considerados médios, com 10 a 100 empregados, e micro, com 1 a 2. Esse fenômeno é especialmente relevante na área de serviços (AZEVEDO, 1999, p. 20).

Assim, o quadro que emerge dessas análises é de crescimento das dificuldades na ocupação, seguido de redução de rendimentos. Azevedo não observa significativas diferenciações nas características dos postos de trabalho (tipo, tamanho da empresa e setor de atividade), nem no grau de instrução, tempo de serviço e na jornada que justifiquem os movimentos dos rendimentos médios dos trabalhadores.

A informalidade no mercado de trabalho da RMS

Um dos consensos da literatura sobre trabalho da RMS é o da elevada importância do setor informal na conformação do mercado local. A conceituação de informalidade, entretanto, é fonte de discordância, existindo definições distintas entre os estudiosos do fenômeno. O grau de discordância e a importância do sistema conceitual na observação da informalidade ganham significado e relevância quando se sabe que as diferenças nas metodologias têm, inclusive, apontado para resultados divergentes em relação às tendências de evolução da informalidade e impedido a observação e a análise de novas situações de trabalho.

O estudo de Braga e Fernandes (1999) sobre **Informalidade e ocupação não-registrada na RMS** representa uma oportunidade de avaliação da evolução do segmento informal do mercado de trabalho soteropolitano nos anos 1990, na medida em que toma, como base empírica, os dados da primeira rodada da Pesquisa de Emprego e Desemprego do final dos anos 1980, comparando-os aos resultados encontrados pela mesma pesquisa no período de outubro de 1996 a março de 1999.

Para realizar essa investigação, as autoras retomam o esquema conceitual desenvolvido por Fagundes (1991) para dar conta do setor informal da RMS do final dos anos 1980.⁵ Desse modo, distinguem informalidade e ocupa-

⁵ As autoras trabalham com o seguinte conjunto de conceitos: "a) *Trabalho Informal* (em itálico no original): composto por trabalhadores por conta-própria, empregados remunerados exclusivamente por produção, empregados remunerados exclusivamente por espécie e benefício, empregados domésticos e trabalhadores familiares sem remuneração; b) *Trabalho Formal* (em itálico no original): é constituído dos demais trabalhadores ocupados que não estão na categoria anterior; c) *Ocupação Não-Registrada* (em itálico no original): é composta pelos empregados sem carteira de trabalho assinada, empregadores, trabalhadores por conta-própria e trabalhadores familiares sem remuneração, não contribuintes para a previdência social.

ções não registradas, construindo dois índices diferentes para as situações ocupacionais, pela inclusão do *desemprego com bico* e da *inatividade com trabalho excepcional*.

A análise da evolução do mercado de trabalho da RMS, entre esses dois momentos, evidenciaria um “... agravamento do nível de qualidade das relações no mercado de trabalho da região” (BRAGA; FERNANDES, 1999, p. 28). Isso seria visível pelo crescimento do número de pequenos negócios⁶, de negócios familiares e da participação do emprego doméstico. Além disso, o estudo aponta para a ocorrência de uma perda de expressão do trabalho por conta-própria – creditada a diminuição do trabalho autônomo –, do trabalho remunerado exclusivamente por produção e da ocupação familiar sem remuneração.

Entretanto, um dos principais achados desse estudo resulta ainda pouco explorado do ponto de vista analítico: Braga e Fernandes encontram uma taxa de informalização para a RMS que é *inferior* àquela calculada para 1987-89. Os dados mostram, portanto, diminuição da informalidade na RMS entre os finais das décadas de 1980 e 1990. Com efeito, a taxa de informalidade decresce de 39,6% em 1987-89 para 36,9%, no conceito que considera apenas os trabalhadores ocupados, e de 43,5% para 42,7%, no que inclui também os trabalhadores no desemprego com bico e na inatividade com trabalho excepcional.

O comportamento pouco esperado da informalidade explica a maior relevância dada às ocupações não-registradas. Segundo elas, “A ocupação não-registrada não é necessariamente representada por atividades irregulares ou de baixa qualidade, mas, em geral, deixa de dar acesso a direitos adquiridos pelos trabalhadores, tanto individual como coletivamente. Configura-se como maior problema do mercado de trabalho da Grande Salvador, dado que é a partir da precarização das formas de contratação que esse mercado ajusta-se às diversas crises enfrentadas pelo país nas décadas 80 e 90.” (BRAGA; FERNANDES, 1999, p. 31-32).

Os dados de Braga e Fernandes mostram que a ocupação não-registrada teria evoluído de 40,2% para 44,3% entre 1987-89 e 1996-99. Com a inclusão dos desempregados com bico e os inativos com trabalho excepcional, essas taxas evoluíram de 44,1% para 54,7%. Esse tipo de ocupação – que também é tomada como evidência da baixa qualidade do emprego formal na RMS – teria crescido no grupo masculino e diminuído no feminino, onde a taxa só cresceu entre jovens com 18 a 24 anos.

A ocupação não-registrada teria aumentado em todos os setores de atividade, com a exceção dos Serviços Domésticos. Na indústria, o crescimento dessa taxa teria feito com que a expressão das ocupações não registradas no

⁶ O estudo considera como pequeno negócio, ou microempresa, o estabelecimento com até 49 empregados.

setor tenha mais que dobrado nos últimos dez anos. Segundo Braga e Fernandes (1999), isso resultaria do processo de terceirização e transformações crescentes na organização da produção industrial.

Um outro estudo toma a Pesquisa de Emprego e Desemprego como base empírica para investigar a informalidade na RMS: trata-se do **Perfil socioeconômico do trabalhador informal de Salvador**, desenvolvido por Almeida (1999b). O universo da pesquisa difere um pouco do da anterior, porque foi constituído pelos trabalhadores ocupados residentes em Salvador, incluindo os que residem e trabalham no município da capital e os que residem na cidade e trabalham em outros municípios da área metropolitana.

O autor buscou qualificar a “*economia subterrânea*” de Salvador a partir da identificação de três segmentos relacionados e distintos:

- “(1) a informalidade que reúne trabalhadores de baixa escolaridade e limitada produtividade, com ocupações precárias, associada, em geral, à pobreza e à exclusão social – os **informais excluídos**;
- 2) a informalidade constituída de trabalhadores e micro empreendedores mais capacitados, com melhores níveis de renda, que constitui parte importante da economia da cidade – os **informais incluídos** – e
- 3) a informalidade de rendimentos superiores, elite dos informais incluídos – os **informais integrados**.” (ALMEIDA, 1999b, p. 15-16).

Assim, tratou da informalidade associada à pobreza e à exclusão social (os informais excluídos), a informalidade associada a melhores níveis de renda (informalidade incluída), e a informalidade de renda elevada, freqüentemente associada ao empreendedorismo, os informais integrados. “A análise parte da construção dos conceitos de **ocupado excluído** e **ocupado incluído**, que são em seguida relacionados à condição de trabalho – **formal** ou **informal**” (ALMEIDA; 1999b, p. 2).

A definição de inclusão – ou exclusão – foi fundamentada no rendimento do trabalho, considerando a mediana da distribuição de renda dos ocupados como limite. Esse valor ascendeu a cerca de dois salários mínimos. Admitindo dois salários como limite, o autor estimou que 39,5% dos trabalhadores ocupados de Salvador, cerca de 350 mil pessoas, poderiam ser considerados excluídos no período 1996-98 (ALMEIDA, 1999b, p. 18).

A definição do *informal integrado* considerou o decil mais elevado da renda pessoal, o que resultou em faixas diferentes nos dois períodos considerados no estudo. A análise desse grupo mostrou um significativo crescimento nos rendimentos médios, de modo que Almeida considera que “... os informais integrados são o único grupo que teve ganho real de rendimentos no período estudado entre todos os ocupados de Salvador” (ALMEIDA, 1999b, p. 54).

A informalidade foi definida em relação à cobertura da rede de seguridade social. O autor designou como informal, portanto, os indivíduos empregados sem carteira de trabalho assinada, os trabalhadores que recebiam exclusivamente por produção e os demais ocupados que não contribuíam para a previdência social. No segmento formal, estariam os empregados com carteira de trabalho assinada, os funcionários públicos estatutários e outros trabalhadores que recolhessem contribuição à Previdência Social. Observe-se que, com isso, o trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, que responde por cerca de 10% da ocupação da RMS, resulta classificado como trabalhador formal, embora se saiba que tem apenas direitos parciais.⁷

Entretanto, esses procedimentos permitiram que Almeida lograsse dar conta de um crescimento significativo da informalidade em Salvador na década de 1990. Segundo ele, os informais responderiam por 41,9% do total de posições de trabalho da RMS em 1987-88 e a 46,3% em 1996-98. Devido a melhores condições de inserção produtiva na capital, a taxa de informalidade dos ocupados no município de Salvador foi menor que a da RMS: 38,7% em 1987-88 e 43% em 1996-98.

Paulo Henrique Almeida encontrou um setor informal bastante concentrado no Comércio e nos Serviços, onde dois quintos dos postos de trabalho não seriam protegidos. Os Serviços Domésticos e os de Alimentação seriam os mais informalizados, com mais de 70% dos trabalhadores nessa condição. Além desses, as Oficinas de Reparação Mecânica (65%), os Serviços de Limpeza (60%) e o Comércio (50%) tinham mais da metade das posições de trabalho na informalidade.

Na década de 1990, a informalidade cresceu fortemente na Indústria, onde evoluiu de 18,3% para 32,5% dos ocupados do setor, nos Serviços de Transporte e Armazenagem, de 14,4% para 31,6%, nos Serviços Auxiliares, de 14,9% para 32,8% e nos Serviços de Alimentação, de 61,3% para 72,4%. Nos Serviços Especializados, o crescimento da informalidade foi acompanhado de grande incremento dos informais incluídos. A informalidade cresceu, nesse segmento, de 33,3% para 45,4%, e os informais incluídos passaram de 14,6% para 24,4%. Entretanto, a informalidade excluída cresceu na Construção Civil e permaneceu extremamente elevada nos Serviços Domésticos.

Os setores mais informais seriam também os mais caracteristicamente excluídos. Nos Serviços Domésticos e de Alimentação, quase a totalidade dos trabalhadores informais eram excluídos: 98% e 83%, respectivamente. A exclusão atingia fortemente também os informais dos setores de Limpeza (79%), Alimentação (77%) Oficinas Mecânicas (72%), e Indústria (67%).

⁷ Essa classificação do trabalho doméstico com carteira assinada tem efeito negativo sobre a taxa de informalidade, em virtude do crescimento do reconhecimento da relação de trabalho depois de 1988. Os dados de Almeida revelam que apenas 13% dos trabalhadores dos Serviços Domésticos tinham carteira assinada em 1987-88, e que essa parcela cresce para 28,2% dos trabalhadores do segmento em 1996-98. A taxa de informalidade decresce, portanto, de 86,6% para 71,8%.

Além do já mencionado crescimento da informalidade, Almeida observou um forte aumento da exclusão social pelo desemprego, paralelamente ao decréscimo na proporção de excluídos entre os ocupados informais de Salvador. Trata-se de números relativos. Segundo o autor, a quantidade absoluta de informais excluídos pode e deve ter aumentado no período. Ainda assim, diz ele: “... as mudanças percentuais revelam que *para uma proporção considerável de trabalhadores informais houve melhoria substancial de renda, apesar de condições precárias de inserção no mercado de trabalho.*”* (ALMEIDA, 1999b, p. 26).

Ainda segundo Almeida, a informalidade e a exclusão social atingiram diferentemente alguns segmentos da população, de acordo com suas características pessoais. Os trabalhadores brancos seriam predominantemente formais e incluídos, e os negros estariam desproporcionalmente presentes entre informais e excluídos. Os resultados da pesquisa mostraram também que existia forte discriminação sexual no mercado soteropolitano de trabalho, beneficiando os homens com maiores rendimentos e mais emprego formalizado.

As melhores posições do setor informal, a *informalidade integrada*, eram predominantemente ocupadas por homens, brancos, maduros e com escolaridade igual ou superior ao segundo grau completo. Esse grupo era majoritariamente autônomo, trabalhando para o público nos Serviços Especializados, de Alimentação e Auxiliares nas situações ocupacionais de empregadores ou donos de negócios.

O caráter fortemente seletivo do mercado soteropolitano de trabalho foi abordado no estudo **Desigualdades raciais e requerimentos de escolaridade no trabalho na Região Metropolitana de Salvador** (SANTOS, 2001). Nesse estudo, buscou-se compreender a dinâmica das situações ocupacionais da RMS segundo atributos pessoais de raça e sexo, como desigualdades de oportunidade de inserção produtiva nos mercados formais e informais de trabalho, num quadro de melhoria do grau de instrução da força de trabalho e de deterioração da qualidade dos postos.

Tomando a base empírica da PED, o estudo também considerou uma conceituação de formal e informal que privilegia o registro da relação de trabalho, da empresa ou do negócio na seguridade social incluindo, entretanto, os Serviços Domésticos no setor informal, em função das limitações legais dos direitos trabalhistas nesse segmento.⁸

* *Grifo do autor.*

⁸ Considerou-se como *informal* o conjunto de empregados assalariados sem carteira de trabalho assinada, os empregados assalariados ocupados no emprego doméstico com rendimento mensal, os empregados assalariados ocupados no emprego doméstico ou que só recebem em espécie ou benefício e os diaristas, mesmo que tenham carteira de trabalho assinada, os empregados que recebem exclusivamente por produção, em espécie ou benefício, os trabalhadores autônomos que não contribuem para a previdência social, o empregador que não recolhe contribuição à previdência social, o profissional universitário autônomo que também não recolhe à previdência, o dono de negócio familiar que não recolhe a previdência e o trabalhador familiar sem remuneração salarial.

Classificou-se como *formal* o grupo dos trabalhadores assalariados com carteira de trabalho, desde que não inclusos nas condições de informalidade, os trabalhadores assalariados do setor público, os trabalhadores por conta-própria ou autônomos que declararam contribuir para a previdência social, empregadores com contribuição para a previdência, o profissional universitário autônomo que recolhe a previdência e o dono de negócio familiar que recolhe a previdência social.

Os resultados encontrados reafirmaram grandes alterações nas possibilidades de inserção produtiva: diminuição das oportunidades nos mercados formais (-19%), aumento moderado nos espaços informais (cuja participação cresceu apenas 1,2%) e elevado crescimento do desemprego (+55%) (SANTOS, 2001, p. 51).

O estreitamento das oportunidades de inserção produtiva, representado pelo elevado crescimento do desemprego, juntamente com a limitação das possibilidades de ocupação nos espaços do trabalho não formalizados, foi especialmente intenso nas áreas do mundo do trabalho da RMS historicamente destinadas aos negros, jovens, aos trabalhadores com pouca instrução ou qualificação e às mulheres.

A diminuição das oportunidades de acesso às posições reguladas não alterou a segregação racial existente nesses mercados. Os negros permanecem com quase 3/4 (71,3%) das chances dos brancos no setor formal. Entretanto, nos anos 1990, diminuíram as diferenças de gênero nesse mercado, na medida em que a probabilidade de uma mulher encontrar emprego formal cresceu para 74,6% das que um homem dispõe. Pode-se dizer que as transformações recentes no mercado soteropolitano de trabalho igualaram as oportunidades de inserção produtiva de negros e mulheres no setor formal, relativamente às chances de homens e brancos.

As mudanças no mercado informal ampliaram efetivamente as possibilidades dos brancos e dos homens no setor informal, de modo que as chances de inserção de um branco e de um homem nesse mercado passaram para cerca de 4/5 da que possuem negros e mulheres.⁹ Esses resultados sugerem que o estreitamento das oportunidades ocupacionais trouxe maiores parcelas de brancos e de homens para espaços ocupacionais antes destinados a negros e mulheres.

Resumidamente: os brancos ampliaram suas oportunidades de inserção no setor informal relativamente aos negros. O mesmo acontece entre os homens, em relação às mulheres. Entretanto, enquanto as mulheres melhoram suas chances de inclusão no mercado formal de trabalho face aos homens, os negros permanecem no mesmo patamar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Henrique de. *Perfil socioeconômico do trabalhador informal de Salvador*. Salvador: Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente/Faculdade de Ciências Econômicas, 1999b. Mimeografado.

⁹ Em valores relativos, as chances de um branco estar na informalidade passaram para 81,5% em relação às de um negro, e a de um homem para 82,9% das oportunidades de uma mulher presente no mercado de trabalho.

_____. *Salvador dinâmica: a economia soteropolitana pela ótica da ocupação*. Salvador: Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente/Faculdade de ciências Econômicas, 1999. Mimeografado.

AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli de. Economia e mercado de trabalho na Bahia e RMS: uma abordagem de longo prazo. *Bahia Análise & Dados*, Salvador: SEI, v. 10, n. 1 p. 49-67, jun. 2000.

_____. Mudanças no padrão de ocupação na RMS. *Bahia Análise & Dados*, Salvador: SEI, v.8, n.4, p. 9-26. mar. 1999.

_____. Pequena reestruturação produtiva no turismo e comércio varejista da RMS na última década. *Bahia Análise & Dados*, Salvador: SEI, v. 8, n. 1, p. 105-116, 1998.

_____. Perfil das ocupações na Região Metropolitana de Salvador. Salvador: Universidade federal da Bahia, Faculdade de Ciências Econômicas, 2000b. Mimeografado.

_____. MENEZES, Wilson Ferreira. Mudanças nos mercados de trabalho de algumas regiões metropolitanas: desemprego e informalidade. *Força de Trabalho e Emprego*, Salvador: MTb/SETRAS, n. 1/3, 1996.

BELAS, Angela. Perfil demográfico dos ocupados na RMS. *Bahia Análise & Dados*, Salvador: SEI, v. 8, n. 4, p. 51-59, mar. 1999.

BORGES, Ângela. Trabalho e emprego na Bahia: mudanças e desafios no final do século. In: *Bahia 2000*. Salvador: SEI, 1999.

_____. FRANCO, Angela. Economia informal da RMS: verdades e mitos. *Bahia Análise & Dados*, Salvador: SEI, v. 9, n. 3, p. 66-87. dez. 1999.

BRAGA, Thaiz Silveira; FERNANDES, Cláudia Monteiro. Informalidade e ocupação não-registrada na RMS. *Bahia Análise & Dados*, Salvador: SEI, v. 8, n. 4, p. 27-35, mar. 1999.

_____. Estrutura do mercado de trabalho informal na Região Metropolitana de Salvador. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador: SEI, n. 45, p. 19-26, fev. 1998.

FAGUNDES, Maria Emília. *Informalidade na Região Metropolitana de Salvador: um estudo exploratório*. 1992. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

PROSERPIO, Renata. Desemprego: diferentes causas demandam soluções distintas. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador: SEI, n. 47, abr. 1998.

_____. Desemprego na Bahia. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador: SEI, n. 18, nov. 1995.

SANTANA, Marcelo. Escolaridade e ocupação na RMS. *Bahia Análise & Dados*, Salvador: SEI, v. 8, n. 4. p. 27-35, mar. 1999.

SANTOS, Luiz Chateaubriand Cavalcanti dos. *Desigualdades ocupacionais entre brancos e negros na Região Metropolitana de Salvador (1987 –1997)*. 1998. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

_____. *Desigualdades raciais e requerimentos de escolaridade no trabalho na Região Metropolitana de Salvador*. Salvador: ANPED, 2001. Mimeografado.

MIGRAÇÕES ENTRE FORMAL E INFORMAL. UM *SURVEY* COM TRABALHADORES¹

ALVARO A. COMIN*

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre mobilidade ocupacional ganharam grande impulso no Brasil nos últimos quatro anos graças à disponibilização, por parte do Ministério do Trabalho, das bases de dados administrativos da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) sob uma nova arquitetura. As bases derivadas dessa nova apresentação das informações, conhecidas como RAIS-Migra, apresentam a grande novidade de permitir o acompanhamento dos indivíduos ao longo do tempo, registrando, para cada evento de ocupação formal, uma série de características, como idade, grau de instrução, nível de remuneração, ocupação (CBO), ramo de atividade da empresa e localização geográfica.² Resultados desses trabalhos já podem ser encontrados, por exemplo, em Pero (1997), Comin e Guimarães (2000), Guimarães *et alli* (2000) e Cardoso (2000).

Entre as várias contribuições desses estudos destaca-se, como uma espécie de tendência geral, um fenômeno que as análises tradicionais de painel sobre mercado de trabalho já vinham apontando desde o princípio da década, mas cujo impacto efetivo, em termos de mobilidade ocupacional, só puderam começar a ser mensurados através dessas novas fontes: a incrível migração de trabalhadores do setor formal para o setor informal da economia (paralela à terciarização do emprego). Se as análises de painel evidenciavam o crescimento das modalidades informais de ocupação, as análises longitudinais, por seu lado, permitiram começar a observar esse fenômeno não do ponto de vista da estrutura do mercado, mas do seu impacto sobre os destinos dos distintos estratos de trabalhadores, revelando, assim, os processos de seletividade que, com base nos atributos pessoais dos indivíduos, “organizam” esse processo de informalização e terciarização: que tipo de trabalhador sobrevive aos processos de reestruturação vividos pela indústria nesse período; quem, a despeito de haver sido expulso por esses processos, logra se reconverter para ocupações formais em outros setores (e que setores foram esses); quem naufragou de forma duradoura rumo à informalidade.

¹ Este *paper* foi originalmente preparado para discussão no Workshop Internacional realizado na Universidade de Campinas, como parte da Cooperação entre IFCH/UNICAMP e Universidade de Manchester, em junho de 2000.

* Professor do Departamento de Sociologia da USP e pesquisador do Cebrap.

² Gostaríamos de registrar que esses estudos pioneiros teriam sido irrealizáveis não fora a extrema competência e empenho dos funcionários tanto da Datamec (empresa responsável pelo processamento dos dados) quanto do Ministério do Trabalho e, em particular, da Secretaria de Pesquisas e Estatísticas Sociais. Gostaríamos de agradecer, especialmente, em nome dos primeiros, às pessoas de Daniel Rocha e Silva e Sérgio Rodrigues, e dos últimos à Dra. Vera Marina Martins Alves.

Essas são questões que certamente ganharam novas luzes com os mencionados estudos. Cardoso (2000), por exemplo, revela que, dos trabalhadores empregados na indústria paulista de material de transportes, em 1989, momento imediatamente anterior às mudanças mais estruturais que afetariam esse, que é um dos setores mais nobres da indústria, apenas pouco mais de um terço permanecia empregada nesse mesmo setor em 1995: predominantemente indivíduos mais velhos, com mais larga experiência profissional (presumivelmente mais qualificados), nível educacional até inferior ao da média, mas salários superiores. Os que conseguiram se manter à tona, no setor formal, fizeram-no, em parte, nas indústrias adjacentes (metalúrgica e química, principalmente); em geral, também trabalhadores mais especializados; e no comércio e serviços, com perfil mais jovem, mais escolarizados, relativamente pior remunerados e com presença mais significativa das mulheres. Mas o maior contingente foi mesmo o dos que migraram para a informalidade e não mais retornaram, pelo menos durante aquele período: cerca de 40% do total.

Uma vez fora dos registros administrativos da RAIS, tudo que se sabe sobre esses indivíduos, além das informações que restaram de sua última ocupação, é que eles não mais voltaram a possuir um registro formal de trabalho. De resto, uma vez na informalidade, seu percurso ocupacional torna-se zona de sombras. O experimento sobre cujos resultados parciais este artigo se apóia é uma tentativa de lançar alguma luz sobre esse terreno, agregando, ademais, um conjunto mais vasto de variáveis que permitam não apenas incluir informações sobre as características dos indivíduos, como a cor, ausente da RAIS, como também sobre o contexto familiar e as redes de sociabilidade que podem ter influência decisiva nas trajetórias pessoais.

Trata-se de um *survey* piloto, realizado com trabalhadores metalúrgicos, moradores de Diadema, através do qual foram recolhidas trajetórias ocupacionais completas de uma amostra de 417 indivíduos que tenham tido algum vínculo na indústria metal-mecânica, no período entre 1989 e dezembro de 1999, momento de realização da coleta.³ A escolha desse setor justifica-se: pela sua densidade regional, em termos do volume de capitais, unidades produtivas e empregos; por ter sido um setor fortemente afetado pelas mudanças macro e microeconômicas do período pós-90; e pelo fato de que se trata de um setor bastante bem estudado por várias disciplinas, o que permite grande controle sobre as variáveis de ambiência econômica, tecnológica, de mercado e de fatores institucionais, como políticas regionais e ação sindical. A definição do período teve dois alvos: manter paralelismo com os estudos RAIS, que têm todos início em 1989, e evitar que digressões longas e muito discrepantes, em termos temporais, tornasse a qualidade das informações muito desiguais, mais minuciosas no presente e mais rarefeitas no passado, mais homogêneas no caso dos jovens e mais heterogêneas no caso dos mais velhos. Finalmente, o município de Diadema foi escolhido

³ Esta pesquisa foi realizada com o apoio do Convênio Ford/Anpocs e da Finep, a quem seus executores agradecem.

como campo de coleta por razões basicamente logísticas: ali se concentra grande número de trabalhadores metalúrgicos, o que aumenta a eficiência do sorteio de casos e a aplicação das entrevistas.⁴

Este artigo traça apenas um resumo das variáveis de mobilidade, considerando três dimensões: a mobilidade entre tipos de vínculo (assalariamento formal e informal e ocupações por conta própria), entre setores de atividade e entre grupos ocupacionais. Os aspectos relativos às inter-relações entre trajetórias e contextos sociofamiliares serão objeto de outro trabalho.

RESUMO DOS PRINCIPAIS RESULTADOS

Perfil dos entrevistados

O conjunto de 417 entrevistados, resultante da amostra, revela-se um pouco mais velho do que os dados que se obtêm através da RAIS para o setor, no ABC como um todo. A média etária dos entrevistados é de 40 anos (mediana idem e desvio padrão de 12), contra 33 na RAIS. Essa discrepância muito provavelmente tem a ver com as características do município de Diadema, de ocupação antiga e estável, com taxas baixas e declinantes de crescimento nos anos 90. Da amostra sorteada, 77% tinham mais de 30 anos, 22% dos quais com idade superior a 50 anos. Mais da metade migrantes, provenientes principalmente da região Nordeste (35%), mas há muito tempo estabelecidos em Diadema: quase 60% dos entrevistados ali viviam há mais de 20 anos, e outros 27% há pelo menos 11 anos.

Seguindo o padrão observável na RAIS, os homens são a imensa maioria do contingente de trabalhadores desse setor: 88%. E, como revelam os resultados da pesquisa, são predominantemente os principais provedores de seus domicílios: perto de 60% sendo os únicos provedores e outros 20% responsáveis por mais da metade dos rendimentos do domicílio. Cerca de 70% dos domicílios possuíam renda de até 10 salários mínimos⁵, 45% recebendo não mais que 7 mínimos. Infelizmente, como a maior parte dos entrevistados não declina a renda em valores, mas sim através da tabela de intervalos de salários mínimos, não é possível estabelecer a média dos rendimentos. Entretanto, pela distribuição das faixas, é possível supor que se trata de um universo que se encontra próximo da média de rendimentos da população da região metropolitana de São Paulo, perto de R\$ 750,00, segundo a PED do mesmo mês em que foi realizada a pesquisa.

O grau de escolarização é relativamente alto, mesmo para os padrões da metrópole paulista: mais da metade possuía pelo menos o primeiro grau completo (cerca de 20% com o segundo grau completo). Entre os demais, um terço possuía apenas o primário completo (os primeiros 4 anos do Ensino Fundamental) e

⁴ Todas as especificações técnicas referentes à amostra, assim como quanto ao instrumento de coleta, o questionário, encontram-se em Guimarães (2000).

⁵ O salário mínimo, no momento da entrevista, equivalia a R\$ 136,00.

perto de 13% nem isso. Como se poderia esperar, pelos patamares etários registrados, a proporção dos que freqüentavam a escola no momento da pesquisa era bastante baixa, apenas pouco mais de 10%. Finalmente, em termos de cor, a proporção de brancos assemelha-se à da população em geral da região, 56%, mas, entre os não brancos, chama a atenção a elevada proporção de negros, 16%, e a conseqüente menor participação de pardos, 28%, quando, pelos dados censitários, a proporção de negros na região não chega a 10%.⁶

Análise tabular da mobilidade ocupacional

Tomando como referência as posições de partida (posição em 1989) e de chegada (posição em 1999), condensando, portanto, a movimentação dos indivíduos, a primeira observação que chama a atenção é o fato de que praticamente quatro quintos dos indivíduos trocaram, ao menos uma vez, de posição ao longo de todo o período, ou seja, a proporção de entrevistados que se manteve estável ao longo da década foi de não mais que 20%. Em média, os indivíduos tiveram cerca de 3 eventos de ocupações.⁷ O movimento mais notável, pelo volume apresentado, foi a migração para a condição de desempregado. Em 1989, apenas 1% da amostra se encontrava nessa situação, porcentagem que ascendeu para quase 30% em 1999.

Do ponto de vista da natureza dos vínculos, as relações formais de trabalho representavam, em 1989, nada menos que 90% do total das ocupações (excluídos, portanto, desempregados e inativos), proporção que se reduz, em 1999, para 68%, enquanto as ocupações por conta própria ou autônomas tiveram seu número multiplicado por quatro ao longo do período, chegando a representar um quarto das ocupações em 1999.

Tabela 1

Vínculos Freqüências		VÍNCULO 1999					Total 89
		Desemp	Inativo	Formal	Informal	Autônomo	
VÍNCULO 1989	Desemp						
	Inativo			91,7	8,3		24
	Formal	30,1		46,6	4,2	19,1	356
	Informal	23,5		52,9	11,8	11,8	17
	Autônomo	5,0		50,0	15,0	45,0	20
Total 99		112,0		207,0	19,0	79,0	417

As ocupações dos indivíduos foram coletadas de forma aberta (a descrição da ocupação era anotada integralmente pelos entrevistadores), o que permitiu uma codificação e uma classificação criteriosas.⁸ Quando se observa a

⁶ Na questão da cor, os entrevistados foram instados a se autoclassificarem, com base nas categorias-padrão do IBGE.

⁷ Consideram-se, aqui, como “eventos de ocupação” os vínculos de qualquer natureza: assalariamento com ou sem registro, ocupações por conta própria e/ou como empregador, trabalhos sazonais, concomitantes, intermitentes e/ou de curta duração e ajuda a parentes e agregados em atividades produtivas. Os períodos de desemprego, desocupação ou inatividade também são considerados “eventos”.

⁸ O esquema de classificação aqui adotado é uma adaptação do bem conhecido esquema de classes de Goldthorpe e Erikson (1991), especialmente o capítulo 2.

mobilidade controlando-a pelo tipo de ocupação, descobre-se que não apenas ela é extremamente elevada como também que os indivíduos trocam muito freqüentemente de grupo ocupacional. É extremamente difícil estabelecer uma hierarquia para os grupos ocupacionais, de modo a se poder falar em movimentos ascendentes ou descendentes. Como, neste caso, as descrições de ocupação foram manipuladas uma a uma, e elas são relativamente menos heterogêneas que as que se utilizam para o mercado de trabalho como um todo, podemos nos arriscar a algumas inferências.

Os grupos de ocupação foram assim compostos:

1. trabalhadores manuais => ofícios pouco definidos ou desprovidos de um saber técnico claramente identificável: carregadores, ajudantes gerais, faxineiros, porteiros, embaladores, ensacadores e similares;
2. trabalhadores manuais especializados => ofícios e funções com especialização definida: marceneiros, ferramenteiros, torneiros, pintores, eletricitas e congêneres;
3. não manuais de rotina => nessa categoria, incluem-se funções predominantemente ligadas a atividades comerciais: vendedores (inclusive ambulantes), balconistas, cobradores etc.
4. técnicos e profissionais => profissões que exijam explicitamente formação específica equivalente ao segundo ou terceiro graus: desenhistas, engenheiros, programadores etc.

Sobre essa classificação, se não pode ser considerada como estritamente hierárquica, é razoavelmente confiável afirmar que as migrações de 1 para 2 e de 1, 2, ou 3 para 4 são ascendentes e, inversamente, as passagens de 4 para 1, 2 ou 3 e de 2 para 1 sejam descendentes. A ambigüidade que persiste diz respeito ao caráter pouco transparente, em termos sociais, das funções aqui classificadas no grupo 3. Considerando que esse grupo abrange, principalmente, trabalhadores no comércio, é bastante duvidoso que a passagem de 2 para 3 (ou mesmo de 1 para 3) implique mobilidade ascendente, sendo provável, em muitos casos, até que se trate do oposto. Testes de consistência que levassem em conta os níveis de remuneração, por exemplo, seriam necessários para se estabelecer, com maior clareza, o lugar desse grupamento na escala. Contudo, informações retroativas sobre renda, especialmente antes da estabilização monetária, no segundo semestre de 1994, são extremamente imprecisas e, provavelmente, não ofereceriam resultados confiáveis.

A tabela que se segue expõe a síntese da mobilidade tabular da amostra nas duas pontas da linha de tempo. Note-se, em primeiro lugar, que a proporção dos trabalhadores que trocam de grupo ocupacional, ao longo do período, é bastante elevada: mais de 60%. E que, com exceção dos trabalhadores manuais especializados e dos técnicos e profissionais (esses em números absolutos muito reduzidos para oferecer qualquer significância estatística), nos quais cerca de

metade dos trabalhadores se mantêm no mesmo grupo ocupacional ao fim do período (caselas verdes), nos dois outros grupos, a proporção dos que migram é amplamente majoritária. Considerando que os grupos 2 (provavelmente) e 4 (certamente) concentram os trabalhadores mais qualificados, a sua menor mobilidade ocupacional sugere mesmo que a qualificação é quesito importante de estabilização ou, pelo menos, de não regressão no mercado de trabalho. Como se vê, a maior parte dos membros desses dois grupos que mudam de posição entre 1989 e 1999 vai parar no desemprego, o que talvez se explique justamente pela sua maior esperança de reconquistar uma colocação dentro de sua ocupação original. Mesmo assim, não é nada desprezível a proporção de trabalhadores cuja trajetória pode ser presumida como descendente.

Tabela 2

Tipos de ocupação Mobilidade tabular - 1989/1999 Percentuais		ATUAL						Total 89
		Desemp	Inativo	Manual	Manual Qualif.	Não Manual Rotina	Téc. e Profissionais	
POSIC 89	Desemp.	25,0	0,0	25,0	50,0	0,0	0,0	4
	Inativo	14,8	0,0	29,6	44,4	7,4	0,0	27
	Manual	35,5	0,0	24,6	23,9	14,5	0,0	138
	Manual Qualif.	27,4	0,0	7,5	51,6	11,8	1,1	186
	N Manual Rotina	19,1	0,0	14,9	29,8	31,9	4,3	47
	Téc. e Profissionais	28,6	0,0	0,0	14,3	7,1	50,0	14
Total 99		118,0		64,0	159,0	60,0	11,0	416

Apenas como exercício especulativo, se desconsiderarmos todos os desempregados e inativos e contabilizarmos apenas as situações em que o sentido da mobilidade pode ser confiavelmente estabelecido (de 1 para 2 e de 1, 2, ou 3 para 4 ascendentes; de 4 para 1, 2 ou 3 e de 2 para 1, descendentes), as trajetórias ascendentes corresponderiam a cerca de 22%, as descendentes a 9% e as demais, quase 60%, à condição de estabilidade, como se pode ver pela tabela que se segue. Isso, obviamente, porque estamos desconsiderando as situações de desemprego (que não constituem, de *per se*, uma condição ocupacional). Se a passagem de qualquer grupo ocupacional para a posição de desemprego for considerada como descenso, as trajetórias desse tipo chegam a quase 40% do total.

Tabela 3

Sentido da Mobilidade			
Valid.		Frequência	Percentual
	Descen.	23	8,6
	Estável	153	57,0
	Ascen.	57	21,7
	Total	268	100,0

Padrões de mobilidade setorial

A construção de *clusters* de trajetórias, com base nos setores de atividade, revela-se consistente com os padrões encontrados na RAIS, oferecendo ainda a possibilidade de alguns aprofundamentos. Através da análise fatorial de correspondência, chegou-se a sete *clusters* de trajetórias. É claro que, como na maior parte dos casos, os números absolutos são muito pequenos, para

suportar valor estatisticamente representativo, o recurso aqui é, sobretudo, empregado como forma de estilizar tipologias de trajetórias, tornando-as visualmente mais inteligíveis. As classes obtidas foram as seguintes (seguidas do número de casos):

Classe 1 – Comércio = 15

Classe 2 – Indústrias químicas = 22

Classe 3 – Serviços = 35

Classe 4 – Desempregados = 72

Classe 5 – Metalúrgicas = 153

Classe 6 – Outras indústrias = 35

Classe 7 – Material de Transportes = 80

Como se vê, os grupos mais numerosos são: o dos trabalhadores com passagens mais recorrentes e/ou duradouras pela indústria metalúrgica; o dos da indústria automobilística; e, finalmente, o dos desempregados. Compõem ainda *clusters* numericamente mais alentados os trabalhadores nas indústrias químicas, nas “outras indústrias” (ou indústrias tradicionais), nos serviços e no comércio. Embora a circulação entre os setores industriais e o desemprego seja o circuito mais comum nesse universo de trabalhadores, há uma tendência persistente a que o volume dos que encontram ocupação na indústria (qualquer que seja o subsetor) se reduza a partir de 1995. Se, no começo do período estudado (janeiro de 1989), essa amostra era composta fundamentalmente por operários industriais (os que tinham empregos no comércio e nos serviços não chegavam a 5%), a participação de todos os setores industriais encolhe até dezembro de 1999, e a proporção dos que se encontram empregados nos serviços e no comércio chega aos 20%.

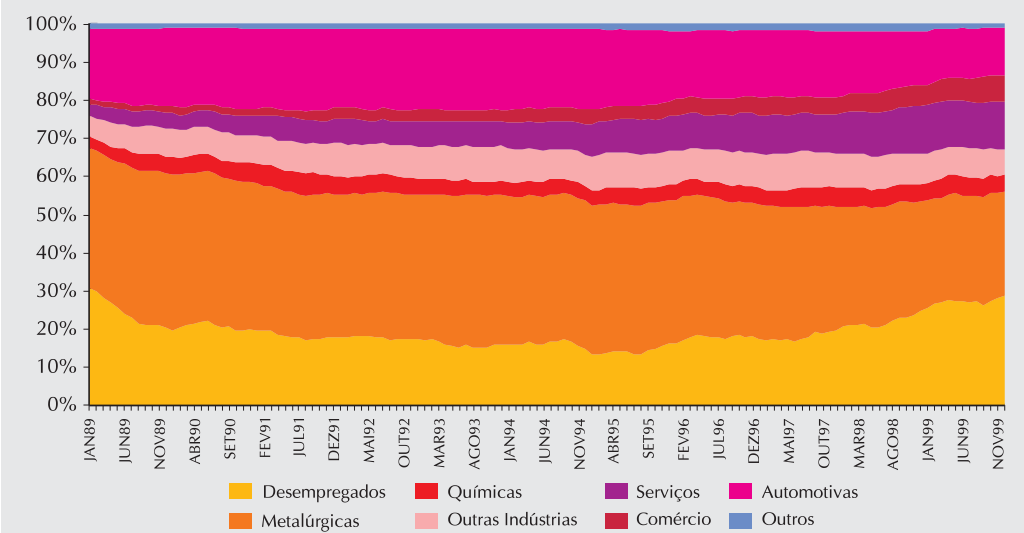
Como o *survey* recolhe também as ocupações não constituídas por vínculos formais de assalariamento, a relação entre ocupação e desocupação se torna mais precisa do que na RAIS. Para efeitos da análise setorial, os inativos (por serem poucos) foram incorporados aos desempregados. A segunda constatação importante é a de que a migração para os setores não industriais tem representado também, majoritariamente, a passagem das ocupações formais para as informais (seja o assalariamento sem registro, seja a ocupação por conta-própria ou autônoma). Como vimos, os assalariados formais, que representavam 90% dos vínculos existentes em 1989, viram-se reduzidos a cerca de 50% da amostra em dezembro de 1999 (movimento muito semelhante ao que se verifica globalmente com o mercado de trabalho da região metropolitana de São Paulo⁹). Essa queda no número de vínculos,

⁹ Veja-se PME/IBGE (www.ibge.gov.br) e PED/SEADE (www.seade.gov.br).

como também já se viu, foi “compensada”, antes de tudo, pelas situações de desemprego e, a seguir, principalmente em favor dos trabalhadores autônomos. Em outras palavras, nesse universo, o declínio do emprego formal está ligado mais a uma mudança efetiva nas formas de inserção ocupacional do que a uma mera mudança no estatuto legal dos vínculos de assalariamento.

Gráfico 1

Distribuição setorial da amostra, mês a mês,
Jan 89 - Dez 99 (N=412)



A coincidência entre setor de atividade e modalidade de vínculo de trabalho é bastante elevada. Os trabalhadores dos *clusters* da indústria química, metalúrgica e de material de transportes (setores mais modernos) têm trajetórias predominantemente cobertas por vínculos de assalariamento formal. Nos setores industriais tradicionais, a ocorrência de situações de trabalho por conta-própria é muito mais freqüente: cerca de um quarto dos trabalhadores desse *cluster* esteve a maior parte do tempo nessa condição (note-se que, também aqui, não é o assalariamento informal que se destaca). Quase todos os trabalhadores com trajetórias no comércio vivem a maior parte do tempo como autônomos (vendedores ambulantes, principalmente) e nos serviços. Embora a condição de autônomo seja também a mais freqüente, há uma maior ocorrência tanto do vínculo formal quanto do assalariamento informal (na verdade, esse é o único *cluster* em que essa última forma de vínculo ocorre de forma mais significativa).

Assim, as trajetórias concentradas nos setores industriais mais modernos, por um lado, e no comércio, por outro, compõem dois grupos internamente bastante homogêneos e nitidamente distintos do ponto de vista das formas de inserção ocupacional (as primeiras marcadas pelo assalariamento formal e as segundas pela condição de conta-própria). Seria de se presumir, nesse caso, uma baixa intersecção entre esses dois universos ocupacionais. Com efeito, tomando o *cluster* dos trabalhadores com trajetórias concentradas na indústria de material de transportes como expressivo do primeiro universo, na primeira metade do período coberto (janeiro de 1989 a junho de 1994), a circulação observada tende ou para os demais setores industriais ou para o

desemprego, sugerindo que, nesse período, os indivíduos expelidos do setor se mantêm em um circuito ocupacional adjacente, ou simplesmente na inatividade, à espera de uma possibilidade de retorno, não sendo a ruptura de trajetória, de toda forma, o padrão predominante. No final do período, contudo, a parcela dos que migram para os serviços e para o comércio se amplia nitidamente, e aqui uma possível mudança no padrão dessas trajetórias pode estar se esboçando. Vale chamar a atenção para as características desse grupo: é o mais homogêneo do ponto de vista etário, tendo 80% dos indivíduos concentrados na faixa etária de 30 a 50, excluindo-se, assim, as classes de idade mais problemáticas do ponto de vista de inserção profissional (jovens e velhos); é o que concentra a maior proporção de brancos (2/3) e a menor de negros (7,5%); uma forte proporção de migrantes (especialmente nordestinos), a maioria, porém, estabelecida em Diadema há mais de 20 anos; predominam os trabalhadores manuais especializados, 1/3 deles com vínculos contínuos de mais de 6 anos na ocupação que tinham em 1989; e, por fim, esse grupo exibe uma das maiores taxas de desemprego aberto em dezembro de 1999 (21%). Seu perfil educacional, entretanto, não apresenta discrepâncias relevantes frente às médias do conjunto dos entrevistados: um quarto de indivíduos com segundo grau completo, um quarto com primeiro grau completo, pouco mais de um terço com apenas o primário completo e 12,5% com menos do que isso. Mas é o grupo que apresenta, de longe, a melhor composição em termos de renda em dezembro de 1999: 2/3 ganhando acima de 7 salários mínimos.

Algo semelhante (até mais acentuado), em termos das trajetórias, se observa entre os trabalhadores do *cluster* das indústrias químicas, que, na primeira metade do período, provêm ou circulam principalmente pela indústria metalúrgica (ou no desemprego) e, na segunda metade, já apresentam migração mais significativa para o comércio e os serviços. O *cluster* dos trabalhadores nas indústrias metalúrgicas é o único que, no final do período, apresenta migração predominante para o desemprego (e, em segundo lugar, para as indústrias tradicionais) e não para algum dos setores terciários. Trata-se de um grupo de trabalhadores mais velhos (mais da metade acima dos 40 anos); com equilíbrio entre brancos e não brancos; predominantemente trabalhadores manuais especializados e quase 30% de desempregados em dezembro de 1999. Vale notar que esses dois *clusters* são os que apresentam perfil educacional mais elevado, com cerca de 60% dos trabalhadores com pelo menos primeiro grau completo. Em contraste com seu melhor perfil educacional, os químicos, por exemplo, surpreendentemente, estão concentrados nos estratos mais baixos de renda (metade deles situados entre 1 e 5 mínimos); os metalúrgicos em uma posição intermediária (concentração principal entre 5 e 10 mínimos), mas, de toda forma, inferior à dos trabalhadores do cluster automobilístico. Note-se, portanto, que a relação entre instrução e renda é menos linear do que se poderia supor a priori.

O *cluster* dos trabalhadores no comércio é composto, principalmente, por indivíduos empregados na indústria metalúrgica no início do período e que, logo nos primeiros anos, migraram para o comércio, não mais

retornando à indústria. A ideia de que tenham sido definitivamente expulsos do emprego industrial é reforçada pelo seu perfil etário: é o *cluster* mais velho de todos: 40% dos indivíduos tinham mais de 50 anos em dezembro de 1999; migrantes há muito estabelecidos em Diadema, a maioria se encontrava empregada há mais de 10 anos no vínculo registrado em 1989 (portanto, operários com longa inserção no setor metalúrgico); divisão equivalente entre brancos e não brancos; quase todos autônomos (especialmente ambulantes) em 1999; é o *cluster* que apresenta a menor taxa de desocupação, apenas 6,7%, na ocasião da entrevista. A condição de autônomo, contudo, oculta uma maior heterogeneidade do ponto de vista da remuneração: esse é o grupo que apresenta a maior concentração de ocupados na faixa de 1 a 3 mínimos e de 10 a 15 mínimos (nos dois casos, 3 vezes mais do que a média geral), exibindo uma estrutura bem polarizada, mais do que permitiria supor seu perfil educacional não muito distante da média (apenas com uma proporção mais elevada de trabalhadores com menos do que o primário completo).

Os indivíduos que se agrupam nos *clusters* de serviços e de indústrias tradicionais (ver gráficos com trajetórias abaixo) apresentam trajetórias mais heterogêneas entre si. Os trabalhadores do *cluster* de serviços transitam, na primeira metade do período, privilegiadamente entre a indústria metalúrgica e a automobilística e, na segunda metade, embora pareça crescer a fixação nos serviços mesmo, a ocorrência de migrações para a indústria metalúrgica segue sendo significativa (a automobilística desaparece). Assim que, em 1999, entre eles, havia pouco mais de metade de trabalhadores autônomos e um terço de assalariados formais; e, como já se observou, esse é o único *cluster* com uma proporção de assalariados informais mais significativa. Pelo menos para parte deste grupo, a migração da indústria para os serviços não parece ter um caráter definitivo. Quando na condição de conta-própria, as ocupações que predominam aqui são as de prestação de serviços de manutenção e reparação, como pedreiros, pintores, marceneiros e mecânicos de automóveis, ocupações em que as chances de se verificar algum tipo de aproveitamento da experiência fabril são maiores do que, por exemplo, no comércio (e isso talvez corrobore a hipótese de que este seja um padrão menos definitivo de migração para fora da indústria). São os trabalhadores mais jovens, a maioria entre 25 e 40 anos; metade deles nascidos em São Paulo e composta por trabalhadores manuais especializados; a maioria não estava ainda trabalhando em 1989, ou possuía vínculos de menos de 3 anos então. São, portanto, trabalhadores em sua maioria percorrendo ainda a primeira metade de suas vidas ocupacionais. A proporção de desocupados, em 1999, era bastante baixa: apenas 6% (característica comum dos que buscam ocupações fora da indústria). Embora jovens, exibem o perfil educacional mais baixo: quase 2/3 não possuem mais que o primário completo e apresentam a maior concentração nas faixas inferiores de renda (2/3 abaixo de 5 mínimos em 1999).

O perfil dos trabalhadores do *cluster* das indústrias tradicionais é mais ou menos semelhante ao dos serviços: indivíduos mais jovens (2/3 entre 25

e 40 anos) e com trajetórias um pouco mais heterogêneas; só que, nesse caso, a migração da indústria é predominantemente para a situação de desemprego (e não para os serviços ou a indústria metalúrgica); um quarto deles encontrava-se em desemprego aberto em dezembro de 1999. Além disso, possuem um perfil educacional mais elevado, e os que estavam ocupados, em 1999, concentravam-se nos estratos intermediários de renda (entre 5 e 10 mínimos). Talvez, por seu melhor perfil educacional, ou por terem estado empregados mais tempo na indústria com salários melhores (ou as duas coisas), parecem resistir mais à migração para fora do setor industrial, preferindo a situação de desocupação temporária.

Segue-se um resumo das características de cinco das classes de trajetórias encontradas que apresentam mais interesse analítico, embora não necessariamente sejam as mais numerosas em casos. Vale repetir que este exercício não tem pretensões de representatividade estatística, mas visa, muito mais, à construção experimental de tipologias sugestivas de trajetórias que possam ajudar na interpretação das bases mais amplas de dados.

As classes de trajetórias

É o grupo de trabalhadores mais “velhos” (40% com mais de 50); a maioria nascida fora do estado de São Paulo, mas vivendo há mais de 20 anos em Diadema; com equivalência entre brancos e não brancos; três quartos na situação de autônomos na ocasião da entrevista (maior concentração ambulantes), apenas 6,7% desempregados; a maioria constituída de trabalhadores não manuais de rotina e com longos vínculos, de mais de 10 anos, anteriores a 89.

Gráfico 2

Classe 1 – Comércio (N = 15)

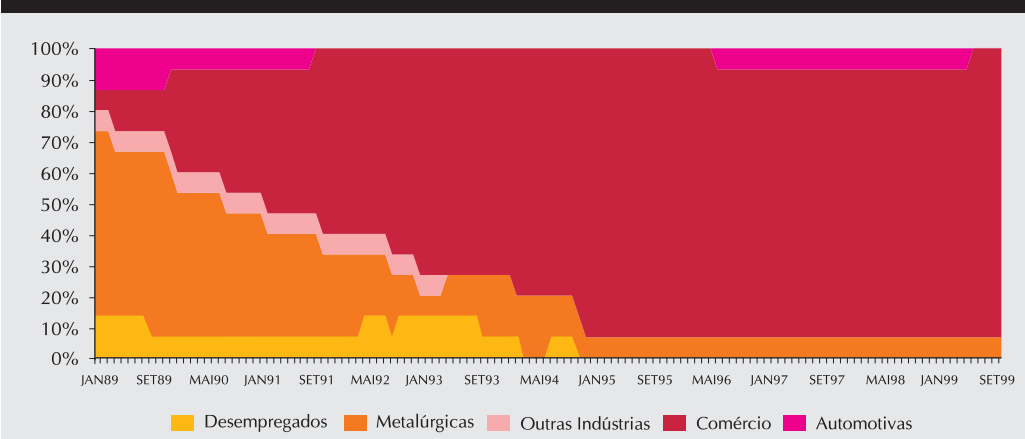
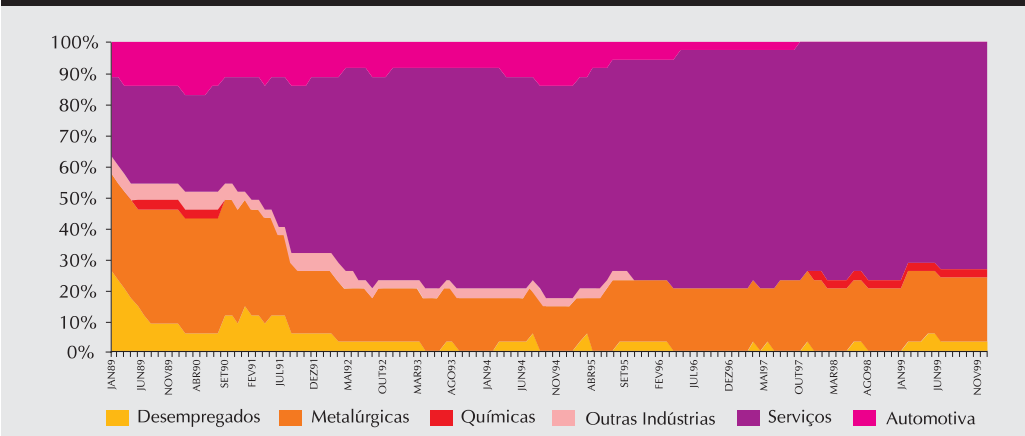


Gráfico 3

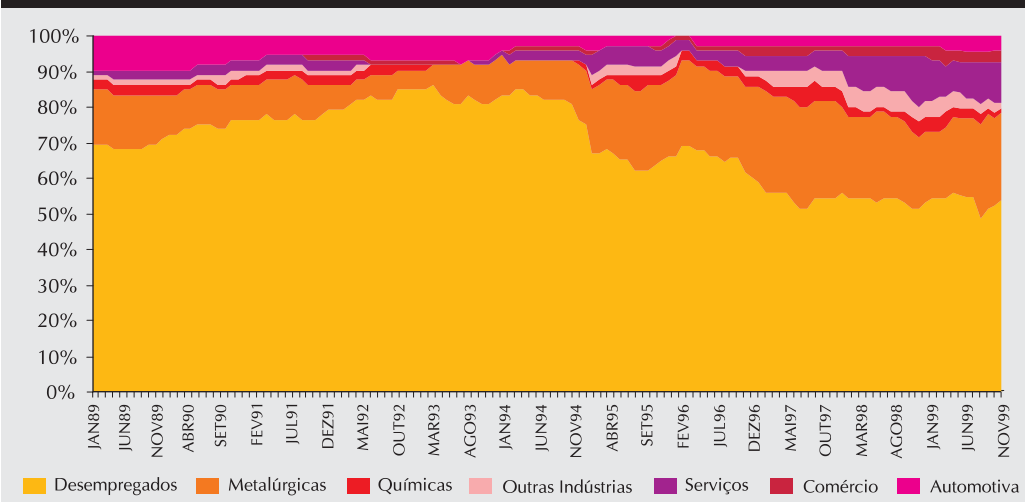
Classe 3 – Serviços (N = 35)



No grupo dos serviços, concentram-se indivíduos com idade entre 25 e 40 anos; mais da metade nascida fora do estado (Nordeste principalmente); mais da metade vivendo há mais de 20 anos em Diadema; maioria constituída de autônomos (54%) e um terço de assalariados formais; predominância de trabalhadores manuais especializados (pintores, pedreiros e marceneiros); a maioria não estava empregada ou estava há menos de 3 anos no vínculo em 1989; 6% estavam desempregados em 1999.

Gráfico 4

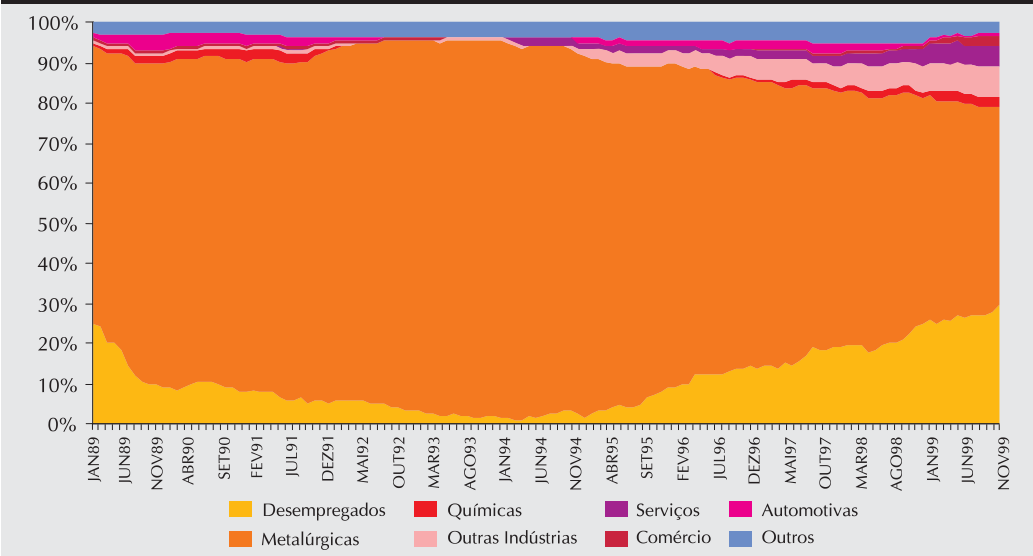
Classe 4 – Desempregados (N = 72)



É um grupo que concentra os indivíduos situados nos dois extremos das faixas etárias; quase 40% com até 24 anos (a maior concentração entre todas as classes), a maioria tendo ingressado no mercado de trabalho mais recentemente; e perto de 30% com mais de 50 anos. Mais da metade dos componentes desse grupo nasceu no estado de SP, e nada menos que dois terços são brancos (maior participação entre todos os setores); a maioria estava desempregada no momento da entrevista (50%) e um terço possuía registro formal (principalmente como trabalhadores manuais, especializados ou não); a imensa maioria não trabalhava em 1989, e 13% estavam há mais de 6 anos no emprego, na época.

Gráfico 5

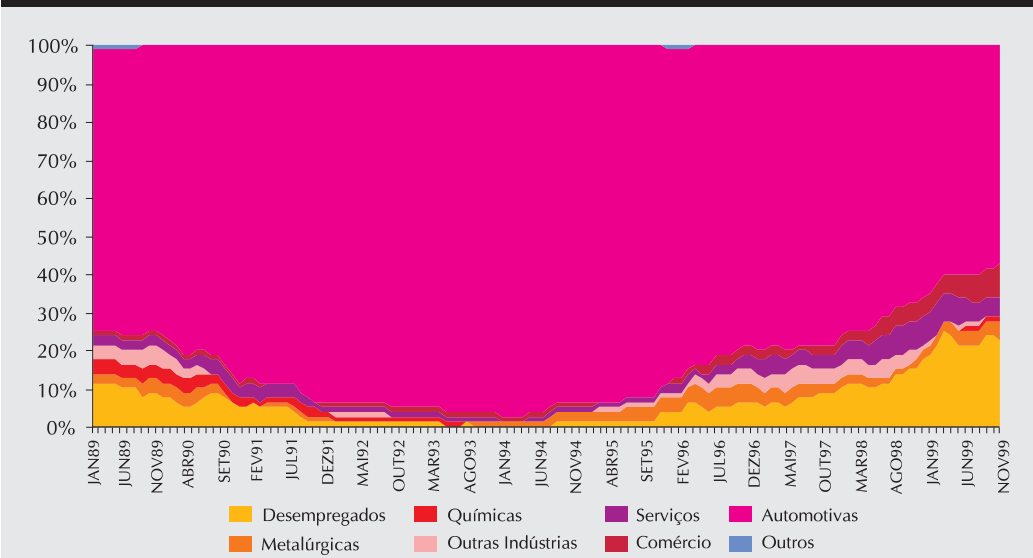
Classe 5 – Metalúrgicas (N = 153)



É um grupo de trabalhadores mais velhos, mais da metade com idade superior a 40 anos; a maioria nascida fora de SP (Nordeste e outros estados do Sudeste), mas vivendo há pelo menos 11 anos em Diadema; ligeira maioria de brancos. Esse grupo concentra, nos extremos, grande proporção de assalariados formais (55,5%) e de desempregados (27,5%) na ocasião da entrevista; com dominância de trabalhadores manuais especializados, tanto no começo como no fim do período.

Gráfico 6

Classe 7 – Automotiva (N = 80)



Quase 80% dos indivíduos com idade entre os 30 e os 50 (classe mais homogênea deste ponto de vista); quase dois terços nascidos fora do estado (principalmente Nordeste); 60% vivendo há mais de 20 anos em Diadema; dois terços de brancos e apenas 7,5% de negros (menor participação entre as classes); dois terços de assalariados formais e maioria de manuais especializados na ocupação atual; um terço com mais de 6 anos no emprego em

1989; um terço manteve o mesmo vínculo durante todo o período; 21% de desempregados em 99.

CONCLUINDO

Os estudos sobre trajetórias ocupacionais apresentam excelente potencial analítico, no que diz respeito ao impacto das mudanças no mercado de trabalho sobre os contingentes já integrados de trabalhadores. Processos de alteração na estrutura desses mercados, em países mais avançados, especialmente a terciarização das ocupações, que se desenrolaram ao longo de décadas, aqui vêm ocorrendo no intervalo de poucos anos, de tal modo que o que lá significou movimentos intergeracionais de mobilidade ocupacional, aqui constituem migrações intrageracionais. Indivíduos com larga experiência em ocupações industriais qualificadas vêem seu capital profissional evaporar subitamente, ao serem obrigados a migrar para setores de atividade no terciário. Essa migração, ademais, não implica uma reconversão duradoura, uma vez que o padrão prevalecente, nesses setores, é, na maioria das vezes, o de elevada rotatividade. Além disso, para grande parte desses trabalhadores, sair do setor industrial significa deixar definitivamente o setor formal da economia, com prováveis perdas tanto no plano econômico (não apenas sob a forma do salário, mas também de todo um corolário de benefícios associados ao vínculo formal de trabalho), quanto do status sócio-ocupacional. Assim, os estudos longitudinais podem ser de extrema utilidade, não apenas no que diz respeito à compreensão da nova configuração do mercado de trabalho, mas, sobretudo, como suporte à elaboração de políticas voltadas para a requalificação e reinserção ocupacional do vasto contingente de desempregados o que, hoje, constitui uma das mais críticas questões a exigir intervenções das várias esferas de governo.

O uso das bases de dados administrativos, conquanto tenham permitido importantes avanços, encontra limites justamente na mobilidade ocupacional que se verifica fora do mercado formal de trabalho, zona em que se encontra atualmente mais da metade dos ocupados nas regiões metropolitanas brasileiras. O experimento preliminarmente analisado neste artigo, de validade ainda mais metodológica que substantiva, dada a sua pequena dimensão, procura exatamente avançar nessa direção. Os resultados apresentados permitem observar, com relativa clareza, padrões de mobilidade que não apenas tornam mais inteligível a migração (ou não) do setor formal para o setor informal (e as razões implícitas nesses movimentos) como também ajudam a qualificar melhor a inserção no mercado informal de trabalho, conforme as características dos indivíduos, sugerindo que, mesmo ali, importantes crivos de seletividade operam, determinando formas mais ou menos bem sucedidas de adaptação. Este estudo teve, sobretudo, a função de subsidiar a elaboração de instrumentos mais precisos para a coleta de informações de tipo longitudinal, que agora passam a ser aplicados em escala muito mais ampliada, sob a forma de um suplemento especial da PED São Paulo, cujos resultados deverão brevemente vir a público, assim como de novos *surveys* com subgrupos sociais especiais, como populações de baixa renda, mulheres, negros etc.

CARDOSO, Adalberto M. *Trabalhar, verbo transitivo. Destinos profissionais dos deserdados da indústria automobilística*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

COMIN, Alvaro A.; GUIMARÃES, Nadya A. *Mobilidade setorial, diversidades de gênero e acesso ao seguro-desemprego. Brasil nos anos 90*. Relatório de pesquisa encomendado pela Cepal, 2000.

GOLDTHORPE, John H.; ERIKSON, Robert. *The constant flux. A study of class mobility in industrial societies*. Oxford: Claredon Press, 1991.

GUIMARÃES, Nadya A. *Reestruturação, qualificação e seletividade: as bases sócio-institucionais de uma nova contratualidade no âmbito do trabalho*. Relatório Final, Convênio Cebrap/Finep, 2000.

PERO, Valéria. *Migração para fora do Mercado formal de trabalho*. Rio de Janeiro: Ciet/Senai, 1997. (Segundo Relatório de Pesquisa, Projeto Finep/Ciet: Trajetórias Intersetoriais e Ocupacionais dos Trabalhadores Desligados da Indústria).

TRAJETÓRIAS DE SOBREVIVENTES NO MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR¹

NADYA ARAUJO GUIMARÃES*

Este é um texto exploratório. Usando uma base experimental de dados – a Rais-Migra, numa versão especialmente produzida para estudos sobre a dinâmica do mercado de empregos formalmente registrados, entre 1989 e 1999, na Região Metropolitana de Salvador (RMS)² –, pretendo argumentar em favor da importância e do interesse dos resultados que podem ser obtidos por meio do estudo de painéis longitudinais sobre transições ocupacionais. A escolha do caso da RMS responde ao meu interesse em ilustrar a pertinência desse tipo de abordagem e o interesse do uso dessa base de dados, mesmo em mercados metropolitanos de trabalho que, como este, revelem peso significativo das formas de emprego muitas vezes denominadas “atípicas”, por não exprimirem aquela síndrome de características definidoras da relação salarial: vínculo de emprego formalmente pactuado e marcado pelo tempo indeterminado do contrato de trabalho, pela jornada em tempo completo, pelo salário que assegura a sobrevivência, pela representação sindical dos interesses coletivos e pela inclusão em sistemas de proteção do trabalho e de amparo nos momentos de desemprego.

Para desenvolver a minha argumentação, estruturarei o texto em três partes. Na primeira, argumentarei em favor do interesse em identificar trajetórias ocupacionais, utilizando bases longitudinais de tipo painel, com vistas a refletir sobre algumas questões sociológicas, relevantes em mercados de trabalho, como o nosso, marcados pelo intenso trânsito entre situações ocupacionais. Na segunda, apresentarei a base de dados que servirá de ponto de partida para a ilustração que será desenvolvida na terceira e última parte.

¹ Este texto foi preparado para discussão no seminário “Mobilidade da Força de Trabalho”, promoção da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI) da Secretaria do Planejamento do Governo do Estado da Bahia e do Centro de Estudos da Metrópole (CEM); Salvador, 9 de setembro de 2002. Agradeço a Paulo Henrique da Silva e Marcus Farbelow pelo apoio na preparação e processamentos estatísticos dos dados, bem como aos participantes do seminário em Salvador pela acolhida à abordagem proposta e pelos comentários. As boas idéias então sugeridas animaram as minhas indagações subsequentes.

* Professora Livre-Docente do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo. Pesquisadora associada, no desenvolvimento desse projeto, ao CEM – Centro de Estudos da Metrópole. nadya@uol.com.br

² Este exercício de análise só foi possível graças ao apoio do Ministério do Trabalho, através a Datamec, responsável pela produção da base de dados longitudinais Rais-Migra 1989-1999 para a Região Metropolitana de Salvador.

PENSANDO LONGITUDINALMENTE E REFLETINDO SOCIOLOGICAMENTE³

Ao longo dos dez últimos anos, o *mainstream* da Sociologia do Trabalho, no Brasil, focalizou as transformações a que se costuma tratar como o “processo de reestruturação industrial” num triplo registro:

- um primeiro, voltado para caracterizar os ambientes de trabalho reestruturados, vale dizer, as novas condições sócio-organizacionais da gestão do trabalho, dando continuidade ao diálogo, intenso e produtivo, das chamadas “análises do processo de trabalho” com os estudos micro-organizacionais desenvolvidos nos campos da engenharia da produção e da gestão organizacional.
- Um segundo, voltado para caracterizar os trabalhadores que lograram sobreviver nestes novos ambientes, indagando sobre os seus capitais de inclusão mas, igualmente, visando aprofundar o estudo das suas percepções subjetivas das mudanças em curso, da re-significação desses processos para os sujeitos individuais que o vivenciaram. Isto se fez num diálogo intenso e igualmente produtivo com a Antropologia do Trabalho, a Psicopatologia, a Sociologia da Educação, dentre outros.
- Um terceiro, voltado para caracterizar as negociações dos interesses dos atores, no contexto das novas regras do jogo no trabalho. Sindicatos e negociações coletivas – desafiados por novos escopos temáticos, espaços institucionais e formas regulatórias – caracterizaram-se como focos por excelência de um debate que, num forte diálogo com a Ciência Política e com a Teoria Econômica, buscava enfrentar a espinhosa questão do lugar dos antigos atores sociais nos novos contextos sócio-organizacionais. Ao fazê-lo, via-se desafiado pela necessidade de resposta à indagação sobre novos condutos da regulação social e, nesse sentido, sobre a centralidade mesma do trabalho no arranjo societal que ora se constrói.

O que havia de comum entre esses três registros? A urgência em explicar as formas emergentes e, por isso mesmo, em teorizar sobre os novos ambientes, suas instituições e agentes. Ao fazê-lo, a reflexão despreocupou-se quanto ao estudo dos destinos dos trabalhadores tornados redundantes nesses processos de reestruturação organizacional.

Tal juízo nem de longe quer asseverar que a Sociologia do Trabalho, no Brasil, tenha se furtado a construir a crítica das novas possibilidades abertas por tal reestruturação. Ao contrário, são salientes as análises sobre os limites das novidades organizacionais e sobre a convivência entre herança sócio-institucional e novos paradigmas produtivos; elas se encarregaram de matizar as hipóteses sobre transposição mecânica de novos modelos gerenciais, sobre

³ Retomo nesse item parte do argumento que desenvolvi mais extensamente no capítulo 6 de Guimarães (2002-b).

virtuosidades gerais e inescapáveis do uso do trabalho nas condições da chamada “produção flexível”, sobre o fim do trabalho como uma das categorias fundantes na nova ordem social. Essa crítica destacou os aspectos predatórios associados ao uso da força de trabalho dos trabalhadores “sobreviventes”, sublinhando a intensificação da atividade laboral a que se sujeitavam nas novas condições. Entretanto, muito pouca inversão intelectual foi dirigida à análise dos destinos ocupacionais daqueles indivíduos colhidos pelo movimento de enxugamento persistente de postos, no trabalho industrial, tão bem documentado na literatura acadêmica brasileira, notadamente pelos estudos da economia do trabalho.

É exatamente sobre esse processo que a análise de trajetórias ocupacionais permite que passemos a nos debruçar, refletindo não tanto sobre os seus determinantes, estruturais ou conjunturais, mas sobre suas consequências em termos:

- dos destinos ocupacionais dos trabalhadores demitidos;
- dos efeitos que a análise agregada de tais destinos individuais permite inferir com respeito à organização do mercado de trabalho, notadamente para o movimento de trânsito entre situações ocupacionais, que nossa literatura tratou até aqui como trânsito entre trabalho formal e informal, da qual decorreu a atualização dos estudos sobre as formas do informal;
- dos novos enfoques que a análise longitudinal de percursos individuais pode descortinar com respeito a alguns temas caros à Sociologia do Trabalho, como sejam: os estudos de mercados setoriais de trabalho; as análises dos mercados internos de recrutamento e das carreiras profissionais; a análise das alternativas para a negociação de interesses coletivos em condições de trânsito ocupacional intenso; o estudo da construção de identidades entre trabalhadores sujeitos a trajetórias ocupacionais caracterizadas por sua elevada instabilidade.

Qual o principal desafio teórico que essa abordagem coloca? Eu o resumiria num outro conjunto de indagações: é possível agregar conhecimento relevante sobre a natureza dos efeitos sociais de um processo se o analisamos da perspectiva daqueles que dele foram, permanente ou transitoriamente, desligados? Ou seja, vale a pena pensar o nexo entre reestruturação industrial e trabalho, deixando, ainda que momentaneamente, a perspectiva do *core* da força de trabalho, e tomando o partido analítico de atentar para aqueles que são considerados (relativa, ou mesmo momentaneamente) redundantes? Pode a observação analítica sobre o que foi posto à margem iluminar o conhecimento sobre o leito por onde flui um processo de mudança?

Assumo, aqui, o partido analítico de que a investigação sobre padrões de mobilidade entre situações ocupacionais de trabalhadores tornados (relativa ou momentaneamente) redundantes pode nos ajudar a entender os resultados da reestruturação industrial sobre a organização atual do mercado de

trabalho e os desafios à construção de identidades, abertos para esses mesmos trabalhadores.

Qual a vantagem desse outro partido analítico? Ele é um caminho promissor para recuperar-se, aprofundando, o elo entre as tradições dos estudos do processo de trabalho e as análises dos mercados de trabalho. De fato, o campo da Sociologia parece haver descuidado dos estudos sobre a dinâmica macro-social dos mercados de trabalho, na razão direta do afincamento com que se dedicou à análise micro-organizacional dos processos de trabalho⁴. O próprio avanço nessa última linha de investigação nos coloca hoje frente à necessidade de recuperarmos os elos entre mudanças na organização e gestão do trabalho e seus nexos com a organização dos mercados externos de trabalho. Se mais não fosse, dada a pujança com que as novas formas de contratação e uso do trabalho (terceirização, externalização, etc.), que acompanham a chamada produção flexível, desafiam a centralidade dos mercados internos de trabalho, até aqui decisivos para a compreensão das formas de recrutamento e encarreiramento que regulavam a gestão do *core* da força de trabalho (Doringer e Piore, 1971; Piore e Sabel, 1984; Osterman, 1988).

Vou um pouco mais longe, e arrisco afirmar que o esforço por recuperar o elo entre análises dos processos e dos mercados de trabalho muito teria a ganhar se buscássemos investigá-lo a partir de estudos empíricos do tipo quantitativo sobre trajetórias de mobilidade de trabalhadores no curso dos processos de reestruturação industrial. Ao dizê-lo, não quero negar a importância das análises qualitativas desse tema. Ao contrário, elas são centrais para elucidar aspectos sociologicamente-chaves como a experiência subjetiva do desemprego, as percepções individuais das redes sociais de sobrevivência e proteção ou de localização e re-inserção ocupacional. Ou seja, as análises longitudinais de tipo qualitativo iluminam os mecanismos através dos quais a ação dos sujeitos constitui os processos que, num ponto de vista quantitativo e agregado, podemos descrever em seus impactos na macro-dinâmica do mercado de trabalho. Por isso mesmo, as análises qualitativas são instrumentos inescapáveis no esclarecimento do assunto.

Por que reivindico, também, um lugar para análises de tipo quantitativo? Porque elas se constituem, como pretendo ilustrar, em instrumentos capazes de produzir primeiras conclusões de valor inestimável para a caracterização do uso do trabalho em sua forma atual, à medida que permitem resumir e tipologizar grandes massas de eventos de desligamento e de re-inserção ocupacional. Ao resumirem massas significativas de eventos de mobilidade individual, expressando-as sinteticamente em um número muitas vezes menor de percursos típicos (porque recorrentes), elas facultam identificar grupos de indivíduos cujas diferentes experiências de trânsito ocupacional podem vir a ser, em seguida, objeto de análise qualitativa, que focalizaria os significados construídos no curso dessas experiências.

⁴ Novamente, maiores detalhes se encontram em outros trabalhos anteriores, nos quais refleti sobre o tema como Castro, Cardoso e Caruso (1997), Cardoso, Comin e Guimarães (2001), Guimarães (2001, 2002-a e b).

Ao se tornar uma ferramenta de identificação de tipos de percursos de mobilidade, a análise permite, igualmente, identificar as características comuns a grupos de indivíduos que perfazem essas trajetórias-típicas ou, dito de outro modo, que experimentam diferentes tipos de mobilidade no mercado de trabalho. Assim sendo, a análise quantitativa nos permite apontar para conclusões – preliminares por certo, mas nem de longe irrelevantes – sobre as novas formas de desigualdade e de segregação na operação do mercado de trabalho (fundadas em quais diferenciais: sexo? idade? escolaridade?), bem assim sobre os capitais individuais de inclusão ou exclusão que operam em segmentos particulares do mercado de trabalho, em subespaços regionais circunscritos, ou em conjunturas específicas.

Nesse sentido, a análise quantitativa de trajetórias de mobilidade pode lançar luz sobre velhas e novas desigualdades sociais operantes no mercado de trabalho, em consonância com as estratégias gerenciais de recrutamento dos seus trabalhadores preferenciais ou de desligamento daqueles que se considera redundantes. Pode, por isso mesmo, acenar para modelos de determinação de chances de inclusão (ou exclusão) dos postos de qualidade em contextos de intensa reestruturação.

Mas, enquanto análises longitudinais, os estudos acerca das trajetórias de indivíduos no mercado de trabalho têm uma outra virtude, a saber, a de tornar o tempo uma variável endógena aos modelos de explicação. Nem de longe se pretende, com isto, reivindicar para essas análises o privilégio analítico da precedência no uso da dimensão temporal. O que se quer dizer apenas é que o tempo, nesse tipo de análise, está longe de ser um mero elemento de contextualização, tal como acontece nos desenhos de tipo transversal, nos quais uma dada configuração estrutural é flagrada e descrita (ao modo de uma fotografia, de maneira estática) num único marco temporal. O estudo de tipo longitudinal faz da variação no tempo, ela mesma, o elemento central da análise: o que interessa caracterizar (descritiva e analiticamente) é o percurso no mercado, ou seja, é a configuração de um movimento, são os trajetos entre os lugares ocupacionais, antes que a sua cristalização em formas transversalmente documentadas.

Essa abordagem, ademais, reconcilia a Sociologia do Trabalho com uma outra tradição densa, na qual as análises sobre a estrutura ocupacional eram centrais à formulação interpretativa. Refiro-me aos estudos sobre a mobilidade ocupacional, com os quais a Sociologia do Trabalho, no Brasil, havia deixado de dialogar desde há muito. Em que pese vários dos nossos primeiros grandes estudos sobre trabalho e desenvolvimento estivessem insertos em programas de pesquisa voltados para a análise dos padrões de mobilidade em contextos de transição para a modernidade (como os clássicos de Lopes, 1965 e 1967), a rigor, desde a primeira geração de estudiosos brasileiros do trabalho (nos 50-60), e particularmente desde que se consolidou o predomínio dos estudos do processo de trabalho (no final dos 70), perdeu-se o elo com as análises sobre mobilidade ocupacional.

De fato, na tradição da Sociologia, os estudos de mobilidade ocupacional tiveram o seu grande apelo, em meados do século passado, nos anos áureos das análises funcionalistas sobre a estratificação social. Uma das indagações fundadoras do interesse sociológico de então se remetia à descrição e análise das diferenças sociais entre os indivíduos, manifestas na desigual distribuição de prestígio e poder. Como expressar tais diferenças, e, naturalmente, como explicá-las, era algo que desafiava os intérpretes. Para fazê-lo, no jargão sociológico de então (Ossowski, 1965), tanto se poderia lançar mão de modelos discretos, descontínuos, de tipo antagônico (como o modelo da teoria de classes, em Marx), como se poderiam utilizar modelos contínuos, incrementais (como os modelos de estratificação, desenvolvidos no corpo teórico do funcionalismo).

Para estes, o status social (isto é, as diferenças de posição social relativa que distinguiriam os indivíduos ou grupos sociais) poderia se fundar em uma multiplicidade de determinantes. Dentre eles, a ocupação se constituía num indicador de valor estratégico. A situação ocupacional – com o prestígio social a ela associado – mostrava-se, então, uma das mais poderosas medidas de posição nas hierarquias de status social. Por isso mesmo, a mobilidade ocupacional interessava sobremaneira a esses teóricos, à medida que se configurava em um dos caminhos mais eficazes para a aquisição de status. Dito de outro modo, a mobilidade ocupacional importava por ser a avenida, por excelência, da mobilidade social (Bendix e Lipset, 1963; Lipset e Bendix, 1966; Blau e Duncan, 1967).

Este parece ter sido o registro principal sob o qual o interesse pelo tema chegou até nós⁵. As análises da mobilidade ocupacional foram, também aqui, um indicador poderoso nos estudos da mobilidade social. E, não por acaso, esse tema repercutia tanto entre nós. As hipóteses sobre a mobilidade social estiveram na raiz de algumas das mais importantes explicações para os processos de modernização, para usarmos o jargão acadêmico de então. Isso porque as análises sociológicas acerca dos processos de mudança estrutural deflagrados nos países do Terceiro Mundo tinham um dos seus focos principais nas transformações das hierarquias sociais, expressas em mudanças na estrutura ocupacional e conseqüente emergência de novos grupos sociais; ou, dito mais exata e diretamente, no aparecimento, nesses países então denominados “tradicionais”, dos grupos sociais que forjaram os arranjos societais típicos aos países ditos modernos, ou de desenvolvimento capitalista originário (Hagen, 1962; Eisenstadt, 1966; McClelland, 1971; Parsons, 1952; Germani, 1974).

As análises da mobilidade social, sustentadas nos estudos da mobilidade ocupacional, foram precursoras, na Sociologia brasileira, das indagações de tipo longitudinal. Assim, os estudos dos anos 50 e 60 foram insistentes em suas preocupações acerca dos caminhos da mobilidade intergeracional, tra-

⁵ Destacam-se, dentre os clássicos dos anos 60, os estudos de Hutchinson *et al* (1960) e Hutchinson (1962), Moreira Jr. (1960), Kahl (1962) e Gouveia (1965).

tados, via de regra, à luz dos percursos ocupacionais e escolares de pais e filhos; através deles, buscava-se antever, nos percursos ascendentes, a permeabilidade da estrutura social à mudança, pela via da mobilidade no seu sistema de estratificação (Hutchinson et al, 1960; Hutchinson, 1962; Gouveia, 1965).

O mercado de trabalho estava longe de ser um território de interesse analítico que lhes importasse em si mesmo. Ele provia, antes, os indicadores empíricos para um fenômeno de outra natureza – o da estratificação (aí contidas as indagações sobre mobilidade social) – este, sim, central às teorias sociológicas do desenvolvimento. Não sem razão, aqueles que hoje consideramos como os pais fundadores da moderna Sociologia do Trabalho no Brasil circunscreviam os seus próprios escritos e avanços analíticos ao campo de estudos do desenvolvimento e da modernização, antes que ao campo de uma Sociologia do Trabalho.

Curiosamente, os estudos sociológicos do mercado de trabalho, ao se consolidarem, relegaram o foco longitudinal que tanto atraía as teorias da estratificação (e da mobilidade). Centraram-se na análise da estrutura do emprego e nas comparações entre diferentes descrições de tipo *cross-section*, como forma de bem refletir sobre as mudanças no mercado de trabalho correlatas à urbanização e industrialização crescentes (Bazzanella, 1956 e 1960; Costa Pinto e Bazzanella, 1969; Lopes, 1968; Madeira e Singer, 1975; Faria, 1976).

As análises, de inspiração marxista⁶, sobre a assim chamada “marginalidade social” talvez tenham sido o grande divisor de águas nesse momento. Para elas, o desafio empírico situava-se no bem retratar a inserção ocupacional dos indivíduos, de modo a mostrar que a internacionalização das economias, para usarmos o jargão atual, consolidava um circuito de reprodução capitalista hegemônico pelo capital monopólico (intensivo em capital e poupador de trabalho), que cindia o mercado de trabalho em dois segmentos – um competitivo e outro oligopolizado – nos quais prevaleceriam distintas regras de recrutamento, padrões de qualificação e perfis de trabalhadores.

É curioso observar que o enfoque das teorias da marginalidade trouxe consigo, de precursor, a idéia da “redundância”⁷, que reapareceria posteriormente, com vigor, em certas tendências de interpretação do emprego em contextos de intensa reestruturação em países capitalistas centrais (DiPrete e Nonnemaker, 1996; Elias, 1990, 1994, 1997^a e b).

Mas o suposto da redundância, que já se continha nas idéias de “massa marginal” de Nun (1969), ou de “marginalidade” de Quijano (1970), estava aprisionado a uma lógica dualista. Por tal razão, a construção da prova empírica, longe de privilegiar evidências de tipo longitudinal, sustentava-se

⁶ Ou “histórico-estruturais”, como por vezes elas se denominavam.

⁷ Numa re-leitura da noção marxiana de super-população relativa (vide Nun, 1969).

no contraste dos dois setores (ou segmentos, circuitos, como quer que se lhes chame), num mesmo momento de tempo, de modo a melhor evidenciar a descontinuidade entre os seus *modus operandi*.

A crítica à razão dualista se nutriu (ainda permanecendo no âmbito da construção da prova) do esforço por evidenciar como a reprodução das formas não-capitalistas era parte constitutiva das necessidades do desenvolvimento do capital, para usarmos o linguajar do momento; ou, como a produção não-capitalista era funcional (para usarmos um outro jargão e evidenciar-mos a lógica de argumentação) à reprodução do capital. Ora, tal argumento também prescindia de percursos; ele requeria documentar, em cortes privilegiados de tempo – e, neles, buscando recuperar totalidades –, os nexos específicos entre as partes e a reprodução do conjunto para, assim, rejeitar o dualismo que se continha nas teorias da marginalidade (Kowarick, 1975; Berlinck, 1975; Fausto Neto, 1982; Bilac, 1978).

Curiosamente, esses estudos foram os que mais fartamente documentaram a instabilidade da inserção ocupacional dos indivíduos, sem contudo fazer desse achado a alavanca para análises longitudinais do mercado de trabalho. Arriscaria a hipótese de que a substância do argumento de corte marxista, uma vez vestida por uma lógica de tipo funcional (com a qual se pretendia reagir ao dualismo das teorias da marginalidade) levava a que se valorizassem os achados capazes de documentar a funcionalidade (ou o papel) das formas não-capitalistas no desenvolvimento do capitalismo periférico: era o predomínio do elo parte-todo, típico das teorizações holistas e estruturais. O argumento se ancorava em hipóteses de tipo funcional, mesmo quando recusava as teorias funcionalistas de explicação das nossas sociedades, voltando os olhos para o marxismo⁸.

O estudo das trajetórias de mobilidade dos trabalhadores viria a ressurgir como uma necessidade das análises qualitativas, especialmente aquelas encetadas pela Antropologia Urbana e do Trabalho, nas quais o elo conceitual entre percursos ocupacionais e mobilidade social tem uma embocadura teórica, o estudo das identidades e da subjetividade no trabalho. Para chegar a ela, uma ferramenta metodológica se destacou pelo seu uso insistente, o recurso à análise de histórias de vida (Leite Lopes, 1988; Agier e Guimarães, 1990; Lobo, 1991; Agier, 1995; Agier e Castro, 1995; Guimarães, 1998; Cabanes, 2002; Lima e Ferreira, 1996).

Mas um estudo precursor surgiu na literatura brasileira; ele se voltara para entender o impacto diferenciado da crise dos 80 sobre as desigualdades de gênero, destacando os diferentes padrões de sobrevivência no mercado formal expressos por homens e mulheres.⁹ Ao fazê-lo, aprofundou o debate, no

⁸ Nunca é demais lembrar que a crítica às teorias funcionalistas da modernização e do desenvolvimento foi um dos principais passaportes de acesso a legitimar o ingresso (de resto, pujante) do marxismo na academia latino-americana.

⁹ A crise do início dos 80 já servira de referente empírico para que, num estudo bastante inovador, Spindel (1987) mostrasse que, naquele momento, eram os homens os primeiros a serem descartados nos postos de trabalho, e não as mulheres, como a teorização em voga esperaria.

campo do feminismo, tanto sobre as hipóteses marxistas relativas ao lugar econômico da mulher (tida como candidata privilegiada a encarnar a condição de exército de reserva), como sobre a complexidade dos destinos de gênero em contextos de crise de oferta do emprego. Hirata e Humphrey (1989) foram os autores desse estudo pioneiro acerca das trajetórias, no mercado paulista, de homens e mulheres demitidos na crise dos 80. Com esse trabalho, relançavam-se as sementes para futuras análises sociológicas no tema.

A outra raiz se encontra nos estudos dos economistas do trabalho, já nos anos 90. Eles documentaram, de modo desafiador, alguns importantes correlatos, no mercado de trabalho, do movimento de reestruturação das empresas: aumento do tempo médio de procura do trabalho, trânsito formal-informal, enxugamento sistemático de postos no mercado industrial de trabalho, movimento de re-localização setorial da força de trabalho em direção ao comércio e serviços (Montagner e Brandão, 1966; Dedecca, 1999; Pochmann, 1999; Amadeo *et al*, 1993). Estes dados apontavam a urgência dos estudos sobre mobilidade ocupacional e re-inserção de trabalhadores no contexto de ajuste macro-econômico e reestruturação micro-organizacional.

A disponibilidade dos dados originários dos registros administrativos do Ministério do Trabalho, formadores do sistema de informações Rais-Caged (Relação Anual de Informações Sociais e Cadastro Geral de Admitidos e Demitidos) permitiu que as análises sobre o emprego formalmente registrado ganhassem em precisão e atualidade. Ao lado delas, os inquéritos amostrais domiciliares mensais do emprego (notadamente, a Pesquisa Mensal de Emprego-PME e a Pesquisa de Emprego e Desemprego-PED), independentemente das suas diferenças de metodologia, abriram de tal maneira o horizonte para análises de tipo *repeated cross-section* que o salto ao tratamento longitudinal de trajetórias tornava-se cada vez mais instigante.

Desafiados pela necessidade de entender os efeitos daquela intensa contração no emprego industrial, documentada nas análises de séries temporais de tipo transversal, e pretendendo verificar a validade das hipóteses sobre o pretenso papel “mata-borrão” dos serviços, estudos pioneiros se dedicaram a investigar o processo de migração entre setores de atividade no mercado de trabalho, não apenas inferindo-o a partir da análise transversal das mudanças na estrutura do emprego, mas pela observação direta dos processos de mobilidade manifestos na análise longitudinal de trajetórias de trabalhadores individuais demitidos¹⁰. Enfim, o tempo passava a ser um elemento constitutivo da construção empírica da prova, um elemento endógeno ao desenho de pesquisa (Caruso e Pero, 1996 e 1997).

Qual o grande passo logrado por esses primeiros estudos? O de haver restabelecido a importância de um enfoque de análise, o do estudo das trajetórias ocupacionais dos indivíduos enquanto uma ferramenta de alto valor heurístico para o entendimento das transformações no mercado de trabalho.

¹⁰ A iniciativa veio, mais uma vez, do campo da economia do trabalho.

Primeiras evidências nesse sentido foram coligidas por Caruso (1996). Seus resultados mostraram que trajetórias pregressas determinavam fortemente trajetórias futuras, donde se podia inferir que políticas voltadas à formação profissional e à empregabilidade (focos centrais no debate dos anos 90) supunham o conhecimento dos processos sociais de construção e reprodução de trajetórias ocupacionais no mercado de trabalho. A continuidade das pesquisas, nessa linha pioneira de estudos, foi consolidando os achados (Caruso e Pero, 1996; Caruso, Pero e Lima, 1997; Pero, 1997; Lima, 1997).

Mas, se os economistas do trabalho restabeleceram a atualidade de um desenho operacional de pesquisa, a sua forma de indagar – concentrando o interesse nos elos entre trajetórias ocupacionais e chances e condições de reinserção (chances e condições de empregabilidade) – provia apenas o ponto de partida para a reflexão sociológica sobre o mercado de trabalho. Cabia, então, aos sociólogos do trabalho tirar, desse desenho, maiores consequências com respeito às suas próprias hipóteses e ao tipo de teorização que distinga a sua abordagem disciplinar (Castro, Cardoso, Caruso, 1997; Cardoso, 1998; Castro, 1998; Cardoso, 2000; Cardoso, Comin e Guimarães, 2000).

Seus achados levaram a refletir sobre alguns campos de interesse centrais à Sociologia do Trabalho. Assim, que dizer, por exemplo, da construção da própria experiência do trabalho, quando tecida num trânsito tão intenso e socialmente generalizado entre ocupação e desocupação e, mais ainda, quando marcada pela percepção subjetiva da experiência da redundância? Sabemos, hoje, através dos dados relativos a trajetórias de demitidos, que não apenas é significativo o encolhimento de postos, mas que este se faz com um resultado predatório em termos de preservação do capital de qualificação acumulado pelos trabalhadores na experiência prévia no processo de trabalho. A saída do emprego, sem o restabelecimento de um outro vínculo de trabalho protegido e formalmente registrado, parece pôr em risco, para uma ampla gama de indivíduos, identidades sociais e formas de sociabilidade construídas em experiências pregressas de trabalho e que estiveram na raiz das ações coletivas tal como até aqui manifestas e analisadas. Como repensar a natureza da reestruturação industrial e suas consequências, tendo em conta esse tipo de efeitos sobre grupos sociais que foram significativos na trajetória recente das relações de trabalho no Brasil?

A lição deixada pelos recentes estudos sobre trajetórias ocupacionais chama a atenção para que a descrição do estado de diferentes estoques de trabalhadores, em momentos também diferentes do tempo, ganhava em profundidade quando complementada com a análise de painéis longitudinais que acompanhassem um mesmo estoque de indivíduos, verificando como o passar do tempo se mostrava um elemento constitutivo da sua forma de inserção no mercado de trabalho industrial.

Ou seja, um novo tipo de desenho metodológico se mostrava oportuno: a análise longitudinal prospectiva, ou seja, aquela que dá ao pesquisador a possibilidade de acompanhar, com as mesmas variáveis de descrição, um mesmo conjunto de unidades, num dado lapso de tempo. No caso brasilei-

ro, recentemente passou-se a ter a oportunidade de fazê-lo, através do painel denominado Rais-Migra, porque voltado a acompanhar eventos de migração ocupacional no mercado brasileiro de trabalho.

A BASE DE DADOS: OS PAINÉIS LONGITUDINAIS RAIS-MIGRA

A Rais-Migra foi originalmente constituída a partir de duas outras bases, colhidas (ambas) na forma de registros administrativos junto às empresas; trata-se dos cadastros anuais da Rais¹¹ e dos levantamentos mensais da Lei 4923/65¹², do Ministério do Trabalho e Emprego¹³. Combinadas, através de tabulações especiais, elas permitiram a construção de painéis longitudinais sobre o comportamento das empresas e dos seus empregados. E como? É certo que cada uma das bases, Rais e Caged, se tomada isoladamente, não seria mais que uma construção transversal (ou, como também chamadas, de tipo *cross-section*). Mesmo quando tratadas de maneira contígua elas não facultariam, com seus sucessivos estoques transversais, mais que uma análise de tipo *repeated cross-section*. Entretanto, se intercomunicadas – e isto é possível dado que se dispõe de uma variável de interface, o número de inscrição do trabalhador no sistema de seguridade social, o seu número do PIS – essas bases transversais se tornam verdadeiros painéis, podendo ser transformadas numa potente base longitudinal que atende aos requisitos de desenhos de tipo prospectivo¹⁴. Isso porque, pode-se passar a acompanhar, com

¹¹ A Rais (Relação Anual de Informações Sociais) é um registro administrativo, instituído pelo Decreto 76.900/75, o qual determina que todas as empresas formalmente registradas devem declarar ao Ministério do Trabalho e Emprego as relações contratuais de emprego que estabeleceram durante o ano. Essa declaração deve ser feita uma vez por ano, entre janeiro e abril, e contém informações relativas às relações de emprego formalizadas em qualquer período ao longo do ano anterior. Dessa forma, a Rais busca ser um censo anual do emprego formal. São disponibilizados dois tipos de informações, que constituem os dois módulos em que se estrutura o instrumento de coleta da Rais. Um referente ao estabelecimento (código identificador, razão social, localidade, atividade econômica, natureza jurídica e número de empregados em 31/12 do ano base e agência de depósito do FGTS); outro referente ao empregado (e que reúne características de perfil do trabalhador, tais como escolaridade, idade, sexo; ao lado de características do vínculo ocupacional, tais como natureza do vínculo, tempo no emprego, ocupação, salário, desligamento, causa de rescisão, entre outras).

¹² O Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), é um outro registro administrativo, instituído pela Lei n. 4923/65, que obriga as empresas a declarar, junto às Delegacias Regionais do Ministério do Trabalho e Emprego, os movimentos de admissão e demissão de trabalhadores que tenham efetuado. Além de registrar os montantes de trabalhadores admitidos e/ou desligados, o Caged, do mesmo modo que a Rais, permite estabelecer um perfil da empresa e do trabalhador referidos.

¹³ Sendo registros administrativos, têm a vantagem da cobertura que resulta da compulsoriedade, mas o limite de que não podem estar sujeitos a critérios científicos de coleta. Esse limite, conquanto não possa ser sanado no âmbito de um projeto acadêmico, certamente necessita ser tomado em conta na análise dos dados para que se exerça, sobre este aspecto, a necessária vigilância metodológica, expressa na crítica de qualidade e arguição sobre os limites dos dados em uso.

¹⁴ A arquitetura desta nova base Rais-Migra foi concebida graças ao apoio da FINEP ao projeto originalmente desenvolvido, em 1994-5, no CIET/SENAI sob a coordenação de Luis Caruso denominado “Trajetórias inter-setoriais ocupacionais dos trabalhadores desligados da indústria” (ver Pero, 1997). Uma tentativa de experimentação para uso desta base, visando analisar seletividade no mercado de trabalho e tentando superar os seus limites, foi efetuada no quadro do projeto “Trajetórias ocupacionais e empregabilidade da força-de-trabalho: por uma metodologia para acompanhamento de trajetórias de trabalhadores industriais na nova ordem produtiva”, apoiado pela Ford/ANPOCS, que coordenei, tendo sido executado conjuntamente com Adalberto Cardoso e Luis Caruso. Posteriormente, o Ministério do Trabalho e Emprego e a Datamec encarregaram-se de ampliar a produção e o uso desses painéis longitudinais, recobrindo a mobilidade pela descrição de todos os vínculos assumidos por todos os trabalhadores formalmente registrados, estivessem eles na indústria ou fora dela.

as mesmas variáveis de descrição, um mesmo conjunto de unidades (indivíduos ou firmas, conforme se deseje), num dado lapso de tempo¹⁵.

No caso dos painéis que analisarei neste estudo, selecionei os indivíduos que estavam empregados na Região Metropolitana de Salvador (RMS) em 1989. Eles eram 631.807 casos. Cada um deles foi acompanhado em seus eventos no mercado formal de trabalho por um período de 132 meses, isto é, até o ano de 1999. De modo a acompanhar pessoas com trajetórias integrais no período, e cujos movimentos de entrada e saída do sistema de informações Rais fossem movimentos relativos a transições no mercado de trabalho, excluí do total de casos analisados aquelas pessoas que se retiraram do cadastro, seja por morte, seja por aposentadoria (o que equivale a cerca de 9% do total de casos inicialmente disponível). Nesse caso, a base de dados acompanha os eventos ocupacionais, no mercado dos empregos formalmente registrados da RMS, de todos aqueles trabalhadores que, estando nesse segmento do mercado em 1989, mantiveram-se na disputa por ocupação até 1999. Eles foram sucessivamente buscados por dez anos, entre 1989 e 1999, de modo a verificar-se os seus eventos de re-inserção no mundo dos empregos registrados.

Primeira novidade, como assinalai anteriormente, é que os indivíduos selecionados formam um painel e podem ser seguidos ano a ano, constituindo uma base de informações longitudinalizadas. Assim, em vez de, a cada ano, simplesmente estimar o estoque de todos os que estiveram ocupados na indústria, pode-se verificar o que se passa, em cada um dos anos subsequentes, com a mesma coorte de trabalhadores: aqueles que tiveram em comum a experiência de haverem estado ocupados no ano de 1989, na RMS.

E por que selecionei o ano de 1989? Por ser o ano que antecede a confluência de mudanças (macro-econômicas e micro-organizacionais) que formaram o contexto de crise, ajuste e reestruturação produtiva vividos seja pela economia brasileira como um conjunto, seja especificamente pela economia metropolitana de Salvador. Sobreviver no mercado dos empregos registrados e protegidos tornar-se-ia, a partir de então, muito mais difícil que antes. O risco da demissão passou a se mostrar muito mais elevado, e a perda do emprego a estar associada à elevada probabilidade de expulsão definitiva do mercado dos empregos formalmente registrados (Cardoso, 2000; Car-

¹⁵ A base de dados Rais-Migra se compõe por um único arquivo físico, em que cada registro representa um trabalhador no ano base, com informações sobre sua situação geográfica, setorial e ocupacional no ano-base e ao final de cada ano de sua trajetória. Assim, a base se constitui de fotografias tiradas em 31 de dezembro de cada ano, de forma que se tornou possível fazer comparações entre movimentos distintos da trajetória entre o ano base e dezembro do último ano para o qual se dispunha de informações processadas. Caso o trabalhador não estivesse empregado em 31 de dezembro, seriam aproveitadas as informações do último vínculo no ano. A técnica para a identificação das trajetórias foi a de definição de um painel composto por trabalhadores que foram acompanhados ano a ano, configurando assim uma trajetória. Inicialmente, em suas primeiras construções experimentais, a base Rais-Migra acompanhou trajetórias de re-inserção de demitidos. Posteriormente, a base longitudinal foi expandida de modo a contemplar os eventos referentes a todos os trabalhadores registrados, e não apenas os demitidos. É deste tipo de versão que nos aproveitamos para o presente trabalho.

doso, Comin e Guimarães, 2001; Guimarães 2002-a e 2002-b). Ademais, como a base Rais-Migra aqui utilizada permitia gerar informações prospectivas até o ano de 1999, poder-se-ia dispor de um lapso de tempo que perpassava toda a última década, crítica pelos seus efeitos de reestruturação das firmas e das tendências no mercado de trabalho. Assim, acompanhando esses eventos de emprego registrado, podemos verificar o que acontece com o grupo formado por cerca de 630 mil trabalhadores durante dez anos de tentativas de sobreviver no mercado formal de trabalho; isto é, sem dúvidas, um longo e rico período para se observar a intensidade das transições ocupacionais no trabalho registrado na RMS. Na parte subsequente, apresento os primeiros resultados de análise dessa base.

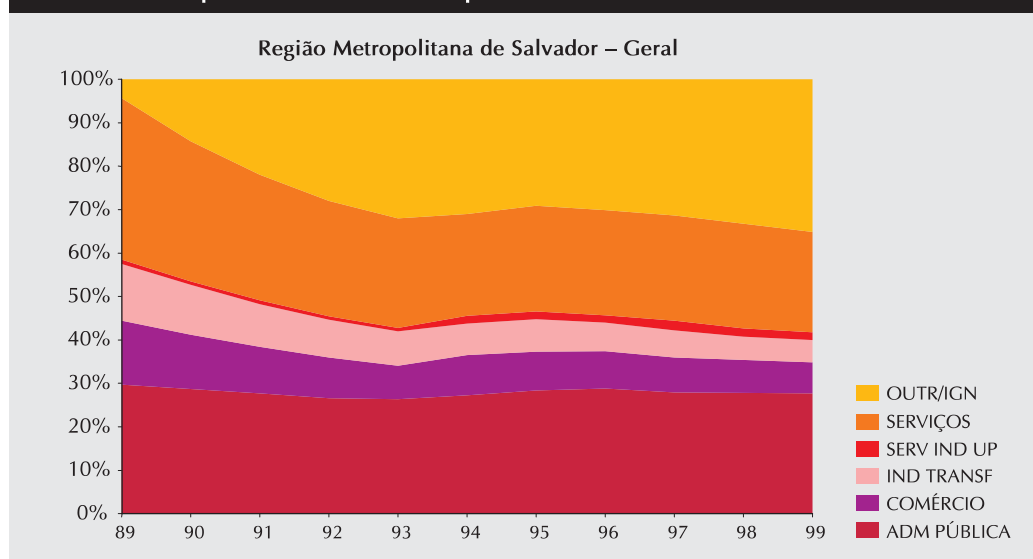
TRAJETÓRIAS AGREGADAS E PADRÕES DE (I)MOBILIDADE

Um primeiro aproveitamento longitudinal permitiria acompanhar, ano a ano, onde estavam esses 630 mil trabalhadores, verificando quais os grandes setores que absorvem no trabalho. Isso é o que se expressa no Gráfico 1 e na Tabela 1.

Da forma como são apresentados os dados, eles ainda são meras repetições de cortes transversais: cada ano apresenta as situações de todos os indivíduos que compõem o estoque acompanhado pelo painel. Assim fazendo, já é possível observar que a grande maioria dos casos se distribui em 3 situações principais: os que se encontram na administração pública (e que são pouco mais que deles); os que se encontram nos serviços (pouco menos que) e os que se encontravam fora do sistema RAIS, ou seja, sem emprego registrado (sendo esta a parcela que tende a se expandir, ano a ano, até alcançar mais que 1/3 do estoque, em 1999).

Gráfico 1

Indivíduos ocupados em 1989 acompanhados anualmente até 1999 (N = 631.807)



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Painel Longitudinal Rais-Migra para a Região Metropolitana de Salvador (1989-1999). Processamentos próprios.

Tabela 1

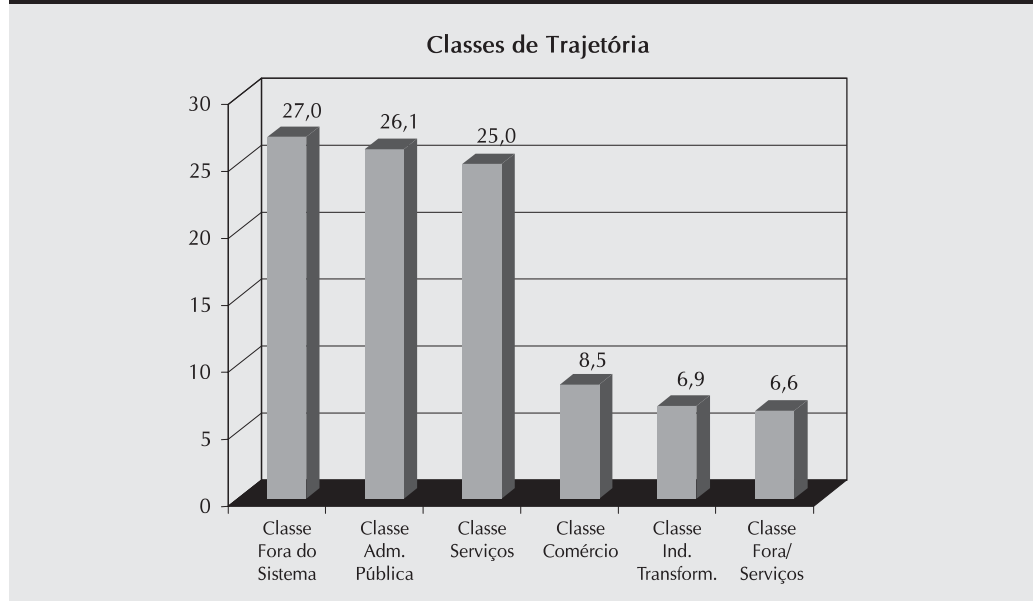
Indivíduos ocupados em 1989 acompanhados anualmente até 1999											(Em %)
	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99
ADM PÚBLICA	29,74	28,65	27,72	26,54	26,39	27,25	28,42	28,73	27,87	27,76	27,73
COMÉRCIO	14,64	12,51	10,68	9,44	7,67	9,21	8,87	8,63	8,09	7,58	7,12
IND TRANSF	13,14	11,47	9,83	8,69	7,91	7,28	7,52	6,63	6,16	5,44	5,09
SERV IND	0,98	0,86	0,84	0,79	0,77	1,77	1,71	1,66	2,24	1,91	1,81
SERVIÇOS	37,17	32,26	28,98	26,59	25,24	23,52	24,40	24,27	24,28	24,10	23,10
OUTR/IGN	4,33	14,24	21,94	27,96	32,03	30,97	29,08	30,08	31,36	33,22	35,15

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Painei Longitudinal Rais-Migra para a Região Metropolitana de Salvador (1989-1999). Processamentos próprios.

Mas um outro tipo de aproveitamento desses dados é também possível e pode nos fazer avançar na qualidade da análise, num partido metodológico verdadeiramente longitudinal. Em vez de repetidas observações transversais sobre os indivíduos, podemos, usando procedimentos estatísticos mais avançados, identificar padrões de mobilidade intersetorial que sejam recorrentes e partilhados por grupos de trabalhadores. É isso que se indica no Gráfico 2, no qual os percursos de mobilidade inter-setorial são apresentados. Eles apontam para a existência de seis classes de trajetórias típicas, que se revelam quando aplicamos o método de análise fatorial para identificar padrões de mobilidade.

Gráfico 2

Trajetórias agregadas dos ocupados em 1989, no período 1989-1999
Região Metropolitana de Salvador (N = 631.807)



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Painei Longitudinal Rais-Migra para a Região Metropolitana de Salvador (1989-1999). Processamentos próprios.

Um quadro distinto daquele pintado anteriormente agora se revela.

Algumas continuidades ficam evidentes. Primeira delas: umas poucas situações retêm uma quantidade muito grande de casos. Assim, nada menos que 2/3 dos trabalhadores (cerca de 78%) se distribuem em três classes de trajetórias. Metade dos ocupados em 1989, quando acompanhados até 1999, tendem a ter uma de duas localizações no mercado da RMS: ou estão na administração pública (26%) ou nos serviços (25%). Esses são os destinos ocupacionais dominantes entre os que sobrevivem no mercado dos empre-

gos formalmente registrados. Mas uma segunda continuidade que impressiona é a quantidade daqueles que, nesses dez anos de observação, passam a estar definitivamente expulsos do segmento mais protegido do mercado de trabalho, no qual direitos estão formalmente estabelecidos e podem ser coletivamente representados pela via de sindicatos.

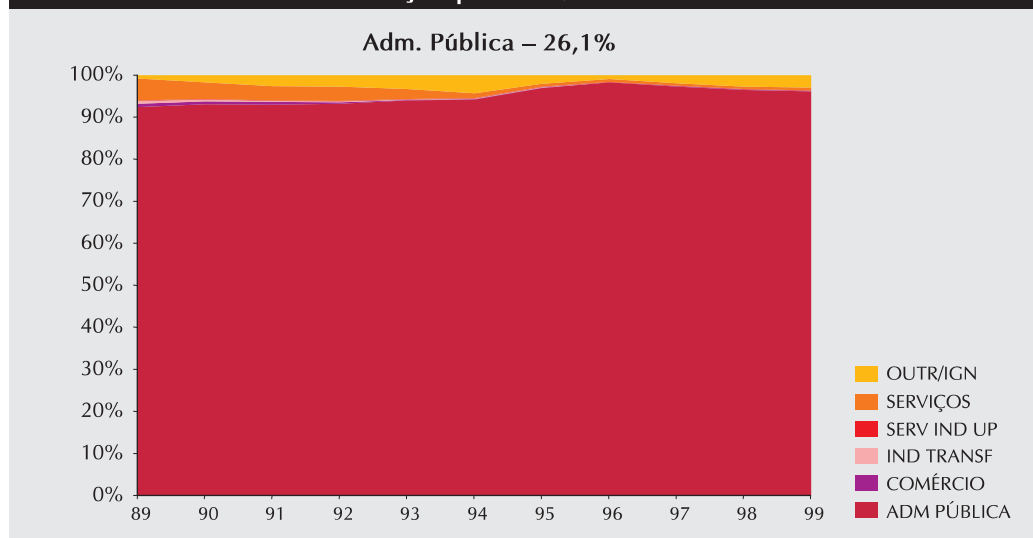
Observe-se que, em se tratando de trajetórias ocupacionais agregadas, elas retratam não uma sucessão de fotografias estáticas, mas a linha de trajeto dominante no tempo para um mesmo subgrupo de indivíduos. Os gráficos 3, 4 e 5 subsequentes permitem verificar como efetivamente esses são os destinos largamente prevalentes entre aqueles que os perfazem.

Chama a atenção, entretanto, a tendência a sobreviver no setor, que caracteriza os trabalhadores da administração pública e os dos serviços (Gráficos 3 e 4) – mais os primeiros que os segundos –, contra o progressivo engrossar de fileiras que se expressa entre os redundantes (Gráfico 5).

No caso destes últimos, o Gráfico parece sugerir que, uma vez vivenciada uma primeira experiência de desemprego, a tendência a uma nova ruptura de vínculo parece bastante provável. Isso produz o aumento exponencial, em curto prazo, do grupo dos redundantes, o qual já se encontra numericamente consolidado no quarto ano do período que acompanho. Entre 1990 e 1994, sucessivos retornos (notadamente aos serviços e ao comércio) são acompanhados por novos desligamentos, de modo que a expulsão da imensa maioria desses trabalhadores (tornados) redundantes já consolida, em 1994, o padrão que se manterá até 1999. No que diz respeito a esses trabalhadores, o mercado de trabalho opera de modo extremamente predatório, levando muito provavelmente à perda do capital de qualificação que acumularam anteriormente.

Gráfico 3

**Trajetórias de estabilidade máxima:
os trabalhadores da administração pública (N= 164.701)**

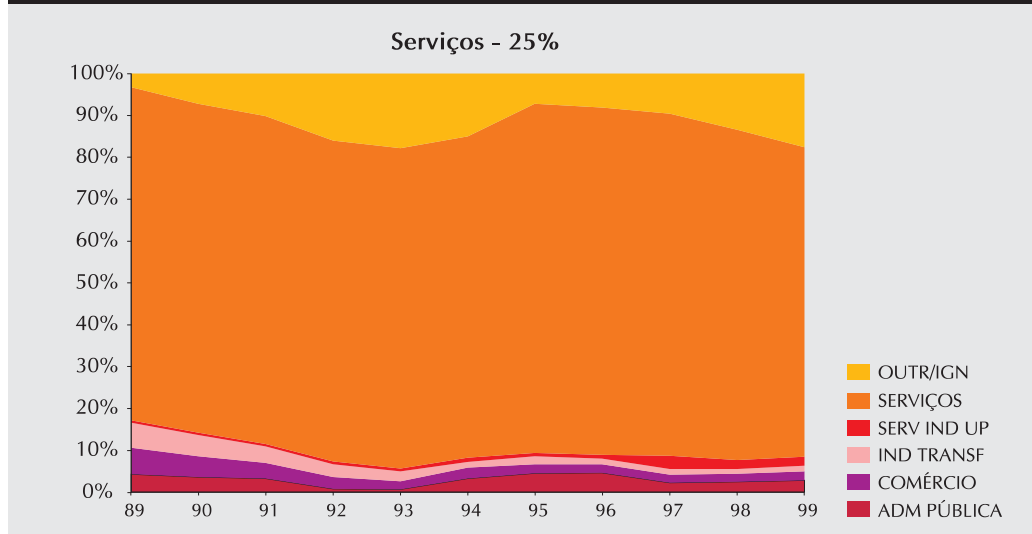


Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Painel Longitudinal Rais-Migra para a Região Metropolitana de Salvador (1989-1999). Processamentos próprios.

Os trabalhadores da administração pública representam, na Salvador dos anos 1990, o extremo de sobrevivência com o máximo de estabilidade e o mínimo de migração intersetorial ao longo da década. São, sem dúvida, destacáveis, seja por seu enorme peso no conjunto dos empregos registrados (e formalmente mais protegidos), seja por sua notável permanência em termos de estatuto no mercado de trabalho; em média, nada menos que 90% dos quase 165 mil trabalhadores nesse grupo permanece, seja com emprego registrado, seja sem alterar sua inserção setorial.

Gráfico 4

Trajetórias de permanência: os trabalhadores dos serviços (N = 157.718)



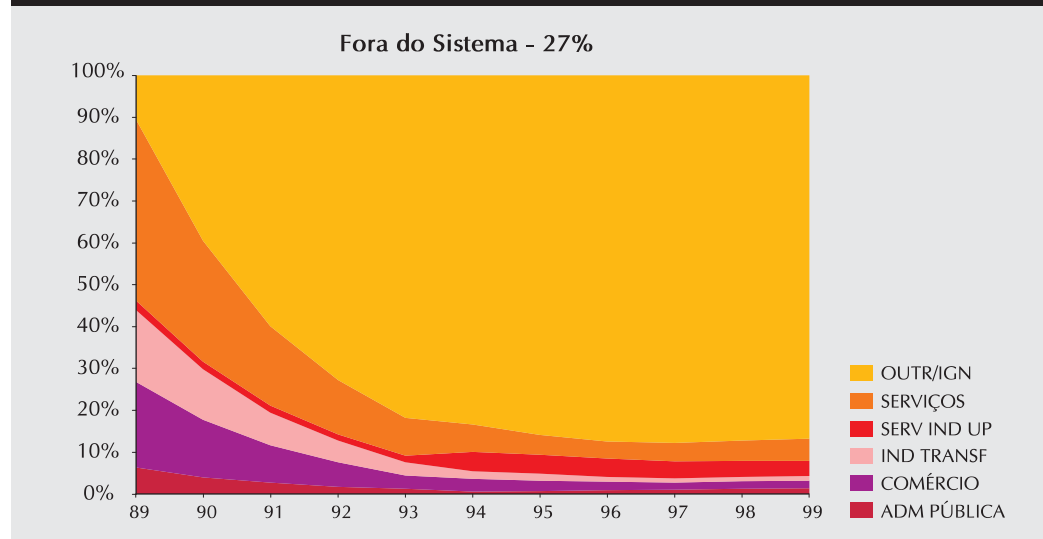
Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Painel Longitudinal Rais-Migra para a Região Metropolitana de Salvador (1989-1999). Processamentos próprios.

No caso dos trabalhadores dos serviços, é também reduzida a migração intersetorial que os atinge, muito embora seja ela muito mais nítida que entre os empregados públicos. O risco da expulsão do mercado dos empregos formalmente registrados não é desprezível (conquanto secundário), tanto quanto o da mobilidade em direção a outros setores, provavelmente expondo-os também à perda do seu capital de qualificação. Seus percalços parecem refletir as conjunturas: estão mais arriscados à migração (mesmo para fora do mercado formal) nos momentos de maior contração da atividade econômica; na década, os anos de 95 a 97 foram os de maior permanência no setor.

Os trabalhadores redundantes chamam a atenção pelo seu peso quantitativo; eles são o trajeto numericamente mais significativo e envolvem, sozinhos, mais que 170 mil trabalhadores, cerca de 27% dos ocupados em 1989. Chama a atenção a curva exponencialmente decrescente de suas chances de sobrevivência no mercado dos empregos registrados; a imensa maioria deles, já a partir de 1992, está definitivamente expulsa desse segmento do mercado.

Gráfico 5

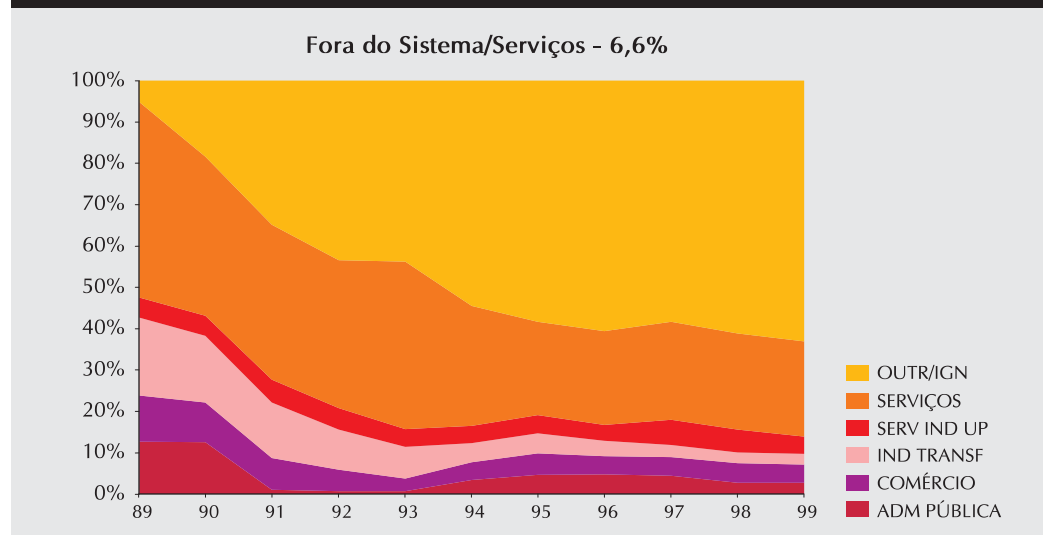
Trajetórias de expulsão: os trabalhadores redundantes (N = 170.405)



Entretanto, esse não é o único destino predatório. O contingente dos redundantes é engrossado por um outro, cujo percurso no mercado afigura-se tão dramático quanto o dos primeiros. Eles estão representados no Gráfico 6 seguinte.

Gráfico 6

Trajetórias predatórias de intensa rotação (N = 41.472)

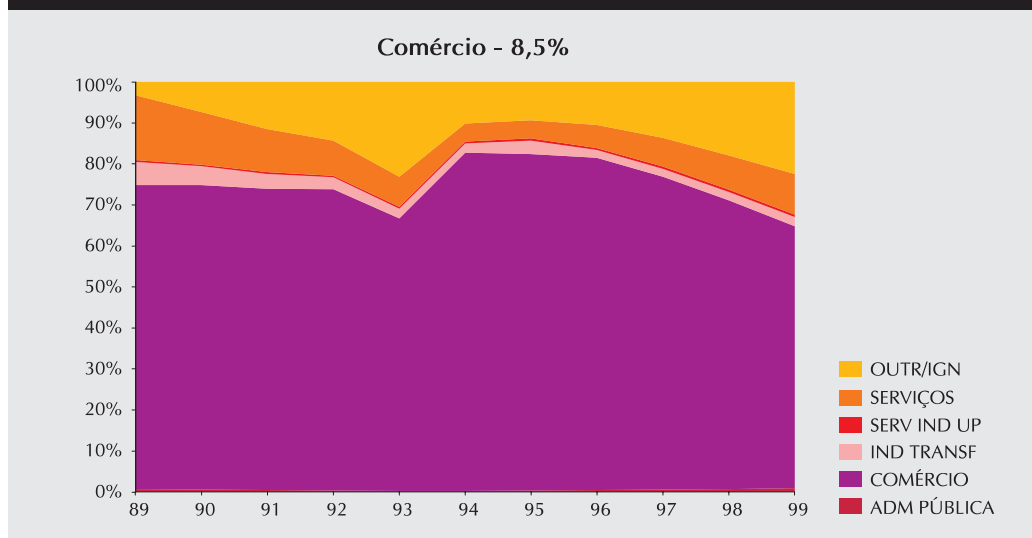


Um grupo não desprezível de pouco mais que 40 mil trabalhadores (quase 7% dos ocupados em 1989) faz, ao longo da década, um trajeto de intensa rotação, que os deixa a um passo da expulsão do mercado dos empregos formalmente registrados. De fato, a maioria deles, já em 1994, está formada por trabalhadores que perderam a chance de retorno; os que logram voltar, estabelecem-se, de início, sobretudo nos serviços. Eles engrossam a fileira dos que têm os piores destinos (e disso tratarei com mais detalhe em segui-

da) no mercado de trabalho de Salvador. Se juntarmos esta e a classe anteriormente referida, nada menos que 1/3 dos trabalhadores naquele segmento supostamente mais protegido do mercado de trabalho sujeitam-se a destinos ocupacionais de precarização.

Gráfico 7

Trajetórias de permanência: os trabalhadores do comércio (N = 53.754)

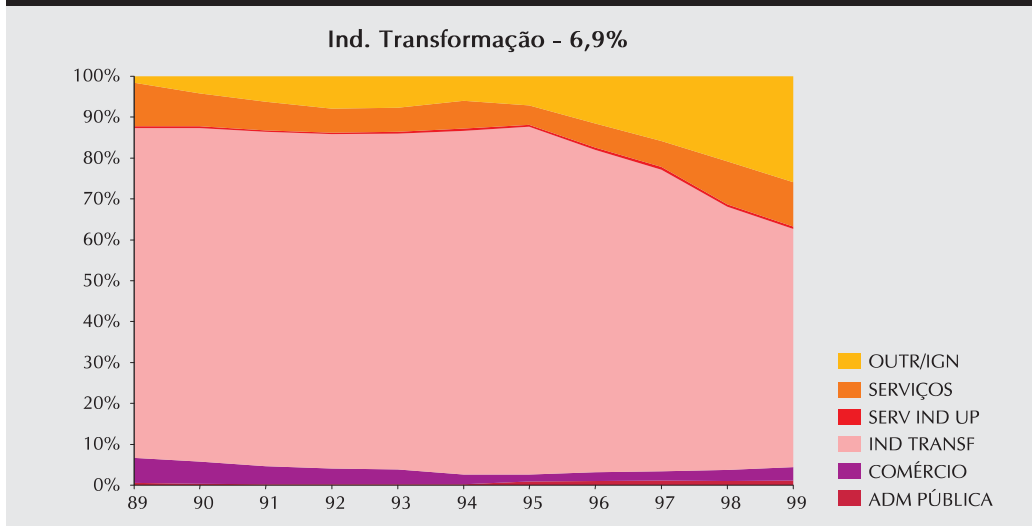


Dois últimos grupos representam trajetórias agregadas de inclusão com relativa persistência, seja no comércio (Gráfico 7), seja na indústria de transformação (Gráfico 8). Relativamente estáveis, embora nitidamente minoritários.

Um traço comum aparece quando observamos todas as trajetórias de permanência, sejam elas nos serviços (Gráfico 5), no comércio (Gráfico 7) ou na indústria (Gráfico 8): há uma tendência à maior instabilização do vínculo

Gráfico 8

Trajetórias de permanência: os trabalhadores da indústria de transformação (N = 43.757)



setorial à medida que se aproxima o final da década. Avanço a hipótese de que tal tendência deve estar refletindo o movimento de envelhecimento desse grupo; por certo, um envelhecimento que é relativo, face a um mercado de trabalho “exigente” em sua depredação de força de trabalho, que leva a um descarte muito precoce, que já se afigura aos 35-40 anos, o que diminui enormemente as chances de re-inserção nessa idade.

Mas vou um pouco mais adiante. Podemos, com os dados da Rais-Migra, caracterizar mais detidamente as transições que têm lugar nesses diferentes tipos de trajetória. Ao fazê-lo, aproximamo-nos mais precisamente dos padrões de insegurança que as diferenciariam. A isso dedico as Tabelas 2 e 3 seguintes. Nelas, reforçam-se algumas observações anteriores, como aquelas relativas à elevada precariedade a que se sujeitam os que fazem as trajetórias de expulsão ou de rotação. Entretanto, ficam mais claros os padrões que diferenciam os que sobrevivem em trajetórias de preservação. Se todos têm um alto tempo de permanência nos empregos, todos mudam bastante de ocupação – em média 3 vezes na década, mesmo no que concerne aos trabalhadores da administração pública. Isso chama a atenção para a importância das transições ocupacionais em mercados como os nossos, mesmo nos seus segmentos mais estáveis e protegidos.

Tabela 2

Padrões de instabilidade nas trajetórias: os vínculos
(N = 631.807)

	Admissões	Desligamentos	Desemprego	Emprego
Admin. Pública	0,26	0,82	1,68	130,32
Serviços	1,96	2,00	11,07	120,93
Comércio	2,19	2,28	14,90	117,10
Indústria	1,74	2,09	14,71	117,29
Fora do sistema	1,31	1,87	88,53	43,47
Fora/serviços	4,36	4,42	20,86	111,14

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Painel Longitudinal Rais-Migra para a Região Metropolitana de Salvador (1989-1999). Processamentos próprios.

Obs.: Admissões e desligamentos: quantidades ao longo da trajetória (1989-99).

Desemprego e Emprego: em meses ao longo da trajetória (1989-99, total de 132 meses).

Tabela 3

Padrões de instabilidade nas trajetórias: as transições ocupacionais
(N = 631.807)

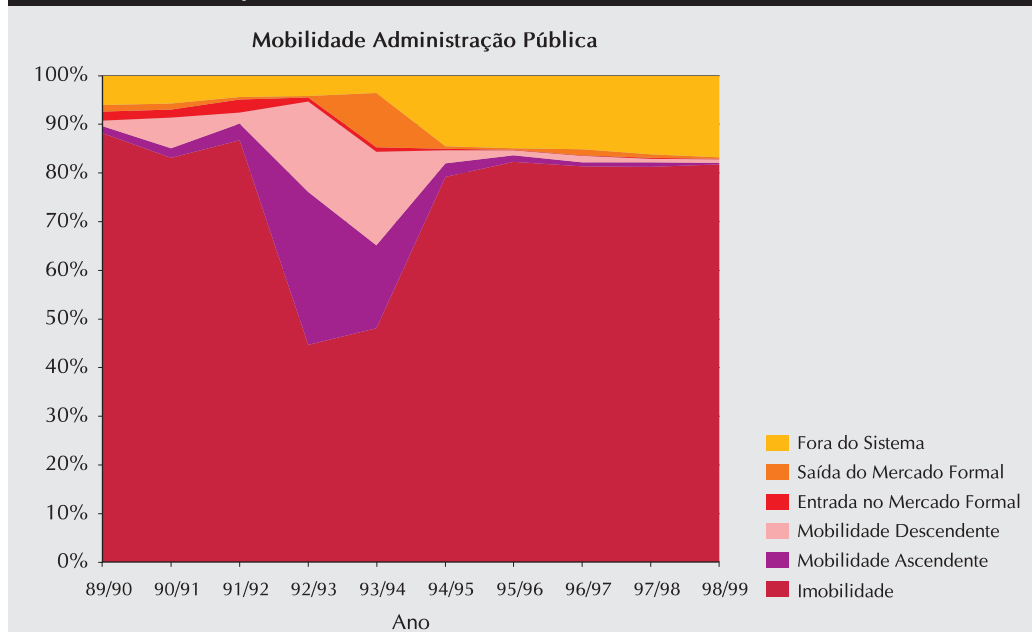
Quantidade de trocas de:	De subatividade	De ocupação	De município
Admin. Pública	1,96	3,21	1,21
Serviços	3,37	3,74	1,84
Comércio	3,55	3,88	1,63
Indústria	3,14	3,65	1,94
Fora do sistema	2,07	2,22	1,39
Fora/serviços	4,19	4,41	2,89

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Painel Longitudinal Rais-Migra para a Região Metropolitana de Salvador (1989-1999). Processamentos próprios.

Mas podemos dar um outro passo adiante, investigando os resultados desse intenso trânsito, tanto quanto os seus efeitos sobre a mobilidade. Nos gráficos que seguem, apresento tais tendências, de modo a verificar se e para que classes de trajetórias a possibilidade da mobilidade ascendente ou descendente se faz mais clara.

Gráfico 9

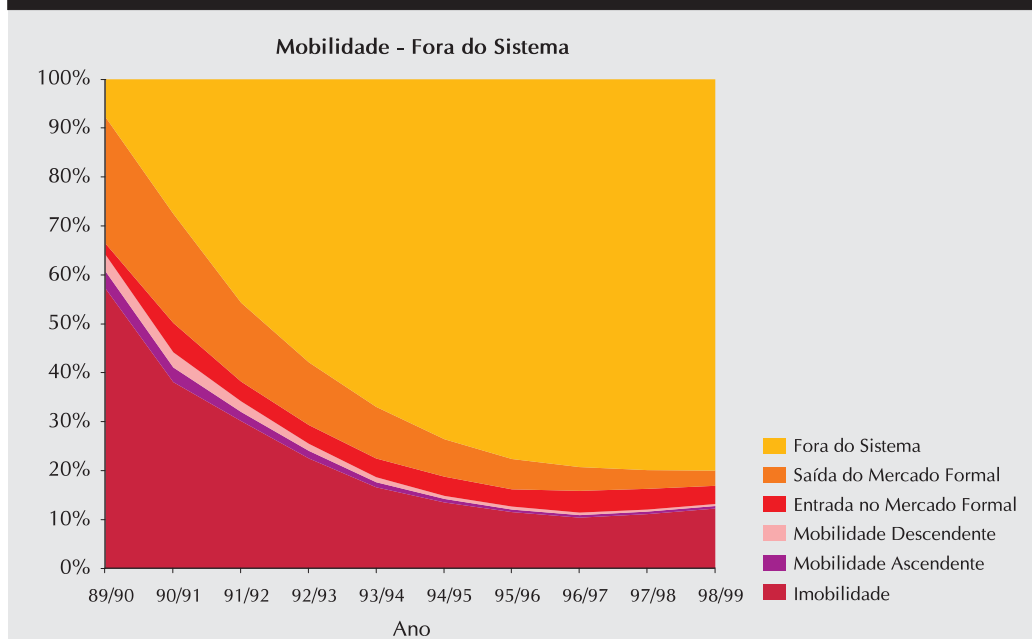
Tendências da mobilidade entre os trabalhadores da administração pública (N = 164.701)



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Painel Longitudinal Rais-Migra para a Região Metropolitana de Salvador (1989-1999). Processamentos próprios.

Gráfico 10

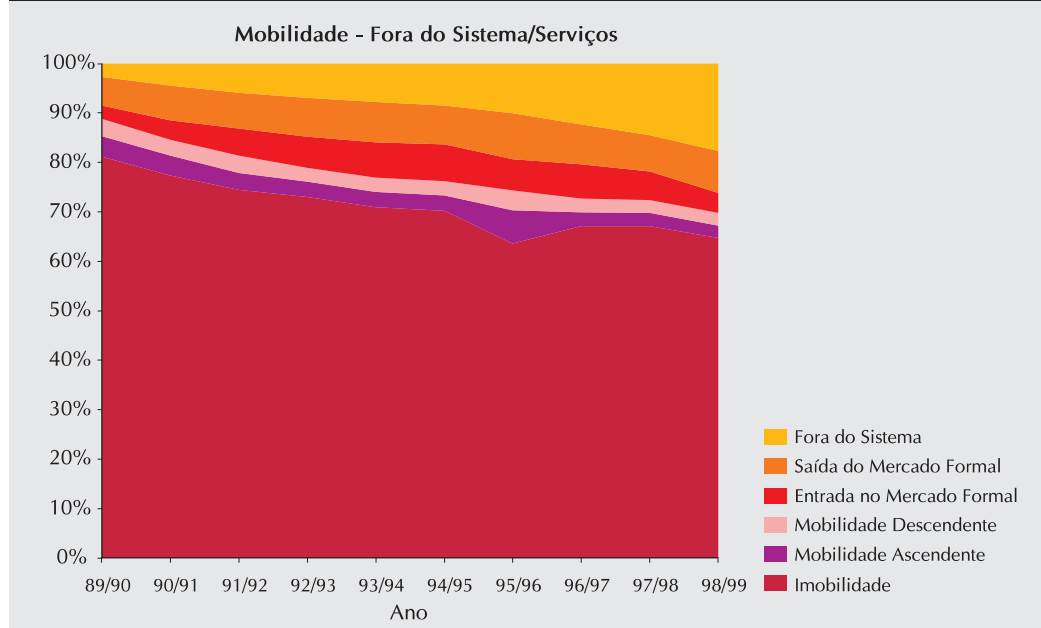
Tendências da mobilidade entre os trabalhadores redundantes (N = 170.405)



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Painel Longitudinal Rais-Migra para a Região Metropolitana de Salvador (1989-1999). Processamentos próprios.

Gráfico 11

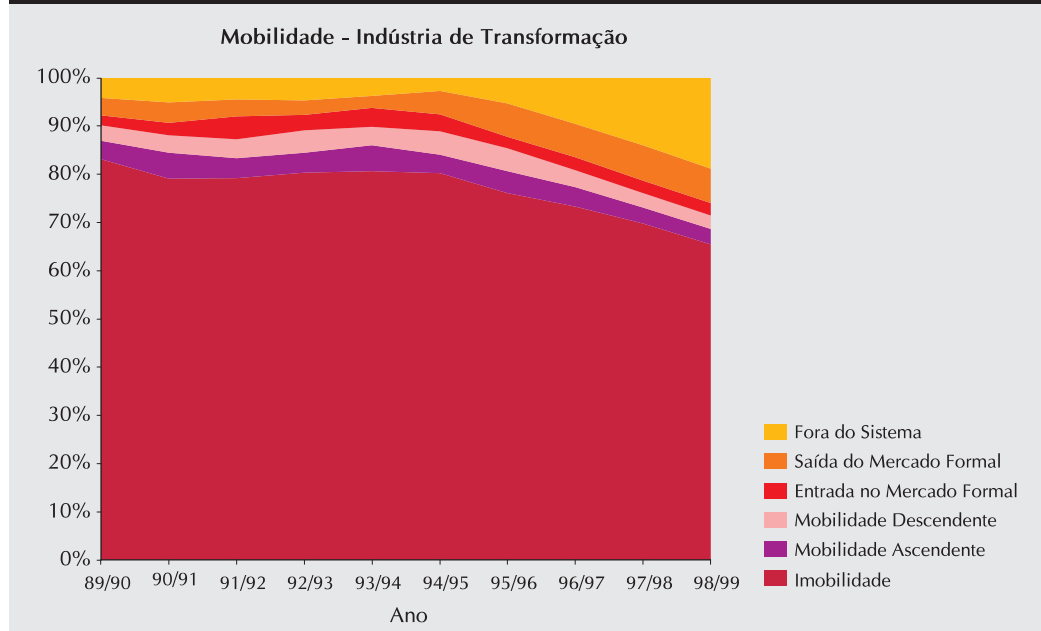
**Tendências da mobilidade entre os trabalhadores sujeitos a intensa rotação
(N = 41.472)**



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Painel Longitudinal Rais-Migra para a Região Metropolitana de Salvador (1989-1999). Processamentos próprios.

Gráfico 12

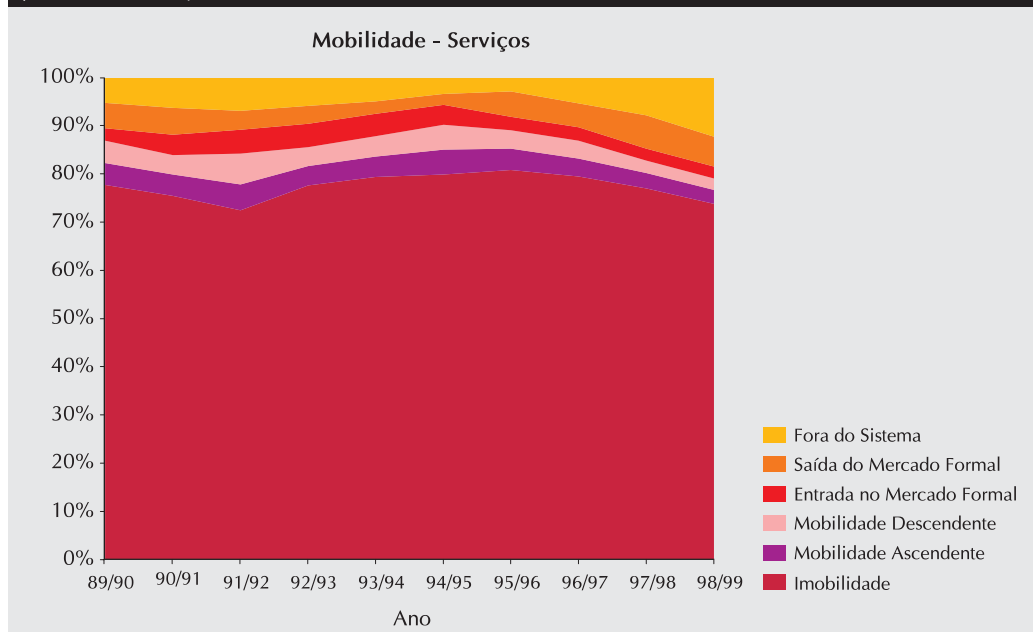
**Tendências da mobilidade entre os trabalhadores preservados na indústria
(N = 43.757)**



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Painel Longitudinal Rais-Migra para a Região Metropolitana de Salvador (1989-1999). Processamentos próprios.

Gráfico 13

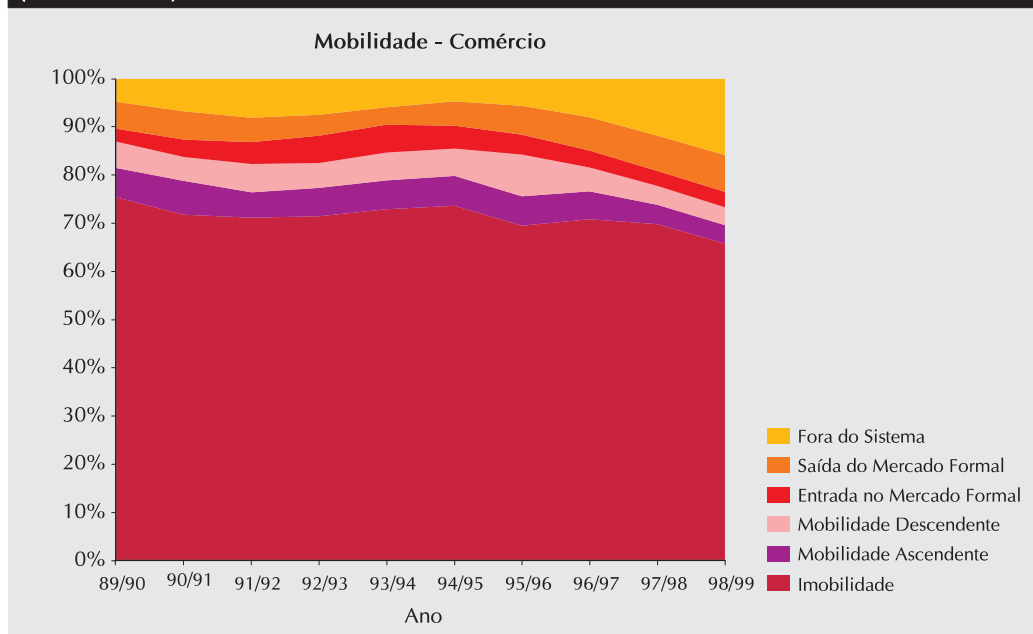
**Tendências da mobilidade entre os trabalhadores preservados nos serviços
(N = 157.718)**



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Painel Longitudinal Rais-Migra para a Região Metropolitana de Salvador (1989-1999). Processamentos próprios.

Gráfico 14

**Tendências da mobilidade entre os trabalhadores preservados no comércio
(N = 53.754)**



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Painel Longitudinal Rais-Migra para a Região Metropolitana de Salvador (1989-1999). Processamentos próprios.

Antes de descrever tendências, valem algumas preliminares de natureza metodológica.

A mobilidade foi calculada comparando-se a situação em um ano, face à do ano imediatamente antecedente. Para tanto, tomou-se a classificação ocupacional disponível na própria Rais (tal como retrabalhada por Lima, 1997)

como ponto de partida. As classes foram hierarquizadas pela renda média dos seus membros em 1989, do que resultou a seguinte hierarquia:

Tabela 4

Hierarquia das categorias ocupacionais, segundo salários médios na RMS em 1989

Gerência Superior	16,6381
Técnico	10,7717
Científico	6,3711
Gerência Intermediária	5,9398
Serviços Administrativos	4,0914
Produção Industrial	3,7673
Ligada ao Comércio	2,7444
Serviços Não-Administrativos	2,3357
Ligada ao Setor Primário	2,5319

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, RAIS

As três primeiras classes agrupam posições de mando (técnico ou gerencial), a quarta e quinta ocupações não-manuais de gerência média e de serviços; as quatro restantes ocupações manuais de rotina ligadas a cada um dos setores de atividade.

Nos gráficos 9 a 14, apresentam-se as seguintes alternativas de classificação para os efeitos da transição sobre a mobilidade:

- [Mobilidade] Descendente: quando se altera a situação ocupacional, pela inclusão do trabalhador numa classe hierarquicamente inferior (independentemente do intervalo de descenso)
- [Mobilidade] Ascendente: equivale à situação inversa;
- Imobilidade: quando o trabalhador se mantém na mesma classe da hierarquia, ainda quando se tenham verificado mudanças, seja na ocupação, seja no tipo de vínculo, seja no salário;
- Saída: trabalhadores ocupados no ano anterior, mas ausentes do sistema no ano de referência;
- Fora do sistema: quando a situação de saída do sistema Rais torna-se recorrente (por exemplo, estava fora do sistema no ano anterior e permanece fora no ano de referência)
- Entrada: transição expressa uma situação de retorno ao sistema Rais (no ano de referência) de alguém que, no ano anterior, estava fora dele.

Posto isto, passo, então, a algumas observações substantivas.

Uma tendência se afigura com clareza, desde o primeiro olhar, nesse conjunto de gráficos. A ausência de mobilidade parece ser a marca dos vários trajetos, com apenas duas exceções, as trajetórias agregadas extremas: dos redundantes e dos protegidos pelas regras do emprego público. Duas pala-

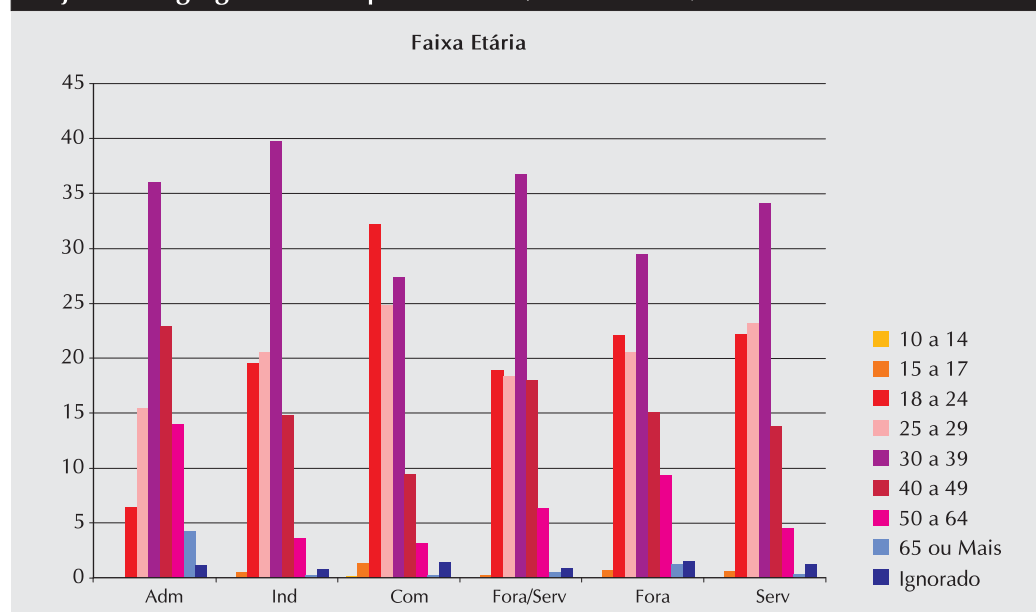
vas sobre cada caso. No primeiro (caso dos redundantes), é evidente que a situação de expulsão do mercado formal mostra-se dominante a ponto de obscurecer a imobilidade; de fato, nada podemos dizer sobre o que se passa com a mobilidade destes indivíduos quando eles saem do sistema Rais – e isso é um limite dessa maneira de apurar os movimentos e transições em termos de seus efeitos de mobilidade. No segundo (caso dos protegidos pelo emprego público), uma intensa mobilidade (ascendente, mas também descendente, para alguns) ocorre entre os anos 1992 e 1994, a sugerir mudanças importantes nas regras contratuais e de encarreiramento no emprego público na região.

Por outro lado, uma segunda tendência se observa, a qual pode parecer curiosa. Em que pese sejam os serviços o âmbito no qual as trajetórias de preservação parecem ser mais duradouras e tendentes à estabilidade (ao menos conforme os dados iniciais), parece ser no comércio que a chance da mobilidade ascendente se mostra mais clara (embora de pouca magnitude, como de resto em todos os outros grupos de trajetórias de preservação).

Encerro com alguns comentários sobre o perfil dos indivíduos que perfazem estas trajetórias. Analiso-os em função de três variáveis: idade, sexo e escolarização. Os resultados aparecem nos gráficos 15 a 17 subsequentes.

Gráfico 15

Trajetórias agregadas e seu perfil etário (N = 631.807)

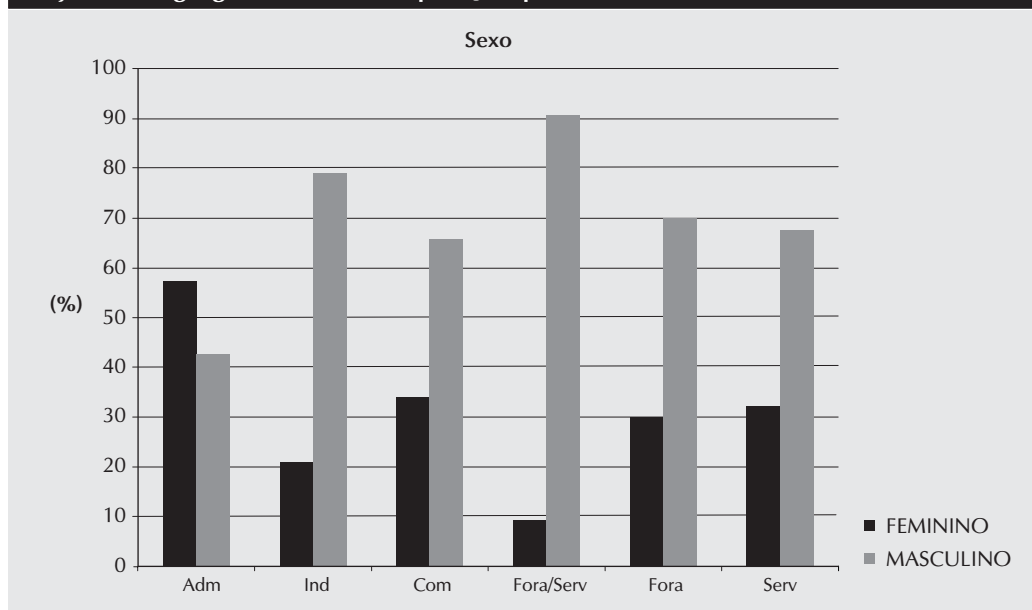


Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Paineis Longitudinal Rais-Migra para a Região Metropolitana de Salvador (1989-1999). Processamentos próprios.

São mais jovens os grupos de indivíduos que perfazem as trajetórias agregadas sujeitas a maior risco, ou seja: as trajetórias de rotação (“fora do sistema/serviços”), as trajetórias de expulsão (“fora do sistema”), tanto quanto as trajetórias no comércio. As trajetórias de preservação extrema no âmbito da administração pública são, naturalmente, aquelas que congregam o maior contingente de força de trabalho de mais idade.

Gráfico 16

Trajetórias agregadas e sua composição por sexo (N = 631.807)



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Paineis Longitudinais Rais-Migra para a Região Metropolitana de Salvador (1989-1999). Processamentos próprios.

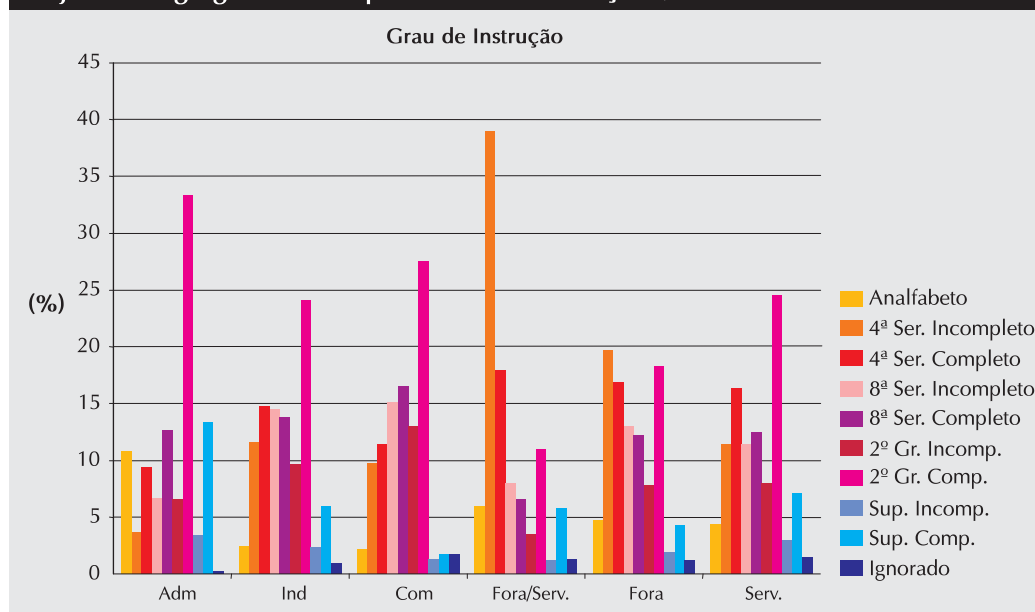
É também na administração pública que se concentra o maior contingente de mulheres: somente ali a força de trabalho feminina é efetivamente expressiva, chegando mesmo a ultrapassar a masculina. Fatores virtuosos ou viciosos podem ajudar a entendê-lo. Por um lado, regras mais universalistas de acesso podem facultar ultrapassar o sexismo, incluindo mulheres. Mas, por outro lado, tradicionais “guetos” de trabalho feminino também se localizam na administração pública (em serviços como educação e saúde, congregando professoras, enfermeiras, auxiliares de enfermagem, dentre outras).

A par disso, entretanto, é também destacável que as mulheres – tanto quanto os jovens – se concentrem naqueles grupos de trajetórias de maior risco, ou seja: “trajetórias de expulsão”, “extrema rotação”, ou “preservação no comércio”.

Finalmente, no que concerne à escolarização dos que perfazem as distintas trajetórias agregadas, novamente chama a atenção a administração pública. Agora, pela bipolaridade dos que ali se mantiveram ocupados: grande peso dos analfabetos, por um lado, e grande peso dos altamente escolarizados, por outro. Naturalmente, os piores níveis de escolaridade são apresentados pelo grupo que perfaz os trajetos mais predatórios, de expulsão ou de elevada rotação. Entretanto, é digna de nota a concentração de trabalhadores com baixa escolaridade em todos os percursos ditos “de preservação” (e na indústria ainda mais que no serviços ou no comércio).

Gráfico 17

Trajetórias agregadas e seu perfil de escolarização (N = 631.807)



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Painei Longitudinal Rais-Migra para a Região Metropolitana de Salvador (1989-1999). Processamentos próprios.

Algumas observações finais, que sublinham pontos possíveis de interesse a partir do conjunto desses achados.

Em primeiro lugar, reitera-se para a RMS o que tem sido encontrado para outros setores de atividade econômica e/ou espaços regionais como traço característico do padrão de uso do trabalho no Brasil nos anos 90: os trajetos de expulsão definitiva de contingentes significativos de trabalhadores do mercado dos empregos registrados e minimamente protegidos (contrato de trabalho e representação sindical que tornam os trabalhadores aí incluídos sujeitos de direitos e da possibilidade da argüição deles, mediante mecanismos de representação coletiva de interesses).

Em segundo lugar, a ponderável importância do emprego público para explicar a dinâmica do trabalho formalmente registrado na RMS e, mais que isso, a possibilidade de estabilidade e preservação de vínculos formais, do que usufrui um grupo significativo de trabalhadores, que permanece (em que pese a conjuntura) ali preservado, sob padrões de longevidade, inusitados face às condições médias de trabalho nesse mercado. Sem embargo, a bipolaridade que caracteriza o perfil do contingente ali empregado é, por certo, um desafio às condições de gestão do trabalho e das políticas de pessoal.

Em terceiro lugar, ganha relevo a intensidade das transições ocupacionais, mesmo no espaço dos empregos protegidos. Ela é destacável até mesmo entre os trabalhadores que logram assegurar para si percursos de preservação. Esta se dá às expensas de muitas mudanças de emprego, que não deixam de ser predatórias em termos do capital de qualificação, posto que importam em mudanças no setor de atividade e/ou na ocupação desempenha-

da, chegando por vezes a levar à mobilidade geográfica, pela migração entre municípios.

Em quarto lugar, reitera-se o maior risco a que estão sujeitos mulheres e jovens, o que, se é um elemento recorrente nos estudos sobre trabalho urbano no Brasil, segue sendo um desafio para a concepção de políticas públicas.

Finalmente, em que pese o achado de uma ponderável imobilidade, como característica dominante (o que de resto reitera outros achados para o Brasil, como Pastore e Silva, 2000), não podem ser descartados os resultados que apontam para a repetição de percursos com efeitos descendentes de mobilidade, ao lado dos efeitos de expulsão, já destacados.

Em suma, os anos 90, em Salvador, representaram um momento de elevado risco e custo, mesmo para aqueles que lograram o notável feito de permanecer incluídos no mercado dos empregos formalmente registrados, naquela região metropolitana que tem sido observada antes pelo fado dos que aqui denominei “sobreviventes”, mas pelo formidável peso do trabalho não-registrado e das elevadas taxas de desemprego.

REFERÊNCIAS

- AGIER, Michel. Mobilidades: algumas formas recentes de diferenciação social. In: _____. CASTRO, N.; GUIMARÃES, A. *Imagens e identidades do trabalho*. São Paulo: Hucitec, 1995. p. 75-112.
- _____. CASTRO, Nadya Araújo. Projeto operário, projetos de operários. In: _____. GUIMARÃES, A. *Imagens e Identidades do trabalho*. São Paulo: Hucitec, 1995. p. 113-148.
- _____. GUIMARÃES, Antonio Sergio. Técnicos e peões: a identidade ambígua. In: _____. CASTRO, N. GUIMARÃES, A. *Imagens e identidades do trabalho*. São Paulo: Hucitec, 1995. p. 39-74.
- AMADEO, E. et al. *Human resources in the adjustment process*. Brasília: IPEA, 1993. (*Textos para discussão*, 317).
- BAZZANELLA, Waldemiro. *Estratificação e mobilidade social no Brasil*: fontes bibliográficas. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1956.
- _____. *Problemas de urbanização na América Latina*: fontes bibliográficas. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1960.
- BENDIX, Reinhard; LIPSET, Seymour Martin. *Class, status and power*. New York: The Free Press, 1966.
- BERLINCK, Manoel T. *Marginalidade social e relações de classe em São Paulo*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- BLAU, Peter; DUNCAN, O. Dudley. *The American occupational structure*. New York: Wiley, 1967.

BILAC, E. D. *Famílias de trabalhadores: estratégias de sobrevivência*. A organização da vida familiar em uma cidade pau-lista. São Paulo: Edições Símbolo, 1978.

CABANES, Robert. *Travail, famille, mondialisation – Récits de la Vie Ouvrière, São Paulo, Brésil*, Paris: IRD – Karthala, 2002. [1995-a e 1995-b].

CASTRO, Nadya Araújo. Bringing time back into: longitudinal analysis and new hypothesis on workers mobility under adjustment conditions, Comunicação apresentada à ISA – International Sociological Association, maio de 1998.

_____. CARDOSO, Adalberto Moreira; CARUSO, Luis. Trajetórias ocupacionais, desemprego e empregabilidade: Há algo de novo na agenda dos estudos sociais do trabalho no Brasil? *Contemporaneidade e Educação*, v. 2, n. 1, maio, 1997. p.7-23.

CARDOSO, Adalberto. *Trabalhar, verbo transitivo*. Relatório parcial de pesquisa, Projeto Ford/ANPOCS/CEBRAP/IUPERJ/CIET, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1998.

_____. *Trabalhar, verbo transitivo: destinos profissionais dos deserdados da indústria automobilística*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

_____. COMIN, Álvaro; CAMPOS, André. As bases sociais do sindicalismo metalúrgico In: ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M, (Org.). *De JK a FHC: a reinvenção dos carros*. São Paulo: Scritta, 1997. p. 413-448.

_____. CARUSO, L. A.; PERO, V. *Trajetórias intersetoriais dos trabalhadores desligados da indústria*. Rio de Janeiro: SENAI/DN-CIET, 1995.

_____. Trajetórias intersetoriais e reconversão profissional dos trabalhadores desligados da indústria. Rio de Janeiro: SENAI/DN-CIET, 1996.

_____. LIMA, M. I. Trajetórias intersetoriais e ocupacionais dos trabalhadores desligados da indústria. Segundo Relatório de Pesquisa, Projeto FINEP/CIET. Rio de Janeiro: CIET/SENAI, 1997.

CASTRO, Nadya Araújo. *Mercado de trabalho industrial, seletividade e qualificação: contribuição das análises longitudinais*, Comunicação ao Workshop Conceitos empregados na Educação Profissional – Módulo 1: Mercado de Trabalho e Formação Profissional, promovido pelo NETE – Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 7-8 de dez. 1998.

_____. CARDOSO, Adalberto; CARUSO, Luis A. Trajetórias ocupacionais, desemprego e empregabilidade: há algo de novo na agenda dos estudos sociais do trabalho no Brasil? *Contemporaneidade e Educação*, v. 2, n. 1, maio, 1997. p.7-23.

COSTA PINTO, L. A.; BAZZANELLA, W. *Processos e implicações do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

COUTROT, Laurant; DUBAR, Claude. *Cheminements professionnels et mobilités sociales*. Paris: La Documentation Française, 1992.

DEDECCA, C. *Racionalização econômica e trabalho no capitalismo avançado*. Campinas: Universidade de Campinas/Instituto de Economia, 1999. (Coleção Teses).

DiPRETE, T.; NONNEMAKER, K. Structural change, labor market turbulence and labor market outcomes. Duke University, 1996.

DOERINGER, Peter; PIORE, Michael. *Internal Labour Markets and Manpower Analysis*. Lexington, Mass, 1971.

EISENSTADT, Shmuel. *Modernization, Protest and Change*. New Jersey: Englewood-Cliffs, 1966.

ELIAS, Peter. *Methodological, statistical and practical issues arising from the collection and analysis of work history information by survey techniques*. Madrid: International Sociological Association, 1990.

_____. Occupational change in a working-life perspective: internal and external views. In: PENN, R.; ROSE M.; RUBERRY, J. (Ed.) *Skill and occupational change*. Oxford: Oxford University Press, 1994. p. 75-105.

_____. Restructuring, reskilling and redundancy: a study of the dynamics of the UK Labour Market, 1990-95. The University of Warwick, Institute for Employment Research, April 1997a.

_____. Who forgot they were unemployed? Coventry: University of Warwick, 1977b. Mimeo.

FARIA, V. E. *Occupational marginality, employment and poverty in urban Brazil*. 1976. Dissertation (PhD) – Harvard University, Cambridge, Mass.

FAUSTO NETO, A. M. Q. *Família operária e reprodução da força de trabalho*. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

GERMANI, Germani. *Sociologia da modernização*. São Paulo: Ed. Mestre Jou, 1974.

GOUVEIA, A. J. Desenvolvimento econômico e prestígio de certas ocupações. *América Latina*, n. 9, p. 66-78, 1965.

GUIMARÃES, Antonio Sergio. *Um sonho de classe*. Trabalhadores e formação de classe na Bahia dos anos oitenta. São Paulo: USP-HUCITEC, 1998.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. *Caminhos cruzados: estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores*. 2002b. 349 p. Tese (Livre-Docência em Sociologia do Trabalho) - Universidade de São Paulo, Departamento de Sociologia, São Paulo. No prelo edição do: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP e Ed. 34, São Paulo.

_____. Laboriosas, mas redundantes: gênero e mercado de trabalho no Brasil dos 90, *Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, p.82-103, 2001.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. Por uma sociologia do desemprego. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 50, p 130-122, 2002a.

_____. COMIN, Álvaro. Mobilidade ocupacional e carreiras profissionais: aspectos metodológicos e desdobramentos sociológicos das análises longitudinais do mercado de trabalho. Comunicação apresentada ao GT Trabalho e Sociedade no Encontro Anual da Anpocs, 23º, Caxambu, 19-23 de outubro de 1999.

HAGEN, Everett. *On the theory of social change: How economic growth begins*. Homewood, Ill.: Dorsey Press, 1962.

HIRATA, Helena; HUMPHREY, John. Trabalhadores desempregados: trajetórias de operários e operários industriais no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro: ANPOCS, n. 11. v. 4, p. 71-84, out. 1989.

HUTCHINSON, B. Urban mobility rates in Brazil related to migration and changing occupational structure. *América Latina*, n. 5, p. 3-20, 1962.

_____. *et al. Mobilidade e trabalho*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1960.

KAHL, Joseph. Urbanização e mudanças ocupacionais no Brasil. *América Latina*, n. 5, p. 196-223, 1962.

KOWARICK, L. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

LEITE LOPES, J. S. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo: Marco Zero, 1988.

LIMA, Maria Ilca. Mobilidade ocupacional. Segundo Relatório de Pesquisa, Projeto FINEP/CIET Trajetórias Intersectoriais e Ocupacionais dos Trabalhadores Desligados da Indústria. Rio de Janeiro, 1997.

LIMA, J. C.; FERREIRA, B. C. Trabalhadores urbanos no Nordeste: trajetórias profissionais, mobilidade espacial e organização operária. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: Anpocs, n. 30, p. 83-99, 1996.

LIPSET, Seymour M.; BENDIX, Reinhard. *Social mobility in industrial society*. Berkeley: University of Califórnia Press, 1963.

LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

LOPES, J. *A crise do Brasil arcaico*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

_____. *Desenvolvimento e mudança social*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1968.

_____. *Sociedade industrial no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965.

MADEIRA, F.; SINGER, P. I. *Estrutura do emprego e trabalho feminino no Brasil*. Caderno CEBRAP, São Paulo, n. 13, 1975.

McCLELLAND, David. *The achieving society*. Princeton, N. J.: Van Nostrand, 1971.

MONTAGNER, Paula; BRANDÃO, Sandra. Novas características do desemprego. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10º, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 1996. p. 437-464.

MOREIRA, J. R. Educação, estratificação e mobilidades sociais no Brasil. In: MOREIRA, R. *Educação e desenvolvimento no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, 1960.

NUN, Jose Luis. Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal. *Revista Latinoamericana de Sociología*, v. 5, n. 2, jul. 1969

OSSOWSKI, Stanislaw. *A estrutura de classes na consciência social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

OSTERMAN, Paul. *Los mercados internos de trabajo*. Madrid: Centro de Publicaciones. 1988

PARSONS, Talcott. *The social system*. London: Routledge & Kegan Paul, 1952

PASTORE, José (1979). *Desigualdade e mobilidade social no Brasil*. São Paulo: T. A Queiroz e Edusp, 1979.

PASTORE, José; SILVA, Nelson do Valle. *Mobilidade social no Brasil*. São Paulo: Makron, 2000.

PERO, Valéria. Migração para fora do mercado formal de trabalho. In: Segundo Relatório de Pesquisa, Projeto FINEP/CIET Trajetórias Intersectoriais e Ocupacionais dos Trabalhadores Desligados da Indústria. Rio de Janeiro, 1997.

PIORE, M; SABEL, C. *The second industrial divide*. New York: Basic Books, 1984.

POCHMANN, M. *O trabalho sob fogo cruzado*. Exclusão, desemprego e precarização. São Paulo: Contexto, 1999.

QUIJANO, Aníbal. *Redefinición de la dependencia y marginalización en América Latina*. Santiago: Centro de Estudios Socio-Económicos, Univ. Chile, 1970.

SPINDEL, C. A mulher frente à crise econômica dos anos 80 (algumas reflexões com base em estatísticas oficiais). *Estudos IDESP*, São Paulo, n. 18, 1987.